

UNIVERSIDADE DE UBERABA
PROGRAMA DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO

VITOR SERGIO DE ALMEIDA

**MANUAL DE REDAÇÃO JORNALÍSTICO: SUA INFLUÊNCIA NA PRÁTICA DE
ENSINO POR MEIO DE ESTRANGEIRISMOS E SIGLAS**

Uberaba – MG
2012

VITOR SERGIO DE ALMEIDA

**MANUAL DE REDAÇÃO JORNALÍSTICO: SUA INFLUÊNCIA NA PRÁTICA DE
ENSINO POR MEIO DE ESTRANGEIRISMOS E SIGLAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Educação da Universidade de Uberaba, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Linha de pesquisa: Cultura e Processos Educativos

Orientador: Professor Gustavo Araújo Batista.

Uberaba – MG
2012

VITOR SERGIO DE ALMEIDA

MANUAL DE REDAÇÃO JORNALÍSTICO: SUA INFLUÊNCIA NA PRÁTICA DE ENSINO POR MEIO DE ESTRANGEIRISMOS E SIGLAS

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Educação da Universidade de Uberaba, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação, sob a orientação do professor Doutor Gustavo Araújo Batista.

Linha de pesquisa: Cultura e Processos Educativos

Uberaba, 2012.

Banca examinadora:

Professora Doutora Grenissa Bonvino Stafuzza – Universidade Federal de Goiás

Professora Doutora Ana Maria Esteves Bortolanza – Universidade de Uberaba

Professor Doutor Gustavo Araújo Batista – Orientador – Universidade de Uberaba

Data: 29 / 08 / 2012.

Resultado: Aprovado

Se pudesse dar um nome de agradecimento a esta dissertação, ela se chamaria “Pedro e Marina”... Em gratidão aos meus pais que, mesmo distantes, forma e são os meus exemplos de conduta, de perseverança, de humildade.

Com imenso carinho, lembro-me dos senhores e, instintivamente, remeto a minha infância e nesse momento brota um sorriso de prazer e de satisfação por ter tido a oportunidade ímpar de conviver com tão belas companhias...

Neste momento, palavras ou frases – por mais belas que sejam – seriam insuficientes para materializarem tal apreço e respeito.

Gratidão! Dedico esta e todas as outras vitórias aos senhores...

AGRADECIMENTOS

Confesso que esta foi de longe – até o presente momento – a maior de minhas conquistas. Valorizo cada dúvida, dificuldade e tempo investido.

Confesso que compartilhar os estudos do mestrado com o trabalho foi uma tarefa quase que impossível.

Confesso que me deslocar a Uberaba – por mais recompensador que fosse – foi difícil, principalmente indo e voltando até três vezes por semana.

Confesso que me apeguei aos exemplos deixados pelos meus familiares, amigos e professores, pois, sem eles, não teria força para vencer.

Confesso que lembrei de muitas pessoas e sei que devo destacá-las e mencioná-las:

- Os meus irmãos – Amauri, Marcos e Cristiano – e das minhas três cunhadas – Cleuza, Yeda e Natache.
- Os tios – especialmente a Magna e a Tereza – a primeira sempre me encorajou e me aconselhou; a segunda silenciosamente e distante se preocupava, torcia e orava.
- Os meus companheiros(as)... (mesmo não pontuando nomes, creio que cada um sabe que minhas palavras tratam e são dedicadas aos “melhores amigos do mundo”).
 - ... de Patrocínio – carajaenses – que são e sempre serão a minha família. Podemos nos distanciar, ficarmos tempos sem nos encontrar, mas as gargalhadas e as brincadeiras sempre prevaleceram e serão sinônimas de afeto e presença. Fica a certeza que – independente da ocasião – jamais deixaremos de incentivar uns aos outros.
 - ... do Colégio Promove que em vários momentos tiveram paciência comigo. Sempre compreendendo a “minha correria” e os momentos que cansado, tentei me resguardar... Tenham certeza que tive, escutei e coloquei em prática muitos exemplos e conselhos de otimismo transmitidos por vocês grandes colegas.
 - ... de Uberlândia e do Mestrado em Educação da Universidade de Uberaba (UNIUBE), que durante este tempo me proporcionaram aprendizados, descontração e a sensação que ninguém está sozinho quando se tem grandes amigos por perto. Sei que independente da circunstância, posso contar com vocês.

Ao meu ex-colega no curso de Letras da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Gustavo Araújo Batista, que no mestrado foi o meu orientador e professor. Obrigado pelos célebres ensinamentos acadêmicos e de vida... Ressalto ainda a sua grande paciência, respeitando sempre o meu tempo e as minhas limitações...

Confesso que sempre acreditei que o esforço aliado a persistência é o caminho mais curto para a vitória e que a atual vitória me fortalece e me incentiva a buscar outras mais...

Obrigado!

Último poema

Mário Quintana

Enquanto me davam a extrema-unção,
Eu estava distraído...
Ah, essa mania incorrigível de estar pensando sempre noutra
coisa!
Aliás, tudo é sempre outra coisa
- segredo da poesia -
E, enquanto a voz do padre zumbia como um besouro,
Eu pensava era nos meus primeiros sapatos
Que continuavam andando, que continuam andando,
Até hoje
Pelos caminhos deste mundo.

RESUMO

Este trabalho tem como enfoque primordial a descrição e análise de três manuais de redação e estilo, Manual da redação: Folha de São Paulo”, da Publifolha, “Manual de Redação e Estilo” de O Estado de São Paulo, de autoria de Eduardo Martins e “O Globo – Manual de redação e estilo”, organizado e editado por Luiz Garcia. O corpus de análise dessa dissertação, depois de refletir acerca dele e defini-lo, deve-se mostrar a importância dessa coletânea de normas e dicas para o meio didático (relação de ensino e aprendizagem) e jornalístico. Logo, a abrangência secundária desse trabalho é levar tal reflexão para os cursos de comunicação (jornalismo) das instituições superiores e para os profissionais (redatores, repórteres, editores, revisores) que atuam (ou não) nos três veículos de informação cujas obras são referenciais teóricos e que devem pontuar suas produções escritas, ou seja, analisar como todos que atuam (independente da parte ou linha editorial e da empresa) com a prática textual relacionada com a propagação de informação se relacionam com o manual. Desta maneira, por meio desse estudo, visa-se também descobrir se os próprios segmentos do grupo Folha de São Paulo, Estado de São Paulo e O Globo seguem as suas próprias recomendações, tomando por base o uso de siglas e estrangeirismos (outros dois corpus que estão contidos nos manuais) dos seus manuais. Evidencia-se principalmente que a abrangência primordial desse trabalho é saber a intensidade da sintonia da utilização do manual, se ele pode ser considerado (para os estudantes e professores que lidam e precisam da comunicação escrita) uma ferramenta, uma espécie de referência para as produções textuais. Especificando, em âmbito educacional, busca-se saber até que ponto ele é usado em sala de aula pelos dois principais sujeitos do processo educacional: o professor e o aluno. Em seguida, busca-se averiguar e medir a proximidade da fala, da explicação (por meio do manual) do professor com o aprendizado dos estudantes relação que se torna a base da tríade redação-docente-discente. Entende-se que a educação, encarada enquanto um processo de formação humana, exerce uma interpelação entre ensino e formação humana, tornando-se um preceito extremamente relevante no que tange o envolvimento social, formação humana, construção do conhecimento, participação profissional e, neste caso, engajamento com as normatizações e definições de verbetes textuais. Enfim, nesta dissertação, após o estudo criterioso sobre os manuais, tende-se também a pontuar algumas tendências, recorrências observáveis e pertinentes à prática docente comunicacional, ou seja, saber se o professor e aluno devem tê-lo como uma ferramenta em suas aulas. Essa pesquisa contou com as pesquisas bibliográfica, documental e descritiva. Evidencia-se que foi utilizado o contato pessoal qualitativo e quantitativo, pois com ele obteve-se o maior número de informações possíveis do entrevistado, tendo uma amostragem probabilística. Assim, algumas vantagens obtidas foram: controle das amostragens, possibilidade de instruir os resultados podendo incluir a informação, possibilidade de entrevista objetiva e clara. Dessa maneira, entrelaçou-se esse estudo com algumas reflexões educacionais. Então, a tendência é que as conclusões desse trabalho sirvam de arcabouço, de direcionamento das atividades e práticas em sala de aula, entre as editorias e no mercado de trabalho.

Palavras-chave: Manuais Redacionais. Jornalismo. Fundamentos educacionais. Processos e práticas de ensino. Sigla. Estrangeirismo.

ABSTRACT

This paper has as its main focus the description and analysis of three manuals of writing composition and style: "Manual da redação: Folha de São Paulo", from Publifolha, "Manual de Redação e Estilo" from O Estado de São Paulo, authored by Eduardo Martins, and "O Globo – Manual de redação e estilo", organized and edited by Luiz Garcia. The analysis corpus of this dissertation, after reflecting about it and defining it, must show the importance of this collection of rules and tips for the teaching middle (relationship between teaching and learning) and journalism. Therefore, the secondary scope of this paper is to take such reflection to communication courses (journalism) from higher education institutions and to professionals (writers, reporters, editors, reviewers) who work (or not) on the three vehicles of information whose works are theoretical references and that should punctuate their written productions, that is to analyze how everyone who work (regardless of part or editorial line and of the company) with textual practice related to the spread of information relate to the manual. Thus, by means of this study, the aim is also to find out if the own segments from Folha de São Paulo, Estado de São Paulo and O Globo follow their own recommendations, based on the use of foreignness and acronyms (other two corpus that are contained in the manuals) of their manuals. It is mainly evidenced that the primary scope of this study is to know the intensity of the use of the manual, if it can be considered (for students and teachers who deal and need the written communication) a tool, a sort of reference for textual productions. Specifying, in the educational context, we seek to know how far it is used in the classroom by the two main subjects of the educational process: the teacher and the student. Then, one seeks to ascertain and measure the closeness of the speech, the explanation (through the manual) teacher with student learning relationship that becomes the foundation of the triad writing-teacher-student. It is understood that education, seen as a process of human formation, exerts an interpellation between education and human development, making it an extremely important provision regarding the social involvement, human formation, knowledge construction, professional participation and, in this case, commitment with the normatizations and definitions of textual entries. In short, in this dissertation, after careful study of the manuals, it is also tended to punctuate some trends, observable and pertinent recurrences to the teaching practice of communication, that is, to know whether the teacher and student should have it as a tool in their classes. This research counted with the bibliographic, documentary and descriptive researches. It is evidenced that the qualitative and quantitative personal contact was used, because with it there was obtained the largest number of possible informations from the interviewed, having a probabilistic sample.

Keywords: Redacional Manuals. Journalism. Educational foundations. Teaching processes and practices. Acronym. Foreignness.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Esquema 1: Categorização estatística-----	24
Gráfico 1: Professores que, além da carreira docente, trabalham no meio jornalístico ou publicitário (2011) -----	33
Gráfico 2: Tempo destinado pelos professores para elaboração das aulas durante o curso (2011) -----	36
Gráfico 3: Área de maior interesse dos alunos do curso de jornalismo (2011)-----	37
Gráfico 4: Alunos que já atuam no meio jornalístico ou publicitário (2011)-----	38
Gráfico 5: Meios que os alunos utilizam para se manterem informados sobre os acontecimentos atuais (2011)-----	39
Gráfico 6: Meios que os professores utilizam para se manterem informados sobre os acontecimentos atuais (2011)-----	39
Gráfico 7: Meios que os alunos mais gostam (2011)-----	40
Gráfico 8: Frequência, por semana, que os alunos leem notícias (2011)-----	41
Gráfico 9: Área profissional e área docente de maior interesse dos professores (2011)--	41
Gráfico 10: Conhecimento dos alunos sobre o que é manual de redação (2011)-----	46
Gráfico 11: Conhecimento dos professores sobre o que é manual de redação (2011)----	46
Gráfico 12: Consulta em algum manual de redação, ao redigir um texto jornalístico entre professores e alunos (2011)-----	46
Figura 1: Capa do Manual de Redação ‘Folha de São Paulo’ (2006)-----	47
Figura 2: Capa do Manual de Redação ‘O Estado de São Paulo’ (1997)-----	49
Figura 3: Capa do Manual de Redação ‘O Globo’ (2005)-----	50
Quadro 1: Palavras de outras línguas utilizadas no idioma português -----	52
Quadro 2: Siglas de diversos assuntos recorrentes no Brasil (2012) -----	59
Quadro 3: Sigla das unidades federativas do Brasil (2012)-----	62
Gráfico 13: Citação de algum manual de redação pelo professor, enquanto aluno e enquanto docente (2011)-----	67
Gráfico 14: Citação de algum manual de redação, em aula, pelo professor segundo os alunos (2011)-----	68
Gráfico 15: Frequência que os alunos ouviram ou acham que o professor citou o manual de redação e frequência que o professor foi questionado por alunos acerca do manual de redação (2011) -----	68
Gráfico 16: Estímulo à consulta a algum manual de redação, durante o curso, segundo os alunos (2011)-----	69
Gráfico 17: O principal motivador para os alunos utilizarem o manual de redação, segundo os alunos (2011) -----	70
Gráfico 18: Manuais de redação mais conhecidos e utilizados pelos alunos e professores (2011)-----	70
Gráfico 19: Posse de algum manual de redação pelos alunos e professores (2011)-----	71
Gráfico 20: Explicação das siglas ao empregá-las pela primeira vez em um texto pelos alunos e professores (2011)-----	72
Gráfico 21: Explicação das palavras estrangeiras ao empregá-las pela primeira vez em um texto pelos alunos e professores (2011)-----	73
Quadro 4: Diferenças entre as respostas emitidas pelos alunos e professores (2011)----	74
Gráfico 22: Necessidade de utilização dos manuais de redação pelos estudantes de jornalismo na visão dos alunos e professores (2011)-----	81
Gráfico 23: Importância do manual de redação para a aprendizagem do graduando de jornalismo na visão dos alunos e professores (2011)-----	81

LISTA DE SIGLAS

APET – Associação Portuguesa de Empresas de Tradução
Anvisa – Agência Nacional de Vigilância Sanitária
Banespa – Banco do Estado de São Paulo
CBF – Confederação Brasileira de Futebol
CEP – Comitê de Ética em Pesquisa
COB – Comitê Olímpico Brasileiro
Capes – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CPF – Cadastro da Pessoa Física
Desmontec – Demolições e Terraplanagem
DNER – Departamento Nacional de Estradas e Rodagem
FMI – Fundo Monetário Internacional
FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Ibovespa – Índice Bovespa
IIF – Instituto Internacional de Finanças
Inca – Instituto Nacional do Câncer
IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano
ISBN – International Standard Book Number
MEC – Ministério da Educação e Cultura
MIS – Museu da Imagem e do Som
MPF – Ministério Público Federal
OLP – Organização para a Libertação da Palestina
ONU – Organização das Nações Unidas
PIBIC – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PIP – Poly Implant Prothèse
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PROPEPE – Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Extensão da Universidade de Uberaba
PSD – Partido Social-Democrata
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
PT – Partido dos Trabalhadores

PUC – Pontifícia Universidade Católica
REBEJ – Revista Brasileira de Ensino de Jornalismo
SCP – Sporting Clube de Portugal
SMAS – Serviços Municipalizados de Água e Saneamento
STF – Supremo Tribunal Federal
STJ – Superior Tribunal de Justiça
TCU – Tribunal de Contas da União
UFLA – Universidade Federal de Lavras
UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais
UFU – Universidade Federal de Uberlândia
UFV – Universidade Federal de Viçosa
UnB – Universidade Federal de Brasília
Unicamp – Universidade Estadual de Campinas
UNIUBE – Universidade de Uberaba
Unitri – Centro Universitário do Triângulo
Univero – Universidade Salgado de Oliveira
USP – Universidade de São Paulo
Varig – Viação Aérea Rio Grandense

SUMÁRIO

1 PROCESSO DE PESQUISA -----	12
1.1 Primeira pessoa -----	12
1.2 Questão central, questões secundárias e justificativa-----	14
1.3 Objetivos -----	15
1.4 O recrutamento e critérios de inclusão e exclusão de instituições e de sujeitos----	15
1.5 Procedimentos metodológicos -----	17
1.6 Questionários -----	19
1.7 Análise dos dados -----	22
2 A REDAÇÃO JORNALÍSTICA PARA O JORNALISMO E PARA OS DOCENTES E ESTUDANTES -----	26
2.1 O ensino de jornalismo no Brasil -----	29
2.2 A figura do professor no atual modelo de ensino -----	31
2.3 Perfil acadêmico e profissional dos sujeitos-----	37
3 OS MANUAIS DE REDAÇÃO -----	43
3.1 Elementos grafos -----	52
3.2 Elementos Grafos – Estrangeiros -----	52
3.3 Elementos Grafos – Siglas -----	59
4 RESULTADOS E CONCLUSÕES-----	68
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS -----	79
REFERÊNCIAS -----	86
APÊNDICE A -----	92
APÊNDICE B -----	94
APÊNDICE C -----	96
APÊNDICE D -----	99
APÊNDICE E -----	103
APÊNDICE F -----	106

1. PROCESSO DE PESQUISA

DOS MILAGRES

O milagre não é dar vida ao corpo extinto,
Ou luz ao cego, ou eloquência ao mudo...
Nem mudar água pura em vinho tinto...
Milagre é acreditar em nisto tudo!

Mário Quintana

1.1 Primeira pessoa

Neste trecho introdutório, para sintonizar o porquê e origem desta dissertação, usei a primeira pessoa do singular (considerando que “eu” sou o personagem desencadeador desse trabalho), a partir da parte “1.2 A importância da escrita (para o jornalismo)” até o término da dissertação, usei a terceira pessoa (em nenhum momento digo que tal pessoa é melhor ou pior), optei por essa abordagem de pessoa pela simples preferência e facilidade na produção escrita.

Como disse o poeta Mário Quintana¹ o “O milagre não é dar vida ao corpo extinto, / Ou luz ao cego, ou eloquência ao mudo... / Nem mudar água pura em vinho tinto...”; aqui o “milagre” está no prazer, no prazer que nasce todos os dias e faz brotar a alegria de dedicar aos estudos. Pensando assim, o gosto pela redação veio com o curso de Letras, quatro anos de gratas descobertas literárias, gramaticais e, principalmente, redacionais. Foi um período com várias perspectivas de estudo, com muitos detalhamentos sobre as diversas abrangências da Língua Portuguesa. Acerca dessas especificações, destacam-se a formação de palavras, no caso, a sigla e seu processo de construção, e a influência do estrangeirismo, conceito que me fez presenciar inúmeras explicações acaloradas sobre a sua influência positiva ou negativa no idioma português.

Durante os meus quatro anos no curso de Jornalismo, percebi que a produção de texto (a redação jornalística) era um campo riquíssimo e prestigiado em tal graduação, pois tivemos várias disciplinas que se pautavam bastante no bom uso da linguagem e dedicados professores que nos auxiliaram bastante. Foi nesta época, por causa da curiosidade que habita todo jornalista e pela prática constante, que descobri os manuais de redação. Entendi, nesse momento (com esse curso), que os grandes veículos de informação do Brasil possuíam parâmetros e buscavam nortear suas produções textuais.

¹ Mario Quintana foi poeta, tradutor e jornalista. Nasceu em Alegrete (Rio Grande do Sul), em 30 de julho de 1906 e faleceu em Porto Alegre, em cinco de maio de 1994. É intitulado pelo público em geral como o “poeta das coisas simples”, com um estilo marcado pela ironia, pela profundidade e pela perfeição técnica, ele trabalhou como jornalista em grandes jornais do Rio Grande do Sul. Traduziu mais de 130 obras da literatura universal e produziu inúmeros poemas de múltipla temática.

A pesquisa é um sinônimo de inquietude, uma inquietude em que se deseja entender ou descobrir pequenos acenos ou respostas para inúmeras indagações – que podem até serem simples –, mas que teimam em aparecer. O meu primeiro contato com a pesquisa veio no curso de Letras, como bolsista de graduação do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Mais tarde, já na Especialização, a relação mais intensa e aprofundada com a monografia levou-me a entender perfeitamente a importância e o zelo pela pesquisa.

Já o porquê de associar a pesquisa ao processo de ensino-aprendizagem está na minha profissão: dez anos de docência completados em maio de 2012. Em meio a esse tempo, apareceram as aspirações e nuances desta profissão, “profissão” que não tem rotina, que não possui individualidade, que não prima pelo rebuscamento. Trabalho coletivo e de contato pessoal que não pode ter outro sinônimo senão compartilhar, “compartilhar” não só o conhecimento, mas também os diferentes caminhos e as corriqueiras inversões de papéis que o ensinar e o aprender propiciam.

Sendo assim, no Mestrado, ao lado do meu orientador – que já estudou ou domina todos os conceitos e assuntos já mencionados – resolvi unir os dois verbetes (siglas e estrangeirismo) com o manual e com o ensino em uma pesquisa acadêmica.

Comparo essa “inquietude”, essa “curiosidade” de executar bem a pesquisa e de chegar a uma conclusão plausível com os “sapatos” expressos por Mario Quintana em “Eu pensava era nos meus primeiros sapatos / Que continuavam andando, que continuam andando, / Até hoje / Pelos caminhos deste mundo”. É essa necessidade de sempre continuar andando e primar por concluir bem um projeto, em responder coerentemente a pergunta chave que norteou esse trabalho: Se os manuais de redação estilo são ferramentas de ensino.

O redator Mário Quintana disse “Milagre é acreditar em nisso tudo!”, sendo assim, foco esse trabalho na análise dos manuais de redação, acreditando no “milagre” das vastas informações que ele possui, desdobrando para o funcionamento e a empregabilidade de dois vocábulos redacionais e jornalísticos, assim, evidenciando os estudos textuais da língua portuguesa e do ensino de jornalismo por parte de alguns professores e alunos, em duas instituições de ensino superior².

Na Universidade de Uberaba (UNIUBE), na Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Extensão (PROPEPE), especificamente no Programa de Mestrado em Educação, esse estudo

² As duas instituições, por critério do orientador e orientando (para não se ter um direcionamento), não terão os seus nomes divulgados neste trabalho. E a essa ausência não interfere na execução e na qualidade da pesquisa.

vincula-se a linha de pesquisa de Cultura e Processos Educativos (a antiga Formação de Professores e Processos Educativos).

Primo por destacar os seguintes manuais: “Manual da redação: Folha de São Paulo”, da Publifolha, “Manual de Redação e Estilo” de O Estado de São Paulo, de autoria de Eduardo Martins e “O Globo – Manual de redação e estilo”, organizado e editado por Luiz Garcia. Procurando delimitar os inúmeros verbetes³ e técnicas expressas nos manuais, escolhi as siglas e os estrangeirismos.

1.2 Questão central, questões secundárias e justificativa

Explicando mais esse trabalho, evidencia-se que a questão problema (central) que se pretendeu responder foi: O(s) manual(is) de redação tem aplicabilidade no dia a dia dos professores e dos alunos do curso de Jornalismo (das instituições analisadas)? Conseqüentemente, busca-se entender como ele(s) interfere(m) na prática de ensino considerando que no meio impresso e no ensino das graduações se usam muitas siglas e estrangeirismos.

E mais, para uma execução palpável da pesquisa e para ter um direcionamento e até uma perspectiva do trabalho, tornou-se necessário destacar mais algumas questões secundárias, que devem ser respondidas e cujas respostas foram relevantes e cruciais para o andamento e resultado da atividade, eis as indagações: “E como os alunos assimilam e aplicam os estrangeirismos e as siglas em seus textos?”. “Os manuais de redações são usados como referências pelos docentes?”. “O uso – ou não – dos manuais por parte dos docentes em relação aos discentes?”. “Se ‘sim’, com qual frequência esse uso ocorre?”. “Se ‘não’, há alguma base de apoio?”. E, por fim, pensando no processo de aprendizagem, “há uma sintonia entre manual, professor e discente?”

Justifica-se a aplicação desta pesquisa, pois não se teve nenhum registro de pesquisa com essa perspectiva em nenhuma instituição que oferece curso de Comunicação (Jornalismo), de acordo com pesquisa na base de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Então, a tendência é que suas conclusões sirvam de arcabouço, de direcionamento das atividades e práticas de ensino e até entre as editorias que editam e

³ São as vastas expressões ou palavras que aparecem nos manuais de modo a serem explicadas (notificadas) e ou terem um direcionamento, um apontamento de uso nas produções informativas. Neste trabalho, para evitar a crescente repetição dos termos "estrangeirismos" e "siglas" adotou-se as palavras "verbetes" e "expressões" como alusivas.

primam pelo uso dos manuais, ou seja, as suas pontuações podem extrapolar a sala de aula ou as teorias pedagógicas e também podem ser fundamentais no mercado de trabalho.

Então, encarando o trabalho do professor de jornalismo como fundamental para a mídia impressa, propõe-se nesse estudo uma interface entre os campos de estudo pedagógico e jornalístico, em que o foco se caracterizou por conceituar e expor a importância de três manuais de três grupos editoriais brasileiros, que ainda não tiveram uma reflexão crítica acerca da sua ligação com o ensino.

1.3 Objetivos

Nesse trabalho o objetivo central foi: refletir sobre a expressão manual de redação e estilo, mostrando se há importância dessa coletânea de normas e dicas para o meio didático universitário, focando na relação de ensino e aprendizagem entre professor e aluno, também abrangendo a sua aplicação para os jornalistas, redatores, revisores dos veículos de informação que possuem esse livro como ferramenta.

Já os objetivos específicos se pautaram em: averiguar se os professores e alunos sabem o que são e se procuram os manuais; visa-se observar a frequência de manuseio dos mesmos; verificar qual(is) é(são) preferido(s), pois, se os graduandos se pautam nos manuais porque seus professores os seus professores o fazem ou indicam.

1.4 O recrutamento e critérios de inclusão e de exclusão de instituições e de sujeitos

Nesse estudo, optou-se como um dos procedimentos para coleta de dados a aplicação de questionários (instrumento de pesquisa) para alunos e professores. A execução desta coleta ocorreu nos cursos de Jornalismo, de duas instituições da região do Triângulo Mineiro⁴. Nessa macrorregião de Minas Gerais há poucos cursos superiores na área, ao lado desses dois há apenas mais dois: um que não tem a primeira turma de graduação concluída e outro que por determinações internas não concedeu a aplicação dos questionários dessa pesquisa para o seu corpo docente e discente.

⁴ O Triângulo Mineiro é uma das dez regiões de planejamento do estado de Minas Gerais e é formada pela união de 35 municípios. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2011, a população da região é em torno de 1,5 milhões de habitantes, tendo como principais cidades, Uberlândia e Uberaba.

Dos quatro cursos, três estão em Uberlândia. Desses um interrompeu as suas atividades (em dezembro de 2011) devido à escassa procura por essa graduação. Em Uberaba há um curso consolidado.

Neste trabalho, tem-se a ideia de que os docentes devem ser vistos como exemplos de conduta de ensinamento escrito ou conhecimento técnico, sendo assim, normalmente eles possuem as suas explicações seguidas pelos alunos. Com isso, foi imprescindível que os docentes fizessem parte desta pesquisa e dez professores (de todas as instituições com aplicação do questionário) participaram da pesquisa. Ressaltando que, quando os questionários foram recolhidos – em dezembro de 2011 –, exatamente dez professores tornaram sujeitos da pesquisa.

Quanto à seleção dos discentes, optou-se pelos graduandos que estavam, no momento da coleta de dados, a partir do segundo período, pois se esperava que esses estudantes já tivessem o mínimo de contato com as disciplinas da grade curricular que trabalham os textos e técnicas de redação, uma vez que se encontram em processo de aprendizagem em tais técnicas redacionais. Por conseguinte, entende-se, por meio de Charlot (2008, p.29) que “educar é possibilitar que advenha um ser humano, membro de uma sociedade e de uma cultura, sujeito singular e insubstituível.”. Conseguiu-se aplicar o questionário com 72 discentes.

Esta escolha, dos dois grupos de sujeitos, justificou-se por se acreditar que ela permite compreender qual o significado sobre a formação discente e, por meio dela, tem-se a verdadeira explicação e modo de como os docentes expõem e praticam o processo de ensinar alguns aspectos técnicos.

Destacaram-se os professores que ministram aula pautando focando nas produções impressas (cujos textos sustentam jornais, revistas, sites informativos), pois esses profissionais são considerados os condutores das informações e retransmitem o conhecimento jornalístico e redacional que possuem. Esse pensamento é inspirado em Charlot (2008, p.31), que acentua que o docente – de modo geral – deve primar pela ética e sempre ser coerente em todos os momentos de trabalho, mesmo sendo uma profissão da sociedade:

[...] como policial, o médico, a assistente social e alguns outros trabalhadores, ele consta daqueles cuja função é manter um mínimo de coerência, por mais tensa que seja, em uma sociedade rasgada por múltiplas contradições. São trabalhadores cujo profissionalismo inclui uma postura ética.

O pensamento anterior de Charlot (2008, p.31) confronta as injunções da sociedade contemporânea com o dia a dia da maioria dos docentes, isto é, o professor que atua

constantemente nas salas de aula são os que transparentemente constituem a realidade educacional brasileira, pois ele enfrenta contradições que decorrem da contemporaneidade econômica, social e cultural, sendo assim, ele ensina a todos os alunos em uma escola e em uma sociedade regidas por excessivas leis. Esses contrapontos, porém, não são um simples reflexo das contradições sociais; arraigam-se, também, nas tensões inerentes ao próprio ato de ensino e aprendizagem.

1.5 Procedimentos metodológicos

Essa pesquisa contou com as pesquisas: bibliográfica: documental: Lakatos e Marconi (1987), Lüdke e André (1986); descritiva: Cervo e Bervian (1996), Vieira (2002), Thomas; Nelson; Silverman (2007). Uma pesquisa de campo com enfoque quantitativo baseado nos estudos de Cervo e Bervian (1996), Vieira (2002), Trindade (2003), qualitativo se alicerçando nos pensamentos de Dauster, (1999), Chizzotti, (2003). Assim, entrelaçaram essa pesquisa com os pontos de vistas de inúmeros educadores, dentre eles: Neidson Rodrigues (2001), Edgar Morin (2002), José Domingo Contreras (2002), Bernard Charlot (2008), Carlos Marcelo (2009), Jorge Larrosa (2009), dentre outros.

Evidencia-se que foi utilizado o contato pessoal qualitativo e quantitativo, pois com ele obteve-se o maior número de informações possíveis dos sujeitos pesquisados, tendo uma amostragem probabilística. Assim, algumas vantagens obtidas foram: controle das amostragens, possibilidade de instruir os resultados podendo incluir a informação, possibilidade de abordagem objetiva e clara.

Desse modo, percebeu-se a necessidade desse estudo ter sido realizado a partir da elaboração da amostragem entre os professores e alunos do curso de Jornalismo, assim utilizando a estatística para este fim, pois se pretendeu traçar (traduzir) em números algumas questões de âmbito, de perfil, de prática redacional (associada aos manuais de redação) a partir dos percentuais dos sujeitos participantes.

Pautando-se na pesquisa bibliográfica, visou-se, possuir dados sólidos e claros que habilitaram a produção desse trabalho, desse modo, instigada com os dizeres de Köche (1997, p.122) de que o objetivo dessa análise foi “conhecer e analisar as principais contribuições teóricas existentes sobre um determinado tema ou problema, tornando-se indispensável para qualquer tipo de pesquisa”. Lakatos e Marconi (1987, p. 15) também explicitam que se devem

descobrir verdades, além disso, buscar respostas pertinentes para o trabalho, logo para o momento e a circunstância em que ele se insere, nas palavras dos autores:

[...] a pesquisa pode ser considerada um procedimento formal com método de pensamento reflexivo que requer um tratamento técnico ou científico, e se constitui no caminho para se conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais.

Sabendo que ser um bom leitor é essencial para o êxito em uma pesquisa bibliográfica, então, foi proposto uma vasta e aprofundada leitura dos documentos textuais (manuais, dos fragmentos que tratam da aplicação de siglas e estrangeirismos, dos jornais e sites dos veículos pesquisados, das teorias pedagógicas). Essa análise das fontes e o levantamento de informações foram cruciais para enfatizar as conceituações, características e aplicações dos corpus e dos objetos desse estudo.

Na pesquisa documental, o grande intuito foi a análise e a interpretação, que levam a crítica do material bibliográfico e a comprovação ou a refutação da questão central e das secundárias, com base nos dados coletados expondo a sua compreensão. Em outras palavras, os principais intuits foram selecionar, tratar, interpretar as informações em estado bruto e extraídas dos manuais, assim, buscando extrair valores para as mesmas.

Por se tratar da análise de três manuais, focando dois verbetes, conceituando-os e observando as suas aplicações pela mídia, obtêm-se uma reflexão nova e que ainda precisa de mais acabamentos. Minayo (2007, p.51); Lakatos e Marconi (1987) expõe que “[...] Quando elaborada a partir de materiais que não receberam tratamento analítico”, a pesquisa deve primar pelo levantamento documental, pois essa ação, segundo Lüdke e André (1986, p.38), pode:

[...] se constituir numa técnica valiosa de abordagem de dados qualitativos, seja complementando as informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema.

Ao consolidar essa pesquisa, pensou-se exatamente como Cervo e Bervian (1996, p.49), que valorizam a descrição (caracterização) e dizem que “[...] a pesquisa descritiva procura descobrir, com a precisão possível, a frequência com que um fenômeno ocorre, sua relação e conexão, com os outros, sua natureza e características, correlacionando fatos ou fenômenos sem manipulá-lo”. Além disso, nesse estudo, entendeu-se o papel da pesquisa descritiva como Thomas; Nelson e Silverman, (2007, p.35), que expõem que “por meio da observação, análise e descrições objetivas” caminhou-se em direção a “validação de

conteúdo”. Em outras palavras, essa pesquisa teve por finalidade observar, registrar e analisar os manuais sem, entretanto, rotular acerca do conteúdo presente em cada um deles, ou seja, não se visou criar juízo sobre as recomendações expressas pelos três manuais, pois todos, ao seu modo, possuem uma linha de raciocínio condizente com a língua portuguesa para conceituar e usar estrangeirismos e siglas. Neste caso, o papel do pesquisador foi perceber, com o necessário cuidado, o modo como são rotuladas e recomendadas as siglas e os estrangeirismos. Destaca-se também Cervo e Bervian (1996) e Vieira (2002), que concordam com a afirmativa de que a pesquisa descritiva foca em desbravar e compreender a realidade por meio da observação, descrição, classificação e interpretação das circunstâncias sem agir sobre a mesma.

Nesse trabalho, o enfoque quantitativo foi encarado com o pensamento de se gerar dados precisos e confiáveis, que permitam uma reflexão estatística. Trindade (2003) fala que a análise quantitativa e dos cruzamentos entre as diversas informações coletadas possibilitaram extrair conclusões que não poderiam ser tiradas sem o levantamento e o cruzamento de informações quantitativas. Dessa maneira, o quantitativo deveu-se pela necessidade de identificar e mensurar o uso dos manuais, ou seja, saber se realmente estão presentes e se são usados em sala de aula. Também foi útil saber quais são os mais usados, pois, dessa forma, fez-se uma análise observando uma consonância entre o resultado da pesquisa e o processo de ensino-aprendizagem. Sendo assim, a partir de uma amostragem do grupo de alunos e professores do curso de jornalismo, foi possível quantificar as predileções, a utilização, as informações importantes para o caminhar deste trabalho.

1.6 Questionários

Nesse estudo, optou-se por utilizar a aplicação de dois questionários como procedimento para a coleta de dados devido ao enorme número de sujeitos investigados, pela objetividade, e também pela necessidade de se ter uma dimensão – uma porcentagem – do gosto e da aplicação dos manuais, bem como de suas técnicas. Aplicou-se o questionário primeiramente com os alunos, esse possuía 34 questões. Após, os professores responderam o questionário com 32 questões. Decidiu-se começar pelos estudantes por questão de praticidade, por serem em maior número e para evitar possíveis trocas de informações (entre eles e ou com os professores) acerca do conteúdo do questionário.

Todas as questões de múltipla escolha – "fechadas" – e as discursivas – "abertas" – propiciavam aos alunos e aos professores tranquilidade, agilidade e direcionamento para as responderem, para possibilitar, conforme Cervo e Bervian (1996, p.138), “coletar informações e respostas mais reais”. A aplicação deste questionário teve dois objetivos, o primeiro identificar o perfil dos sujeitos em relação ao curso – se possuem outra formação superior, se atuam no meio jornalístico ou publicitário, qual a área comunicacional que mais têm interesse, qual(is) meio(s) utilizam para se manterem informados, com qual frequência leem notícias, dentre mais algumas simples perguntas –, uma vez que os dados caracterizadores do perfil apresentam relação com os estudos. O segundo intuito foi evidenciar (ou não) a representação do manual – por meio das siglas e estrangeirismos – no dia a dia dos docentes e discentes do meio jornalístico, permitindo que os sujeitos revelem experiências, percepções e números sobre os tópicos em discussão.

Em relação ao aporte qualitativo, cristaliza-se a temática da participação mútua, que, segundo Chizzotti (2003, p.221) implica em

[...] uma partilha densa com pessoas, fatos e locais que constituem objetos de pesquisa, para extrair desse convívio dos significados visíveis e latentes que somente são perceptíveis a uma atenção sensível e, após este tirocínio, o autor interpreta e traduz em um texto, zelosamente escrito, com perspicácia e competência científicas, os significados patentes ou ocultos do seu objeto de pesquisa.

Assim, entende-se que as questões qualitativas tendem a dar uma ideia ampla e descritiva do que ocorre no processo de ensino-aprendizagem do jornalismo em relação aos manuais e aos verbetes, pois o contato dinâmico do professor com o aluno é “natural”, o que é o foco básico de abordagem dessa pesquisa, como dita Silva e Menezes (2011, p.2):

considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa. [...] O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave. É descritiva. Os pesquisadores tendem a analisar seus dados indutivamente. O processo e seu significado são os focos principais de abordagem.

Nesse trabalho, adotou-se o que Lüdke e André (1986, p.11-13) expõem e propõem acerca das características e passos básicos de uma pesquisa qualitativa, assim os pensamentos elementares adotados são:

1. A pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como sua fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento. [...]
2. Os dados coletados são predominantemente descritivos. [...]
3. A preocupação com o processo é muito maior do que com o produto. [...]

4. O significado que as pessoas dão às coisas e à sua vida são focos de atenção especial pelo pesquisador. [...]
5. A análise dos dados tende a seguir um processo indutivo. Os pesquisadores não se preocupam em buscar evidências que comprovem hipóteses definidas antes do início dos estudos. As abstrações se formam ou se consolidam basicamente a partir da inspeção dos dados num processo de baixo para cima.

As questões propostas foram diretas e tranquilamente entendidas, quantificáveis e a amostra em questão reuniu um bom número de sujeitos, o que gerou uma estatística confiável. Tanto as questões quantitativas (a maioria das perguntas) quanto as qualitativas passaram por um pré-teste com jornalistas e professores da área de literatura, interpretação e gramática e foram bem aceitos por estes especialistas.

As aplicações do questionário foram realizadas somente em duas instituições – por motivos já expressos –, houve um aviso prévio e formal para a aplicação e ela ocorreu das 19h às 22h, enfatizando que os dois cursos acontecem somente no período noturno. Após a liberação para a coleta de dados dada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), da Universidade de Uberaba (UNIUBE), no final de novembro de 2011, imediatamente a aplicação dos questionários começou a ser realizada – ainda em novembro. Este processo ocorreu em salas adequadas, onde permaneceram somente o pesquisador e os entrevistados. Nesse local não houve nenhuma referência à pesquisa, aos manuais de redação, aos estrangeirismos, as siglas e a prática docente.

Em outras palavras, a aplicação do questionário foi agendada com 15 dias de antecedência e marcada para um momento em que os docentes e discentes não tinham a obrigação de ficarem em sala nem em laboratórios, ou seja, a aplicação do questionário aconteceu em uma ocasião em que tanto os professores quanto os alunos estavam disponíveis para participarem da pesquisa, logo não acarretou danos de conteúdo ou de nota aos participantes. Reafirma-se que a aplicação do questionário deu-se em espaços apropriados das duas instituições e em módulo ou horário destinado a atendimento. Em nenhum momento teve-se a ideia de aplicar a pesquisa em outro lugar ou fora do momento estipulado para a aula, a fim de não ter que submeter o entrevistado a mudanças de horário ou de rotina educacional.

Por meio do pesquisador-autor desse trabalho, todas as informações necessárias foram prestadas aos responsáveis das instituições e foram dadas explicações básicas – sobre quem faz e o porquê da pesquisa – aos participantes. Ainda, ressaltando que quem participou da coleta de dados, fez isso de consentimento livre, esclarecido e não precisou identificar-se. Ainda, houve toda a liberdade em não responder a(s) questão(ões) a(s) qual(is) não se sentiu à

vontade e, mesmo assim, ninguém desistiu de participar da pesquisa durante a execução da mesma.

Tanto no momento da aplicação do questionário quanto no uso das respostas para este estudo, houve o comprometimento do pesquisador com relação à garantia do anonimato e do sigilo, assegurando a privacidade dos pesquisados quanto às informações confidenciais abordadas na pesquisa. Deste modo, os materiais coletados foram de responsabilidade exclusiva do organizador da pesquisa.

Vale ressaltar que a confecção das respostas do questionário aconteceu rapidamente, por volta de dez minutos, ratificando os testes preliminares.

Os riscos ou desconfortos que poderiam ser apresentados durante as entrevistas se referiam a algum questionamento de foro íntimo que o sujeito poderia considerar inadequado. Sendo assim, não houve nenhuma questão de cunho sentimental, religioso, sexual, ético, psiquiátrico para o sujeito responder. Se, eventualmente, ele considerasse algum questionamento inadequado, explicitou-se que o mesmo tinha o livre consentimento em não responder à questão, podendo desistir de responder as questões quando julgasse necessário.

Em nenhum momento se fez menção aos nomes dos participantes dessa pesquisa, nem aos das duas instituições que possibilitaram a aplicação dos questionários. Enfim, as medidas protetivas como sigilo e anonimato dos depoentes foram e estão garantidos.

Portanto, o pesquisador não utilizou de mecanismos pelos quais o sujeito possa sofrer represália durante e ou após a entrevista e ela transcorreu de modo eficaz e tranquilo para o pesquisador e para os sujeitos.

Em seguida, passou-se à análise das respostas e os resultados foram – por meio deste impresso – socializados de forma a contribuir para a compreensão e reflexão de aspectos relativos à relação redacional do docente com o discente.

1.7 Análise dos dados

Os pesquisadores Olabuenaga e Ispizúa (1989, p.81), definem a análise de conteúdo como uma técnica para ler e interpretar o conteúdo de toda classe de documentos, que analisados adequadamente desnudam o conhecimento de aspectos e fenômenos da vida social. Assim, pensou-se que a análise do conteúdo, em suas primeiras utilizações, deve centrar muito no processo de categorização e tabulação de respostas às questões abertas

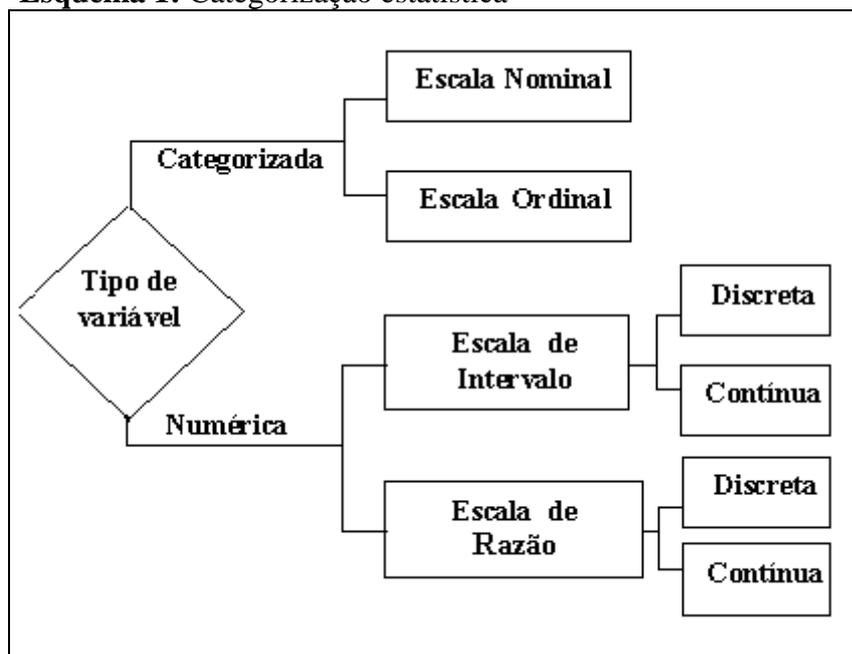
Esta análise foi feita em estudo descritivo com organização do texto extraído do discurso (dos manuais, entrevistas e questões “abertas”), tendo como base o discurso analisado e a realidade dos fatos e fenômenos narrados.

Dentro da interpretação da bibliografia e dos trechos descritivos, visou-se que o material obtido permitisse uma análise enriquecedora e explicativa das relações estabelecidas no manual com o processo de ensino e aprendizagem e, essa compreensão, de acordo com Dauster (1999, p.2), dos vários “significados, sistemas simbólicos e de classificação, códigos, práticas, valores, atitudes, ideias e sentimentos” auxilia na busca das respostas da questão central e das questões secundárias.

Para caracterização e delineamento das respostas dos pesquisados, foram computados os resultados dos questionários aplicados. A análise dos dados discursivos e de múltipla escolha foi descritiva, incluindo também o cálculo de medidas estatísticas – com tabelas – em situações em que fossem possíveis e relevantes as explicações.

Entende-se que, ao saber (sobre) o uso e a predileção (dos professores e alunos) em relação aos manuais (estrangeirismos e siglas), essa questão esclareceu e propiciou muitos argumentos para entender o atual processo educacional de jornalismo impresso. Por isso, privilegiou-se a Estatística, enquanto área do conhecimento. Salienta-se que ela não possui uma teoria geral que possivelmente poderia ser usada em todas as situações e realidade. Sendo assim, utilizou-se a questão “Numérica” por “Escala Ordinal” ou “Escala por Postos (de ordem)”, pois se buscou ultrapassar a simples atribuição de um rótulo ou quem é melhor ou maior, assim podendo classificar os dados em categorias (se os manuais são utilizados e como se aplicam às duas técnicas mencionadas) de um ordenamento preestabelecido. As medições foram obtidas por modo “discreto”, ou seja, por números resultantes de contagens. Explicando que a categorização estatística é o processo pelo qual ideias e objetos são reconhecidos, diferenciados e classificados, ou seja, consiste em organizar algumas respostas dos sujeitos em grupos com o propósito específico de analisá-las confrontando umas com as outras e observando a relação que essas respostas possuem.

Pode-se entender melhor a categorização estatística (e o caminho a ser percorrido na coleta dos dados) observando o seguinte esquema, mais precisamente a parte final.

Esquema 1: Categorização estatística

Fonte: Levine et al (2000).

Com a análise multivariada, buscou-se interligar as informações e reflexões acerca dos três manuais, assim ratifica o pensamento de Johnson e Wichern (1998, p.1), “obter informações a partir da análise de medidas simultâneas de muitas variáveis”, e de Dillon e Goldstein (1984, p.1), “em muitas pesquisas científicas é necessário analisar as relações simultâneas entre três ou mais variáveis”.

Há diversas técnicas para a análise multivariada e cada uma se aplica a um objetivo de pesquisa específico, como é citado por Johnson e Wichern (1998, p.2). Nesse trabalho, o foco foi a construção de teses (a questão central e as secundárias já apresentadas), ou seja, hipóteses cujo intuito é validá-la, assim, primando por um resultado coerente e condizente com esse trabalho.

Com o objetivo de verificar a existência ou não de diferenças, estatisticamente significantes, entre as frequências de respostas emitidas por alunos e por professores, foi aplicado o teste do Qui-Quadrado (SIEGEL,1975) para saber quais respostas apresentaram semelhanças e distorções. Explica-se que o Qui-Quadrado é um teste de hipóteses que se destina a encontrar um valor da dispersão para duas variáveis e avaliar a associação existente entre variáveis, ou seja, não depende de parâmetros populacionais, como média e variância. O seu princípio básico está em comparar proporções, assim sabendo as possíveis divergências entre as frequências observadas e esperadas para determinadas respostas.

Evidentemente, pode-se dizer que dois grupos se comportam de forma semelhante se as diferenças entre as frequências observadas e as esperadas em cada categoria forem muito pequenas, próximas a zero.

Os valores do X^2 obtidos são comparados com os valores críticos do X^2 , que dependem dos graus de liberdade e do valor do nível de significância. Esses valores constam da Tabela dos Valores Críticos do Qui-Quadrado (SIEGEL, 1975).

A abordagem na aplicação dos questionários se baseou no conhecimento generalizável, consistindo em teorias, relações ou princípios ou no acúmulo de informações sobre as quais estão baseadas ou que possam ser corroboradas por métodos científicos aceitos de observação e inferência.

Ratifica-se a pesquisa de campo, pois ela trabalha com análise de fatos e fenômenos exatamente como ocorrem na realidade (neste caso unindo jornalismo-redação-docência) e interpretação desses dados, com base numa fundamentação teórica consistente, objetivando compreender e explicar o problema pesquisado. Dessa maneira, partindo do levantamento bibliográfico e documental, buscou-se dimensionar criticamente acerca da realidade e do envolvimento do manual com o processo de ensino aprendizagem e com o dia a dia jornalístico.

2. A REDAÇÃO JORNALÍSTICA PARA O JORNALISMO E PARA OS DOCENTES E ESTUDANTES

Sabe-se que a redação é uma arte de (bem) escrever, conseqüentemente também de ler, interpretar, entender e informar à sociedade. Em Jornalismo, redação significava a etapa de construção da notícia na qual o texto final se chama matéria e o profissional especializado neste processo é alcunhado de “redator”. O conjunto de procedimentos técnicos utilizados para a redação jornalística se chama “técnica de redação”. Expõe-se que em nenhum momento a ideia desse trabalho é discutir a origem, a carga ideológica, a análise do discurso, a estrutura e o modo como se tece o gênero jornalístico ou narrativo informativo.

Nesse estudo, entende-se que a produção textual – de modo geral – valoriza três pilares ou conseqüências, que são: compreensão do todo, união do caráter pessoal com o vivido socialmente e aplicação dos elos gramaticais. Em outras palavras, um texto, de modo geral, trata-se do arranjo das três ideias anteriores, ou seja, o intuito é aplicar a subjetividade e entrelaçá-la com as técnicas e estilos redacionais e gramaticais. Partindo desse pensamento, Abreu (1991, p.11) sentencia que, um texto não é uma unidade construída por uma soma de sentenças, mas pelo encadeamento semântico delas, criando, assim, uma trama semântica a que damos o nome de textualidade.

Abreu (1991, p.10) ainda discorre sobre o foco primaz da produção de um texto, mostrando que ele “envolve uma intenção, e seu entendimento envolve não apenas o conteúdo semântico – aquilo que o texto diz – mas a decodificação da intenção de quem o produziu”. Pensando assim, a produção textual jornalística evidencia-se por um reflexo do pensamento de quem a escreveu, conseqüentemente, expondo o valor da visão de mundo do dado autor, desse modo enaltecendo o que ele viu e expõe redacionalmente.

Com isso, o redator tenta primar por um compromisso em expor os nuances que verdadeiramente ocorreram de modo neutro (imparcial⁵), ou seja, isento de parcialidade. Assim, ele precisa abster de tomar partido ou juízo de valor ou analisar com paixão ou em causa própria, sacrificando a verdade ou a justiça em favor de considerações particulares ou editoriais.

⁵ A questão da isenção, da narração sem carga ideológica mostra-se como uma discussão extremamente antiga, vasta e que permeia vários campos de estudos. Nesta dissertação, o objetivo não se caracteriza em discutir se as produções informativas são ou não imparciais. O máximo que se diz nesta pesquisa é que ser imparcial trata-se de uma atitude, de uma característica profissional do jornalista, que a priori deve ser sempre levada ou lembrada por ele.

No jornalismo, ressaltam-se os seguintes valores: o caráter informativo, a necessidade de expor de modo isento, ser objetivo, valorizar os aspectos éticos, apego a corrente doutrinária do veículo de comunicação em que o profissional está inserido.

Como a escrita está relacionada com a atividade humana de interação e comunicação, Bronckart (2003, p.71) explicita que a noção de texto pode ser aplicada a toda e qualquer produção da linguagem situada, oral e escrita. Nesse primeiro sentido, portanto, designa toda unidade de produção de linguagem que veicula uma mensagem linguisticamente organizada e que tende a produzir um efeito de coerência sobre o destinatário. Conseqüentemente, essa unidade de produção de linguagem pode ser considerada como a unidade comunicativa de nível superior, que concretiza as ações de informar em consonância com as técnicas e normas gramaticais estabelecidas.

Ao se informarem, os leitores buscam produções que propagam uma mensagem comunicacional coesa e que tendem a produzir um efeito de coerência sobre o seu dia a dia, assim, buscando conhecimento, descontração, lazer e cultura para ampliarem os limites do próprio conhecimento e entenderem o real. Assim, ao terem contato com as informações, eles sabem – um pouco mais – dos acontecimentos que permeiam a realidade ou a história que foram ou estão inseridos.

Sendo assim, defende-se a premissa de que a leitura e a escrita são atividades centrais na relação jornalística, logo, elas devem ser consideradas imprescindíveis como formas de comunicação e de sobrevivência na sociedade em que o ato de informar é elementar. Assim, salienta-se que os textos de notícias são os grandes meios de propagação de informações sobre os acontecimentos daquilo que norteia a vida das pessoas. Pensando dessa maneira, as técnicas de redação jornalística ocupam ou devem ocupar um lugar de destaque no dia a dia da sociedade e nos cursos superiores de jornalismo (momento em que se ensina e aprende profissionalmente a manuseá-la).

Elaborar um texto informativo (focando nos dizeres dos manuais) pressupõe um conjunto de aspectos que precisa ser considerado pelo escritor, tais como: o domínio do código alfabético, de regras ortográficas, pontuação, organização na exposição de ideias, aspectos persuasivos necessários, a distância entre escritor e leitor. Pontecorvo e Zucchermaglio (1989, p.109) afirmam que escrever requer um grande conjunto de opções linguísticas e envolve uma linguagem mais elaborada e organizada. Quando solicitado a escrever um texto, o escritor se depara com a necessidade de gerar ideias e de encontrar soluções linguísticas de forma que o significado se encontre dentro do texto, expresso a partir

de sua organização e elementos constituintes que o caracterizam, e com aspectos sintáticos da escrita.

De acordo com Rego (1986, p.11), a produção escrita é um produto linguístico mais depurado, pois, ao escrever, o sujeito tem a oportunidade de refletir sobre os aspectos formais da mensagem que deseja transmitir, fazer ajustes de forma que o produto escrito final não contenha lacunas, repetições desnecessárias e hesitações que estão geralmente presentes em uma produção textual. Ao se considerar a escrita de textos informativos, além das características já mencionadas, o redator dos textos informativos também precisa dominar as convenções organizacionais e linguísticas comuns a todos os escritores e ainda lidar com as características e exigências técnicas próprias da produção informativa, como mostrado na página anterior.

Enfatiza-se que as questões gramaticais, o vocabulário, as técnicas jornalísticas são importantíssimas para se criar uma identidade do veículo de informação e facilitar a compreensão por parte do público. Enfim, o profissional precisa dominar e saber empregar técnicas e conhecimentos que permitam consolidar as normatizações e imposições gramaticais e editoriais. Em outras palavras, não basta ter competência para informar, deve-se ter competência para informar e também respeitar as determinações vocabulares, da gramática e editoriais. Dessa maneira, a boa linguagem para Câmara Júnior (1983, p.9) precisa da “adequação ao assunto pensado; outra, certo predicado estético que nos convida a encarar com boa vontade o pensamento exposto [...] uma adaptação inteligente e sutil ao ideal linguístico coletivo [...]”.

Considerando os grandes meios de comunicação, o referido autor complementa que “as determinações sobre o uso de determinadas expressões”, acontecem pelo “manual de redação”. Esse deve fornecer de modo sistemático subsídios teóricos, exemplos e comprovações concretas acerca do manuseio de muitas expressões, sem esquecer-se das normas gramaticais ou apelando para outros artifícios comunicacionais. Assim, ratifica-se o pensamento de Câmara Júnior (1983, p.210):

É claro que a nitidez e o rigor da expressão do pensamento, ou, em outros termos, a precisão lógica da exposição linguística tem a primazia sobre tudo mais. A ela se adjunge, como elemento de atração, a qualidade que empolga ou seduz, predispondo a razão a se fixar no que lhe é exposto e a se deixar convencer; ou seja, o efeito retórico [...].

Enfim, não existe fórmula precisa ou exata de como se faz para se tornar um bom redator ou um reproduzidor de conteúdo⁶, seja para qualquer segmento informativo que envolva a escrita. Mas é imprescindível aliar a criatividade – adquirida com um bom repertório vocabular, vários nuances de contar um caso, domínio da tipologia textual ou perspicácia de expor para um público – com as questões gramaticais e com as determinações ou recomendações internas das editorias; teoricamente esse é o pilar do crescimento ou sucesso profissional do redator.

2.1 O ensino de jornalismo no Brasil

Para entender melhor o ensino atual dos cursos de Jornalismo, é valioso salientar que, em 2009, o Supremo Tribunal Federal (STF) acabou com a exigência do diploma em curso superior em Jornalismo para o exercício da profissão (na ocasião, a votação entre os nove ministros levou ao placar de oito a um favorecendo a destituição do certificado de curso superior). Aumentando uma discussão – que não é o foco dessa pesquisa – que se arrasta desde 1918, data do primeiro congresso dos jornalistas, tomando impulso em 1962, em decorrência das mudanças profissionais encaminhadas pelo ex-presidente Juscelino Kubitschek⁷ (de 1956 até 1961) foi validado o decreto 1.177⁸ que regulamentava as condições de ingresso no meio profissional jornalístico, isso já no governo de João Goulart⁹.

Em 1969 foi instituída a obrigatoriedade de diploma universitário¹⁰ de “bacharel em jornalismo¹¹” para o exercício da profissão, tal normatização ocorreu durante o governo

⁶ Trata-se daquele escritor que simplesmente ou meramente redige de modo maquinal, respeitando uma linha de construção imposta.

⁷ Juscelino Kubitschek de Oliveira foi presidente do Brasil no momento que o país vivia uma democracia e uma prosperidade (época em que buscou-se melhorar as condições de trabalho dos jornalistas).

⁸ Decreto do Conselho de Ministros nº 1.177, de 12 de Junho de 1962, o presidente do conselho de ministros, usando da atribuição que lhe confere o art. 18, item III, do ato Adicional à Constituição Federal, aprova o Regulamento sobre o registro de Jornalista Profissional.

⁹ João Goulart foi presidente do Brasil de 1961 a 1964. Antes disso, também foi vice-presidente, na gestão de Juscelino Kubitschek. Foi no “governo Jango” (como ficou conhecido o momento em que Goulart administrou o país) que foi consolidada as leis estabelecendo as melhoras e o reconhecimento do profissional em jornalismo.

¹⁰ É um título conferido normalmente por uma instituição de ensino superior em reconhecimento oficial pela conclusão com sucesso de todos os requisitos de um curso, de um ciclo ou de uma etapa de estudos superiores.

¹¹ O Bacharel ou bacharelado é voltado ao mercado de trabalho. Torna o graduado em jornalismo apto a desenvolver uma atividade na área de abrangência do curso. Lembrando que ele não adquire a licenciatura, ou seja, o que o não torna apto a transmitir o conhecimento, não sendo um docente.

federal da Junta Militar¹², que administrou o país durante dois meses em 1969. A exigência do diploma para exercer o jornalismo pautou-se no decreto-lei 972, de 17 de outubro de 1969, que tornava oficial e formal a profissão de jornalista em diferentes aspectos.

Destaca-se que tal obrigação enaltecia o diploma conquistado em uma instituição superior de jornalismo, todavia, o decreto não mencionava uma definição unificada acerca do que constituiria a atividade jornalística. Enobrece-se a excessiva listagem de vastas e ecléticas ações dadas ao profissional da área, como: reportagem, redação, coleta de informações, comentários, crônicas, produção gráfica, elaboração de desenhos artísticos ou técnicos de caráter jornalístico, revisão de textos, organização de arquivos jornalísticos, a pesquisa realizada nesses arquivos para a elaboração de notícias e o ensino de técnica de jornalismo. Assim, tem-se uma abrangência tão extensa e diversificada de atividades, que sintetizam praticamente tudo que é feito nos meios de comunicação e os profissionais precisam para a organização do legado de informar.

Segundo Beltrão (1990), a obrigatoriedade de possuir o diploma não atingiu o objetivo de promover uma boa formação acadêmica para os profissionais da comunicação, pois a quantidade de centros de estudos com instrução em jornalismo era insuficiente mesmo com aumento do número de estudantes e de jornalistas, de adeptos a área.

Assim, até 2009, de acordo com Rose Maria Vidal de Souza (2012), poderia exercer o ofício quem possuísse o Registro da Profissão Jornalística¹³ (retirado no Ministério do Trabalho). Logo, para obter tal permissão para o trabalho jornalístico havia duas formas: tendo o diploma do curso realizado em escola oficial ou reconhecida, de nível universitário, sujeito à competente revalidação quando expedido por escola estrangeira (com curso equivalente ao de Jornalismo no Brasil). Ou prova de estágio de 36 meses consecutivos ou de 42 meses interrompidos e limitados ao período total de 48 meses em empresas jornalísticas, devidamente comprovado.

Independente dessa decisão judicial, percebeu-se que após 2009, ela não afastou os alunos dos cursos de Jornalismo. De acordo com dados do Censo do Ensino Superior de 2003, o número de cursos saltou de 260, em 2000, para 443, em 2003, o que corresponde a um aumento de 70% nesses quatro anos. Segundo números, de 2009, fornecidos pelo Ministério

¹² A Junta Governativa Provisória de 1969, também conhecida como Segunda Junta Militar foi um triunvirato governamental composto pelos três ministros militares Aurélio de Lira Tavares, ministro do Exército Augusto Rademaker, ministro da Marinha, e Márcio Melo, ministro da Aeronáutica. Assumiram a administração do governo brasileiro de 31 de agosto a 30 de outubro de 1969.

¹³ O registro profissional é uma licença para se exercer uma profissão. O registro definitivo é concedido aos profissionais que concluem o curso de Comunicação Social com habilitação em Jornalismo e já estão com seus diplomas apostilados pelo Ministério da Educação. Esta modalidade de registro foi oficializada pelo Departamento Jurídico do Ministério do Trabalho e Emprego, conforme Decreto nº 83.284, de 13 de março de 1979.

da Educação e Cultura (MEC) existem cerca de 470 cursos de Jornalismo distribuídos em todas as regiões do Brasil. Nessas instituições estimam-se que se graduam por ano quase 12.000 jornalistas.

O fim da obrigatoriedade do diploma não provocou mudanças nos currículos. Verifica-se que desde 1999 não há um Currículo Mínimo para os Cursos da área de Comunicação e ratificando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação no Brasil, o currículo dos cursos de Jornalismo deve incluir, pelo menos, as seguintes disciplinas: 1- Realidade Socioeconômica Brasileira, 2- História da Comunicação, 3- História do Jornalismo, 4- Técnica de Reportagem, 5- Técnica de Redação, 6-Diagramação, 7- Radiojornalismo, 8- Telejornalismo, 9- Jornal Laboratório, 10- Projeto Experimental em Jornalismo, 11- Ciberjornalismo.

De uma forma geral, a redação jornalística está (in)diretamente inserida nas disciplinas de Técnica de Reportagem, Técnica de Redação, Jornal Laboratório, Projeto Experimental em Jornalismo, Ciberjornalismo; ou seja, essas matérias propiciam uma discussão, um domínio dos estilos e gêneros¹⁴ jornalísticos, bem como um contato primaz teórico e prático com as produções informativas escritas. Com isso, nas matérias mencionadas, trabalha-se bastante com a produção de notícias, sendo assim, é exigido que o redator entenda e domine algumas técnicas de normatização de uso de algumas expressões do cotidiano jornalístico e outras técnicas. Diante disso, salienta-se que o papel de ditar os padrões de emprego de determinados termos cabe ao manual de redação, o que o torna objeto de análise nessa pesquisa.

2.2 A figura do professor no atual modelo de ensino

Destaca-se que os docentes ocupam um lugar importante na formação educacional e pessoal, no suporte familiar e na história do Brasil, pois, por meio desses profissionais é que se transmite um conhecimento elementar, os valores e as crenças para o estudante em formação de caráter, espírito social e profissional. Logo, os professores influenciam no dia a dia de cada aluno, de cada brasileiro que se fez ou se faz presente na sala de aula. O educador necessita estar em constante evolução, deve ter um “eu” propenso a transformação e mudanças, assim com base em Lasky (2005) alardea Marcelo (2009, p.11) que:

¹⁴ Conjunto, arcabouço de textos com as mesmas características informativas.

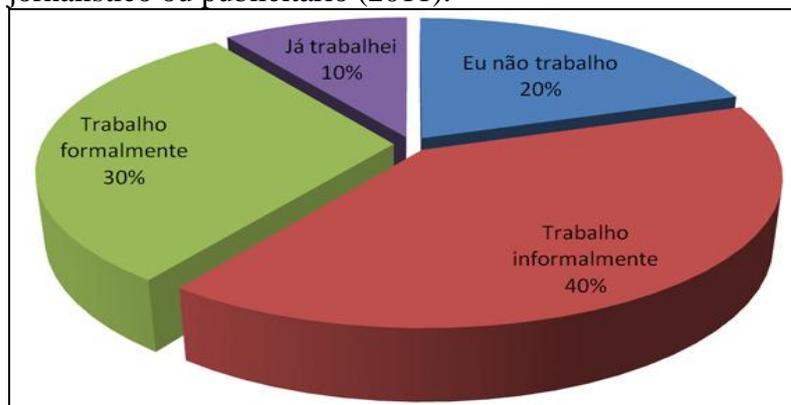
A identidade profissional é a forma como os professores se definem a si mesmos e aos outros. É uma construção do seu **eu** profissional, que evolui ao longo da sua carreira docente e que pode ser influenciada pela escola, pelas reformas e contextos políticos, que “integra o compromisso pessoal, a disponibilidade para aprender e ensinar, as crenças, os valores, o conhecimento sobre as matérias que ensinam e como as ensinam, as experiências passadas, assim como a própria vulnerabilidade profissional”. As identidades profissionais configuram um “complexo emaranhado de histórias, conhecimentos, processos e rituais.

O processo educacional deve ser comprometido com a formação do “eu” – caráter, personalidade, cultura – enraizado em uma dada sociedade e em uma circunstância. Concordando com Marcelo (2009), ao que tange a construção do “eu profissional”, é fácil entender quando o filósofo brasileiro Rodrigues (2001) defende a importância da educação como meio de evolução do ser, pois, de acordo com ele, a educação não é questão só de formação da cidadania, mas é um processo de formação humana. Para ele, educar integralmente corresponderia a formar o ser humano, inserindo-o no mundo social e disciplinando-o aos seus impulsos naturais; desenvolvendo nele (homem) a capacidade do entendimento e do conhecimento, sendo assim, essa proposta ratifica a ideia da educação como meio de compreensão e análise do “mundo social” e do próprio eu.

Desse modo, Rodrigues (2001, p.88), apresenta uma ideia de que o mundo humano não é um mundo pré-determinado. Com isso, as noções de justiça, de equidade e de liberdade, as crenças e os projetos, as concepções de Estado e de organização política são influenciadas e ao mesmo tempo influenciam os espaços sociais em que os indivíduos vivem; as relações de gênero; as expectativas sociais dos indivíduos ou de grupos com os quais os indivíduos se relacionam; os círculos de amizade e até mesmo os estados emocionais. Em suma, tudo isso deve ser levado em consideração na “formação da identidade” do “eu”.

Para entender melhor o professor enquanto sujeito dessa pesquisa, expõe as seguintes respostas.

Gráfico 1: Professores que além da carreira docente trabalham no meio jornalístico ou publicitário (2011).



Org. O autor (2012).

Analisando o gráfico 1 (anterior), verifica-se que 70% dos participantes da pesquisa adotam uma atuação paralela a de professor (no meio jornalístico ou publicitário). Diante disso, percebe-se que a profissão docente é dividida com outras carreiras ou funções; atuações que necessitam de dedicação e tempo e que podem influenciar na preparação e execução das aulas. Vale destacar que dos sujeitos entrevistados apenas um docente não tem a formação de jornalista, dado que não influencia o foco desse debate.

No desejo de melhorar a atual situação docente, Giroux (1999, p.157-158) propõe um debate público com o grande intuito de fazer com que os professores mostrem o seu pontual “intelectual transformador”, segundo o autor:

O clima político e ideológico não parece favorável para os professores no momento. Entretanto, ele de fato lhes oferece o desafio de unirem-se ao debate público com seus críticos, bem como a oportunidade de se engajarem em uma autocrítica muito necessária em relação à natureza e finalidade da preparação dos professores, dos programas de treinamento no trabalho e das formas dominantes da escolarização. De forma semelhante, o debate oferece aos professores a oportunidade de se organizarem coletivamente para melhorar as condições em que trabalham, e demonstrar ao público o papel fundamental que eles devem desempenhar em qualquer tentativa de reformar [...].

Em Marcelo (2009, p.8), observam-se conceitos que devem ser aplicados ao dia a dia do professor, ou seja, ações que ele necessita desempenhar para inovar, propagar e construir o constante hábito de (re)aprender para buscar uma evolução da atividade docente no século XXI:

Sendo assim, para os docentes, ser professor no século XXI pressupõe o assumir que o conhecimento e os alunos (as matérias-primas com que trabalham) se transformam a uma velocidade maior à que estávamos habituados e que, para se continuar a dar uma resposta adequada ao direito de aprender dos alunos, teremos de fazer um esforço redobrado para continuar a aprender.

Pensar no cotidiano dos professores (enquanto sujeitos desse trabalho) é refletir acerca do desenvolvimento do docente primeiramente como ser humano, uma vez que a base dessa formação contribuirá para o seu papel de cidadão e de profissional, pois, no exercício da profissão docente, ele passará por várias situações pessoais (relacionamento interpessoal e profissional, vitórias, derrotas, conflitos, superações), portanto, deverá estar preparado para resolver e ultrapassar cada uma dessas situações.

Para Hengemühle (2007, p.202-203)

[...] a educação precisa respeitar o homem e possibilitar-lhe o desenvolvimento das suas capacidades, para que possa desenvolver-se como pessoa, cidadão, profissional competente em um mundo dinâmico. As pessoas precisam fortalecer a esperança de que, através da educação, conseguem sair da sua situação de dependência e ignorância pessoal e coletiva.

Entendendo os pensamentos anteriores, perfaz-se que o processo de ensino-aprendizagem propicia uma evolução individual, social e de trabalho. Dessa maneira, o convívio social e profissional exige – cada vez mais – um envolvimento maior e enfático por parte do docente.

O professor – como peça chave no processo educacional – deve pontuar sempre o seu trabalho na “postura ética” – expressão usada por Charlot (2008, p.30) –, assim, ele precisa agir em um cotidiano de adversidades:

[...] na sociedade contemporânea, ele é, antes de tudo, um trabalhador da contradição. [...] Ele consta daqueles cuja função é manter um mínimo de coerência, por mais tensa que seja, em uma sociedade rasgada por múltiplas contradições. São trabalhadores cujo profissionalismo inclui uma postura ética. E, se possível for, o senso de humor.

O meio em que se trabalha é essencial na reflexão acerca do processo educacional, ou seja, não se pode isolar o professor da sua realidade, nem negar que em cada sala há múltiplos alunos em formação, em diferentes bases familiares, em diversos níveis de conhecimento.

A reflexão acerca do próprio trabalho de docente é primordial para entender a consolidação prática, ou seja, a experiência reflexiva se mostra muito importante para lidar com as inúmeras situações apresentadas. Desse modo, enfatiza Contreras Domingo (2002, p.105): “Por isso é necessário resgatar a base reflexiva da atuação profissional, com o objetivo de entender a forma em que realmente se abordam as situações problemáticas da prática”.

Entende-se que educar integralmente corresponderia a proporcionar o conhecimento básico e multidisciplinar ao ser humano, inserindo-o no mundo social e moldando os seus impulsos naturais, logo, desenvolvendo nele a capacidade do entendimento e da reflexão.

Concorda-se com Moran et al (2000, p.123), quando diz que “a sociedade está mudando nas suas formas de organizar-se, de produzir bens, de comercializá-los, de divertir-se, de ensinar e de aprender.” Dessa forma, passa e precisa ter modificações, da mesma maneira ocorre com o ensino, com a produção escrita em que determinadas expressões, técnicas, termos são privilegiados ou mais aceitos em determinado ambiente ou época enquanto que outros são substituídos ou sofrem (de)crêscimos, sendo essa a realidade do manuseio da língua, de uma língua que possui diversas abordagens ou interpretações.

A troca de experiência com outros profissionais é importante para o desenvolvimento e crescimento profissional. Também numa visão mais ampla, independente da situação e do contexto onde se desenvolve a atividade escolar, o desenvolvimento profissional premia pelo seu local de atuação.

Para Marcelo (2009, p.10):

[...] as definições, tanto as mais recentes como as mais antigas, entendem o desenvolvimento profissional docente como um processo, que pode ser individual ou coletivo, mas que se deve contextualizar no local de trabalho do docente – a escola – e que contribui para o desenvolvimento das suas competências profissionais através de experiências de diferente índole, tanto formais como informais.

O desenvolvimento humano deve ocorrer de forma global, atingindo todas as esferas e considerando as experiências na vida pessoal e profissional. Para que isso se torne realidade, é importante ressaltar que o profissional deve buscar o seu aprimoramento como pessoa e como trabalhador, visando desenvolver seu trabalho docente com competência e qualidade, utilizando como estratégia e prática docente a sua experiência profissional acumulada ao longo de toda a sua vida.

Cunha (2010, p.131) ressalta bem essa ideia:

Ampliando a discussão sobre o conceito de formação e estendendo-o para a formação de professores compreendemos que esse termo se instala como um elemento de desenvolvimento profissional e de crescimento dos professores em sua prática pedagógica e em suas funções como docentes. Referimo-nos também, a um processo na trajetória do professor que integra elementos pessoais, profissionais e sociais na sua constituição como profissional autônomo, reflexivo, crítico e colaborador.

O profissional da educação para obter êxito no processo de educar, precisa estar atualizado e ter domínio dos conteúdos com os quais trabalha, combinar tudo isso com novas práticas de ensino e experiência profissional, atingindo assim o seu objetivo como educador,

fazer com que os alunos consigam absorver e aplicar de forma analítica e crítica o que aprenderam.

No gráfico 2, percebe-se que todos os docentes entrevistados disseram que valorizam a preparação das aulas (que pode ser por meio do manual), inclusive, para 70% isso ocorre “independente da necessidade”, já 30% mencionaram que buscam a preparação do conteúdo diante de assunto atípico ou complicado. Tais números implicam que se preparar para ensinar é constante e fundamental, independente da conjuntura.

De acordo com Tardif (2002, p.218 - 219):

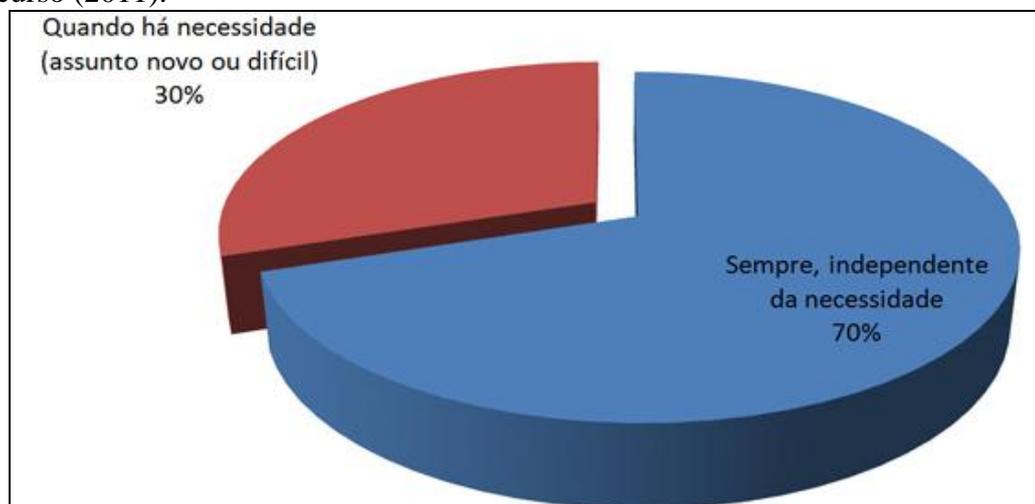
Ao longo de sua história de vida pessoal e escolar, supõe-se que o futuro professor interioriza certo número de conhecimentos, de competências, de crenças, de valores etc., os quais estruturam a sua personalidade e as suas relações com os outros (especialmente com os alunos) e são reatualizados e reutilizados, de maneira não reflexiva, mas com grande convicção, na prática de seu ofício.

Para o professor, conhecer o que se está ensinando é fundamental para ter a confiança dos alunos, transmitindo segurança para os mesmos, trabalhando e instigando-os a análise crítica e reflexiva do conteúdo.

Resende (2007, p. 48-49) analisa este fato da seguinte forma:

Este domínio abrangente e profundo do conteúdo é fundamental para que o professor tenha autonomia intelectual, o que lhe permitirá fazer escolhas seguras do que irá ensinar, escolher representações adequadas, imprimir a sua marca pessoal no tratamento do conteúdo. [...] Compreender supõe ter a capacidade de “manejar” os conteúdos, traduzindo-os, interpretando-os, analisando-os, sintetizando-os, fazendo julgamentos, generalizando-os, demonstrando-os, selecionando-os, estabelecendo o que é central e o que é periférico, etc.

Gráfico 2: Tempo destinado pelos professores para elaboração das aulas durante o curso (2011).



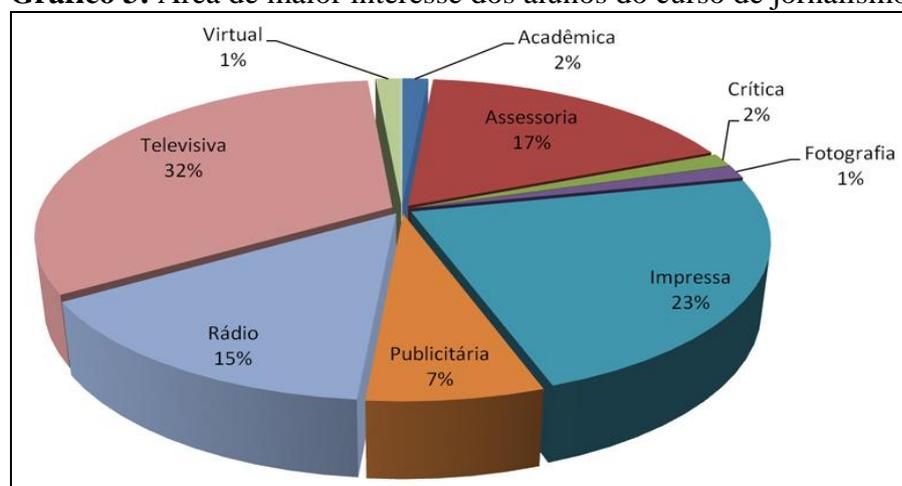
Org. O autor (2012).

Focando no ensino de jornalismo impresso, averigua-se que para seis professores sujeitos entrevistados, primar por uma boa base na produção escrita (ter um ótimo processo de ensinar) é essencial para o sucesso: “**Fundamental** para o exercício da língua e da criação” (sujeito 1); “[...] devemos reforçar a **importância** do domínio da linguagem oral e escrita, do hábito da leitura. Em seguida, o aluno deverá conhecer as principais técnicas do meio ao qual se dedicará” (sujeito 2); “É a **base** para se ter um profissional que escreva bem. Depois disso, a adaptação do texto para outras plataformas fica mais fácil” (sujeito 3); “O jornalismo impresso é **fundamental** na formação do futuro jornalista. É o bê-a-bá do jornalismo [...]” (sujeito 4); “dependendo da instituição deve ser muito **bom**, por conta dos profissionais (docentes) e suas competências” (sujeito 5); “[...] o ensino do jornalismo impresso é pautado nos **melhores** teóricos e acadêmicos e nas atuais técnicas redacionais e de diagramação” (sujeito 8); (os grifos são meus).

2.3 Perfil acadêmico e profissional dos sujeitos

Durante a análise dos dados, percebeu-se que questões relativas à idade, sexo, formação do ensino médio, tipo de instituição que estudou ou estuda eram pouco relevantes para esse trabalho. Deste modo, centrou-se mais em questões acadêmicas e profissionais, ou seja, todas as perguntas e respostas convergem (têm foco) para a utilização ou não do manual de redação. Assim, as respostas possuem efeito e consonância com os objetivos propostos dessa pesquisa.

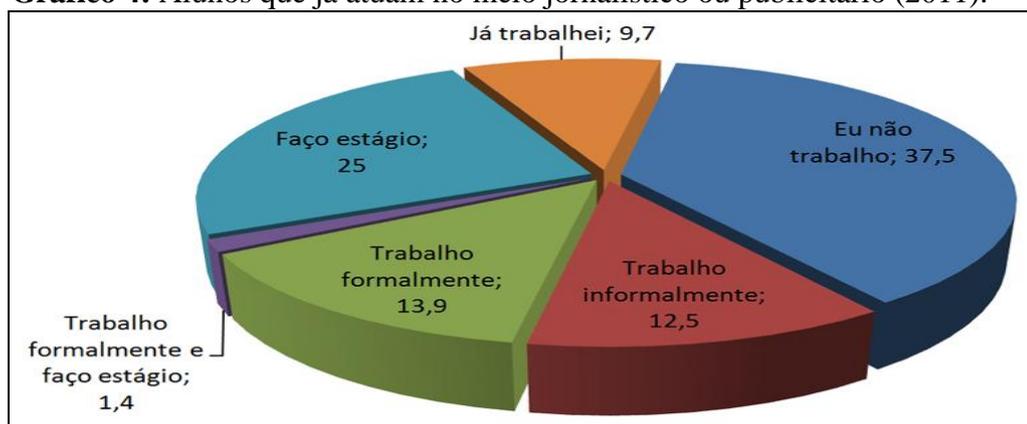
Gráfico 3: Área de maior interesse dos alunos do curso de jornalismo (2011).



Org. O autor (2012).

Diante da resposta anterior, percebe-se o grande desejo de se atuar no meio televisivo (32%, segmento que conta com a preferência dos graduandos entrevistados para atuação) e de sua forte associação e representatividade em relação ao jornalismo. Também se faz valioso perceber que o impresso (23%) e a assessoria (17%), segundo e terceiro lugares, são atividades jornalísticas consolidadas e que necessitam ou devem necessitar de manuais de redação e estilo para direcionamento e padronização das produções.

Gráfico 4: Alunos que já atuam no meio jornalístico ou publicitário (2011).



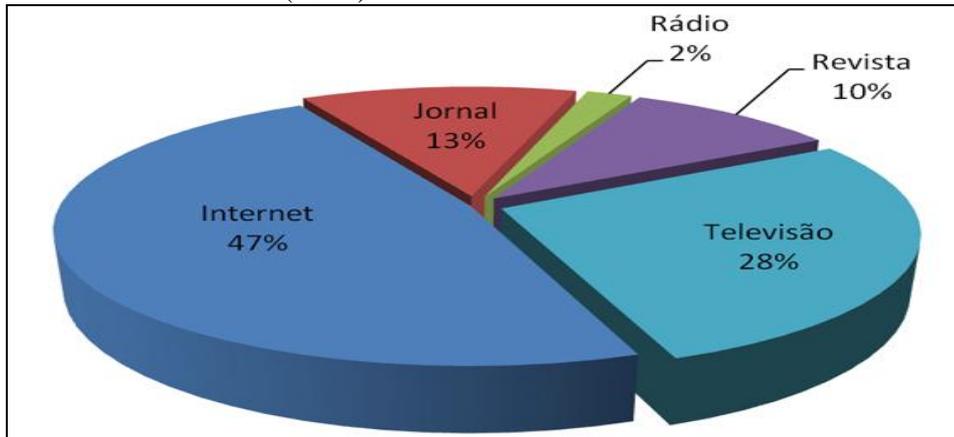
Org. O autor (2012).

Para agregar mais informações acerca da atividade jornalística dos estudantes, foi desempenhada uma questão referente ao trabalho desempenhado no meio comunicacional e percebeu-se que 37,5% dos 72 sujeitos que responderam a entrevista não tiveram, ainda, a oportunidade de atuarem nesse meio, ou seja, estão em um momento de abstração do aprendizado acadêmico e ainda não colocaram em prática os conhecimentos adquiridos. Já os outros 62,5% já passaram ou estão passando pelo estágio e ou pelo trabalho formal¹⁵ e ou informal¹⁶, ou seja, tem ou já tiveram um contato – mínimo – com o dia a dia jornalístico.

¹⁵ Entende-se como aquele trabalho com registro (anotação) na carteira de trabalho ou contrato de prestação de serviço formalizado.

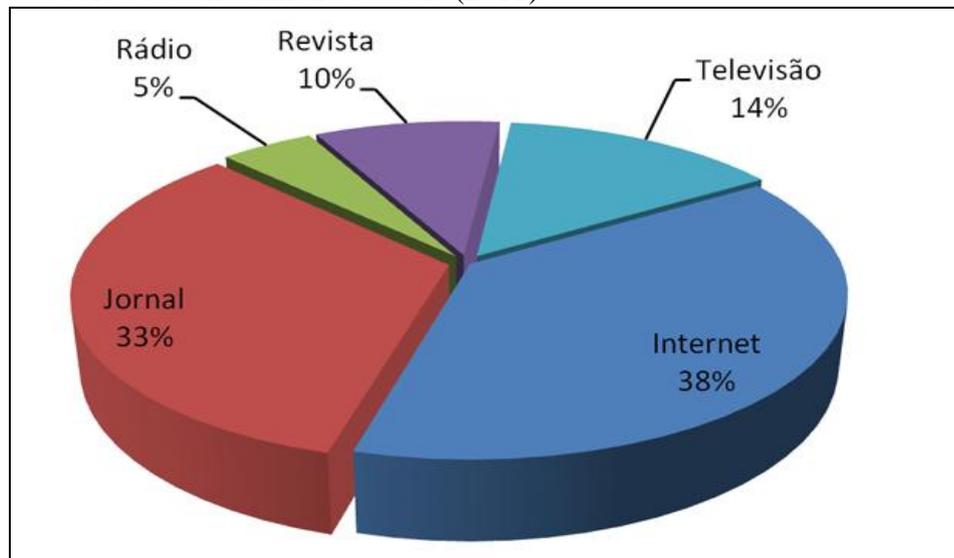
¹⁶ Aponta-se como a atividade que não possui nenhuma documentação oficial que comprova o vínculo de atuação profissional.

Gráfico 5: Meios que os alunos utilizam para se manterem informados sobre os acontecimentos atuais (2011).



Org. O autor (2012).

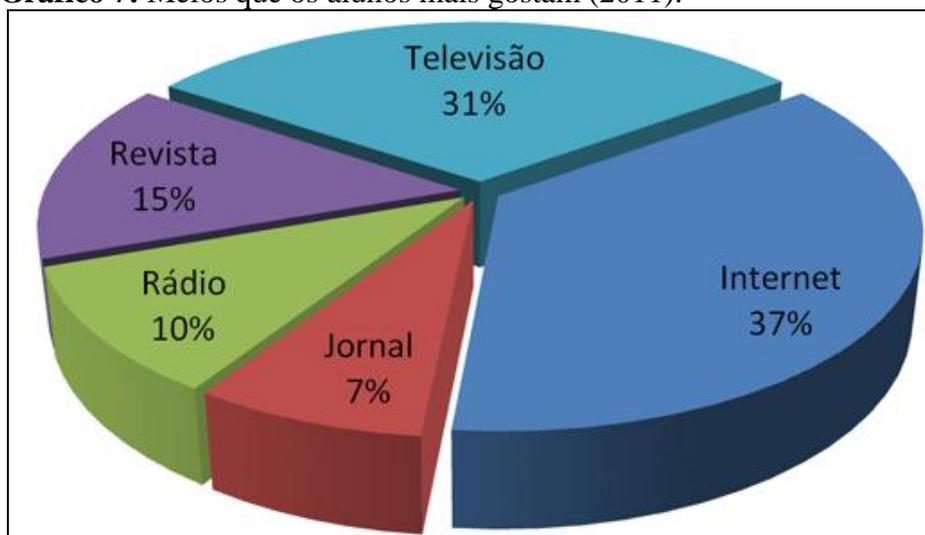
Gráfico 6: Meios que os professores utilizam para se manterem informados sobre os acontecimentos atuais (2011).



Org. O autor (2012).

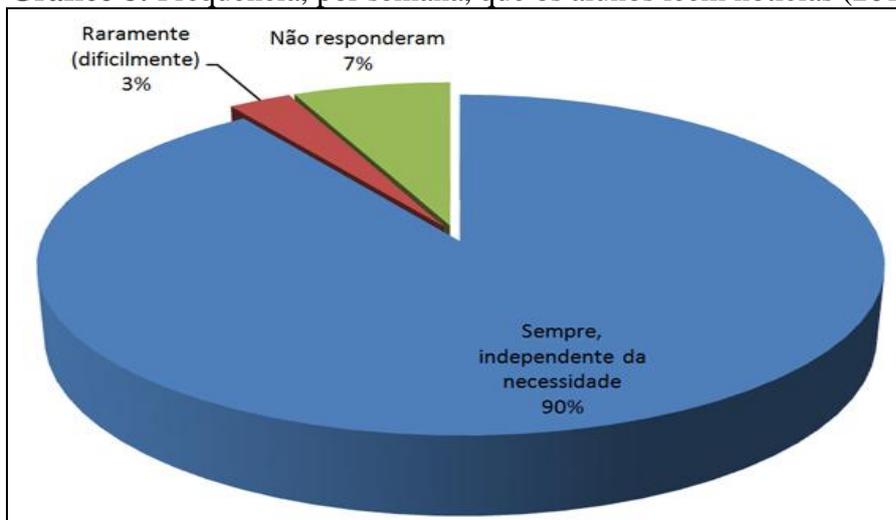
Na questão sobre os meios que utilizam para se obter informações sobre os acontecimentos atuais, aplicada aos alunos e professores, verifica-se que a internet e os meios impressos – jornal e revista – correspondem juntos a 76% (dos alunos) e 71% (dos professores) dos veículos utilizados. Esse número tem muita relevância para essa pesquisa, pois, a aplicação dos escritos nos manuais de redação e estilo deve ser centrada nas produções de jornais, revistas e informativos virtuais que possuem a notícia como matéria prima de seu trabalho.

Gráfico 7: Meios que os alunos mais gostam (2011).



Org. O autor (2012).

Um dado a ser destacado é que, na preferência dos professores e dos estudantes de jornalismo, os telejornais não estão em primeiro lugar, e sim em segundo, com 31% da preferência, como o meio informativo mais usado. O primeiro lugar coube ao segmento virtual com 37%. Mesmo se tratando de uma amostragem pequena, esse dado rompe com os números propagados na sociedade – de modo geral – e que coloca as atrações televisivas como as mais utilizadas para se possuir informações, as estatísticas provam isso há muitos anos. Na pesquisa “Hábitos de Informação e Formação de Opinião da População Brasileira”, realizada em todo o Brasil, encomendada pelo Governo Federal no início de 2010 e divulgada em julho daquele ano, concluiu-se que a televisão e o rádio são os meios de comunicação mais utilizados pela população: 96,6 % dos entrevistados veem televisão e 80,3 % se apegam ao rádio.

Gráfico 8: Frequência, por semana, que os alunos leem notícias (2011).

Org. O autor (2012).

Acredita-se que o hábito da leitura deve antever e ser primaz no curso de graduação, assim, nesse período de formação intelectual, tal ação necessita ser lapidada para depois ser colocada em prática no dia a dia profissional. Durante o desempenho da profissão, não pode ocorrer um mero procedimento de ler, prima-se por uma prática crítica minuciosa e clínica. Dessa maneira, para conhecer mais o sujeito que usa (ou não) o manual de redação e sabendo que ler é um requisito básico para a profissão de jornalista ou para o sucesso em um curso de graduação em comunicação, foi questionando a frequência, por semana, com que os alunos leem notícias. Assim, constatou-se que mais de 90% dos entrevistados valorizaram o hábito da leitura, independente da necessidade do curso ou da profissão. Desse modo, lendo muitas notícias e com o intuito de se informar, o leitor-graduando tem um bom contato com o uso de estrangeirismo e siglas.

Gráfico 9: Área profissional e área docente de maior interesse dos professores (2011).

Org. O autor (2012).

Observando as resposta dos professores, capta-se a informação de que o meio impresso detém o interesse dos professores, 50% deles se interessam pela área e 40% gostam dela enquanto conteúdo. Em segundo lugar, como campo de interesse e de docência, está a parte organizacional (assessoria) com 20%. As demais áreas citadas (televisiva, filosófica, publicitária), de forma geral, tiveram 10% das preferências. No quesito ensino, além dessas mencionadas, também foi citada a ética com 10%.

3 OS MANUAIS DE REDAÇÃO

Sabendo que a leitura – de textos informativos – é um hábito constante na e para a sociedade e que a internet foi o meio informativo de preferência dos graduandos e que, aliada aos meios impressos – jornal e revista¹⁷ –, correspondem juntos a 70,3% (dos alunos) e 80,9% (dos professores) dos veículos utilizados para se obter informações, destaca-se a serventia e a necessidade de um material de direcionamento para pontuar as notícias. Esse papel recai aos manuais de Redação (e Estilo), que são usados em muitas editorias, as organizações ou grupos comunicacionais, para auxiliarem o redator do meio virtual, do impresso, da assessoria e aos profissionais e estudantes.

Então, sabendo de sua valia para o jornalismo, entende-se que o manual é uma obra com dicas, regras e sistematização do manuseio da língua – portuguesa – escrita com o princípio de informar ao leitor. Em outras palavras, trata-se de um conjunto de normas estipuladas por editorias de muitos meios da imprensa brasileira para padronizar – respeitando as regras da língua portuguesa – e facilitar o cotidiano das construções jornalísticas dos veículos de comunicação. Enfim, essas normas internas – com características peculiares – visam oferecer as técnicas elementares, os jargões básicos, os conceitos imprescindíveis usados dentro da profissão, com o intuito de uniformizar e nortear a atividade redacional. No Manual de Redação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Scarton e Smith (2002, p.2), os manuais dessa natureza apresentam as seguintes características principais:

- i) têm como base as regras ortográficas e gramaticais de gramáticas e dicionários conhecidos;
- ii) privilegiam os aspectos normativos da língua, de modo especial os que maiores dificuldades oferecem (emprego do hífen, de maiúsculas, de abreviaturas, de pronomes de tratamento, etc.), não se preocupando, pois, com a questão descritiva (fonologia, análise sintática, definições, classificações, etc.);
- iii) apresentam os conteúdos mediante forma bastante objetiva, clara, simples, com exemplificação adequada, favorecendo, assim, sua plena compreensão;
- iv) visam, em consequência, a uma finalidade eminentemente pragmática: servir de fonte de consulta, estudo ou material de treinamento, intentando ir ao encontro dos que lidam com a produção de textos na rotina administrativa.

Tal produção ainda serve para divulgar e pautar a evolução das redações e o comportamento do escritor dentro de uma sociedade, que necessita e cobra cada vez mais de uma formação sólida e discursiva do profissional. E, tudo isso, sem esquecer-se da concisão, da

¹⁷ Neste trabalho, mesmo sabendo da importância informativa e do valor como fonte de consulta dos livros, eles não entraram como divulgadores de notícias diárias informativas.

clareza e da objetividade, que conforme consta no manual de redação da Presidência da República, Brasil (2002, p.13)

[...] é antes uma qualidade do que uma característica do texto oficial. Conciso é o texto que consegue transmitir um máximo de informações com um mínimo de palavras. Para que se redija com essa qualidade, é fundamental que se tenha, além de conhecimento do assunto sobre o qual se escreve, o necessário tempo para revisar o texto depois de pronto. É nessa releitura que muitas vezes se percebem eventuais redundâncias ou repetições desnecessárias de ideias.

O esforço de sermos concisos atende, basicamente ao princípio de *economia linguística*, à mencionada fórmula de empregar o mínimo de palavras para informar o máximo. Não se deve de forma alguma entendê-la como *economia de pensamento*, isto é, não se devem eliminar passagens substanciais do texto no afã de reduzi-lo em tamanho. Trata-se exclusivamente de cortar palavras inúteis, redundâncias, passagens que nada acrescentem ao que já foi dito.

Da clareza, no referido documento, tem-se que

[...] deve ser a qualidade básica de todo texto oficial, conforme já sublinhado na introdução deste capítulo. Pode-se definir como claro aquele texto que possibilita imediata compreensão pelo leitor.

E da objetividade, que se trata de redigir de modo objetivo é ir direto ao ponto, expor diretamente e obviamente; sem rodear ou rebuscar as ideias, ou seja, deve ser preciso, usar poucas palavras, mas sem perder a essência do conteúdo.

Então, concisão, clareza e objetividade são três características que facilitam o uso da linguagem escrita por parte dos redatores e dos que leem tais textos, independente da escolaridade ou especialização.

Esses manuais são tão importantes, que sintetizam a relação empresa-cliente, como se verifica no estudo do Instituto Gutenberg (1995, p. 3) “o manual de redação é um contrato que os jornais firmam com seus leitores – sobretudo quando milhares de exemplares são vendidos em livrarias para que o público possa saber com que regras o jornal se faz”. E eles não se limitam apenas a explicar o manuseio das regras gramaticais e a tentar a padronização, visam também definir conceitos, evitar polêmicas dentro das redações e propiciar ao profissional da comunicação escrita mais noções de produção textual e técnica. Principalmente em uma época em que o uso de notícias como fonte de pesquisa da língua portuguesa contemporânea é enorme – como acontece indiretamente¹⁸ com esse projeto.

No questionário aplicado aos professores, na pergunta 24 (“Em sua visão, o que é manual de redação?”), boa parte das respostas (80%) tiveram as palavras – ou os seus

¹⁸ Vale frisar que o foco não é centrar os estudos na forma, na ideologia, na tipologia das notícias; no máximo usá-las para exemplificar a condução técnica trabalhada nos manuais e nos cursos de jornalismo.

derivados – “normas” e “padronizar”. Pensa-se que o substantivo “norma” indica um “princípio que serve de regra, de lei, de modelo”; já o verbo “padronizar” trata de “estabelecer o padrão de; servir de modelo; estandardizar, normas.” Enfim, nos dois casos há aceção de determinação, mandamento, regra.

Eis as respostas dos sujeitos: “Meio **padrão** de exemplificação de verbetes” (sujeito 1); “É um manual de **padronização** editorial e um guia rápido para consultas [...]” (sujeito 2); “Um conjunto de **normas** que visa **padronizar** a linguagem nos veículos de comunicação” (sujeito 4); “Um manual com **normas**, regras e conceitos utilizados por comunicadores” (sujeito 5); “Instrumento de **padronização** do jornalismo” (sujeito 6); “Uma reunião de **normas**, regras e procedimentos jornalísticos adotados por um determinado veículo de comunicação” (sujeito 8); “Conjunto de **normatização** para os impressos” (sujeito 9); “aplicação de **padrões** e conselhos de boa conduta para um processo primaz de redação, editoração e disseminação das notícias nos e pelos veículos impressos (sujeito 10). Em uma situação (sujeito 3) a definição foi “Um conjunto de orientações editoriais que compõe as políticas de um determinado veículo”, nesse caso, usou-se o termo “orientações” substituindo as palavras ou as variações de “normas” e “padronizar”; no dicionário de Português, o verbo “orientar” indica “dirigir, guiar, encaminhar”, aqui neste trabalho é encarado como aconselhar, propor, recomendar e sugerir; diferente da semântica de estabelecer leis subentendida em “normas” e “padrão”. Em um único caso (sujeito 7) a resposta foi depreciativa “Algo que engessa o processo de criatividade” (os grifos são meus).

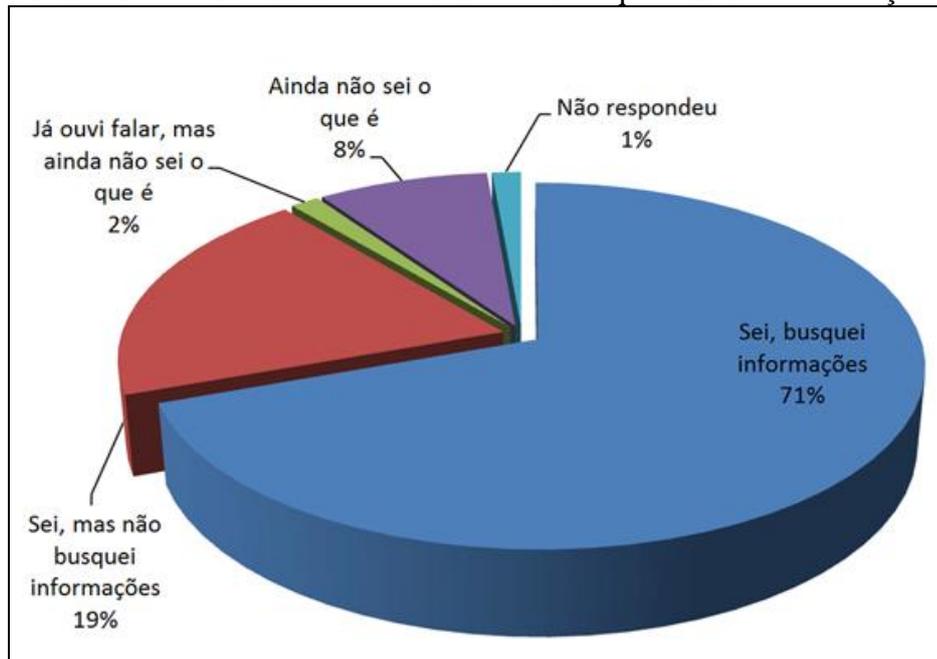
Pensando na última resposta, vale ressaltar que há ressalvas e pedidos de cuidado em relação à aplicação desses livros, Carvalho (1998) aponta que:

Os manuais deveriam ater-se, o quanto possível, a aspectos exteriores e ‘materiais’ da escrita, como ortografia, abreviaturas, padronização de nomes, evitando pontificar sobre estilo ou, pelo menos, opinando nisto com extremo cuidado e tão somente em nome da conveniência utilitária [...].

Por causa da associação do manual com as palavras “padronização” e, principalmente, “normas”, muitos leigos observam os tais fascículos como (ou acham que eles podem ser) um mecanismo de limitação e vigilância¹⁹ sobre os jornalistas, não contribuindo para uma espontaneidade da escrita. Premissa que deve ser veemente rechaçada, pois trata-se de um meio em que se pauta muito na criação, na expressão, na explanação; logo não pode ou não deve possuir delimitações ou cerceamentos.

¹⁹ Uma delimitação interna que é ocasionada pela existência de normatizações.

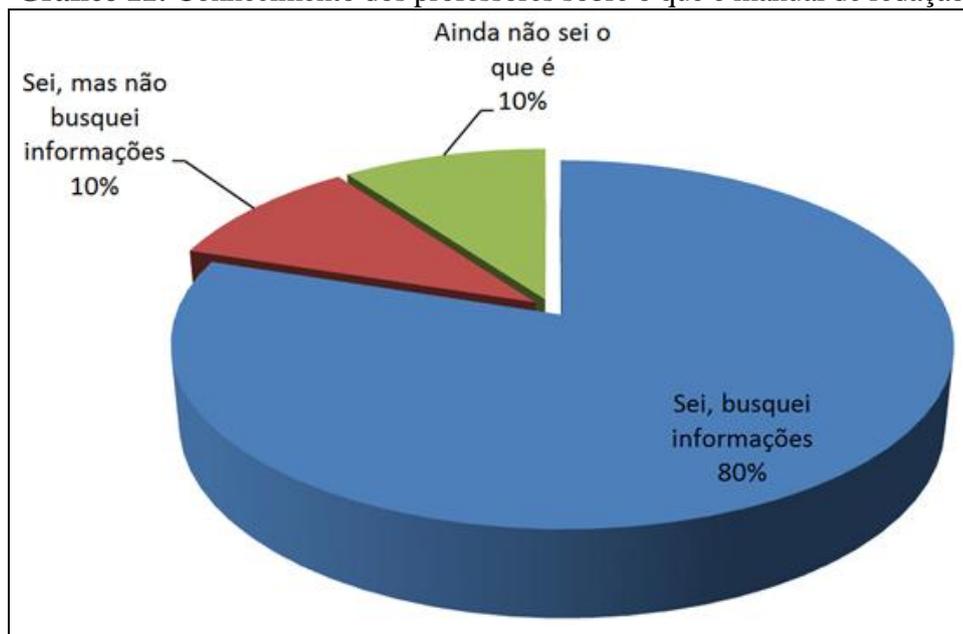
Gráfico 10: Conhecimento dos alunos sobre o que é manual de redação (2011).



Org. O autor (2012).

Pondera-se que mais de 90% dos graduandos em jornalismo já ouviram falar nos manuais (exatamente 92%) e que 90% sabem o que é um manual de redação e estilo e 8% não sabem do que se trata. Assim, afirma-se que se trata de uma obra recorrente – citada – no meio educacional.

Gráfico 11: Conhecimento dos professores sobre o que é manual de redação (2011).



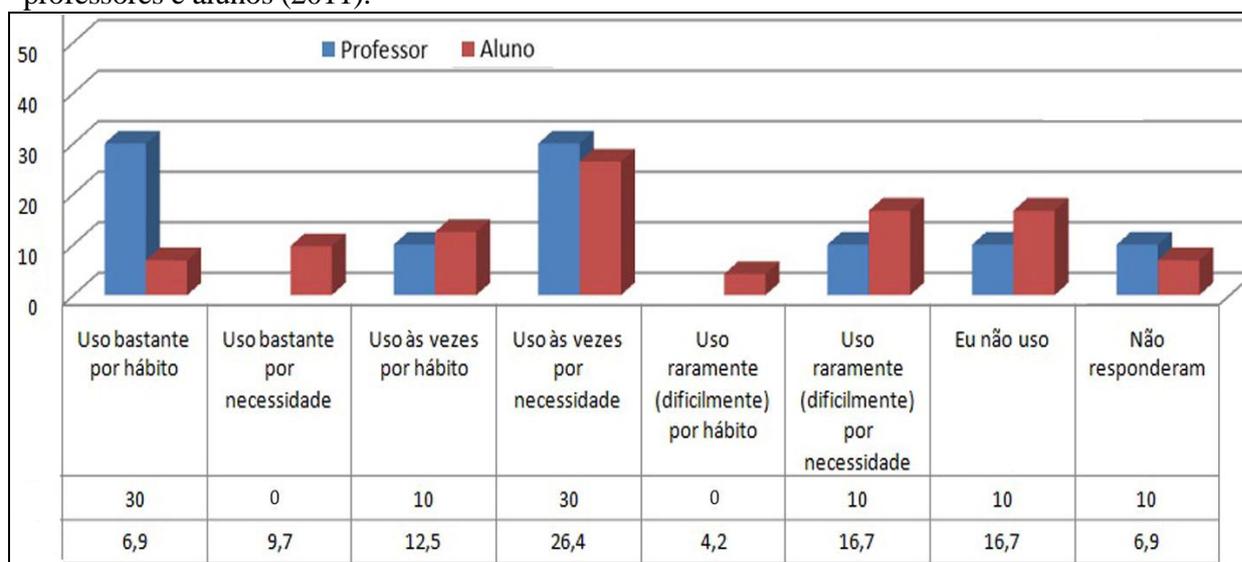
Org. O autor (2012).

Em relação aos professores, apenas um sujeito (10%) não conhece o manual de redação. O número de 90% prova que os docentes conhecem o conceito de manual. Dessa forma, explicita-se que ele é recorrente no meio.

Sobre a questão acerca do uso do manual, não como preparação de aula, mas como um suplemento, um apoio durante a construção de um texto jornalístico, entende-se que 80% dos professores usam o manual. Desses, 30% utilizam “bastante por hábito”, 10% usam também por hábito esporadicamente, 30% e 10% expõem que manuseiam por necessidade, respectivamente “às vezes” e “raramente”. Expõe que 10% não usam e que 10% se resguardaram no direito de não responderem. Portanto, tem-se uma grande dimensão dos docentes que ou usam o manual.

Se comparadas as respostas dos professores com as dos alunos, observa-se que houve uma diferença perceptível e acentuada entre elas. Entre os estudantes a respostas mais dita foi que eles responderam que usam “às vezes por necessidade” o manual (26,4%), em segundo lugar apareceram duas respostas (com 16,7%) “Uso raramente (dificilmente) por necessidade” e “Eu não uso”, destaque para essa última fala em que se percebe que quase 17% mantêm um desapego ao uso do manual. Conclui-se que, mesmo em menor proporção que os docentes, os graduandos também já folhearam o manual.

Gráfico 12: Consulta em algum manual de redação, ao redigir um texto jornalístico entre professores e alunos (2011).



Org. O autor (2012).

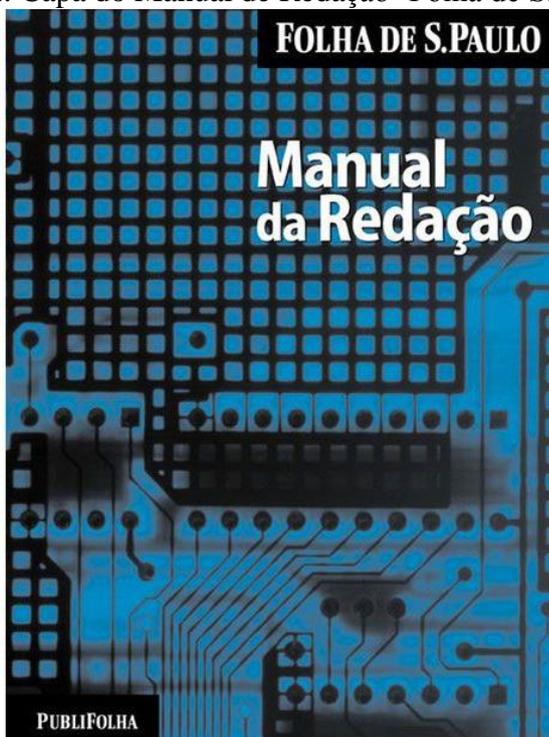
No Brasil, há muitos (mini)manuais, livros que contém dicas e normatização da língua portuguesa para o meio comunicacional, mas três que se destacam bastante são os da Folha de São Paulo, do Estado de São Paulo e do O Globo. Esses não se tornam verdadeiras

“ferramentas” apenas para os seus funcionários, ainda orientam estudantes e profissionais – de áreas afins, de outros jornais e diversos veículos.

O manual da Folha de São Paulo foi criado em 1984 e atualmente está na edição de 2011, número 17, totalmente em língua portuguesa, com 392 páginas, formato: 16,5 cm por 21,3 cm (largura - altura), impresso em Offset 90g/m, quatro por quatro cores, brochura, com peso de 695 gramas, registrado no International Standard Book Number (ISBN) com sendo 978-85-7402-262-8 e no ISBN²⁰-13: 978-85-7402-262-8. Sobre o manual, a sua editoria expõe que

O texto não se limitava a impor regras gramaticais e padronizar a linguagem. Dava ao jornalista noções de produção gráfica, definia conceitos e servia como base para discussões no dia-a-dia da Redação. Esse manual teve uma segunda edição, revista e ampliada, em 1987. Em 1992, a Folha editou o Novo Manual da Redação. Nele, as regras anteriores se flexibilizavam, admitindo nuances, deixando de lado uma padronização considerada intransigente. Como afirma sua Introdução, as normas do novo manual ‘apostam na iniciativa e no discernimento individuais, na inventividades das soluções em cada caso e na disposição para manter o jornalismo em aperfeiçoamento constante’ (FOLHAUOL. Publicado em: 16 jan. 2003).

Figura 1: Capa do Manual de Redação ‘Folha de São Paulo’ (2006).



Fonte: Manual de Redação ‘Folha de São Paulo’ (2006).

²⁰ ISBN é um sistema que identifica numericamente os livros segundo o título, o autor, o país e a editora, individualizando-os inclusive por edição. O sistema é controlado pela Agência Internacional do ISBN, que orienta e delega poderes às agências nacionais. No Brasil, a Fundação Biblioteca Nacional representa a Agência Brasileira coordena o processo de atribuição do número de identificação aos livros editados no país.

Mesmo trazendo uma “série de anexos (gramatical, jurídico, médico e outros) cujo objetivo é oferecer ao público uma obra de referência – concisa, porém abrangente – e ao mesmo tempo dar subsídios à atividade jornalística”, destaca-se que não há a pretensão de desvalorizar e ou substituir a gramática, por exemplo. Vale ressaltar que todos os manuais se baseiam nas tradicionais gramáticas e são aprimoramentos e compêndios para o cotidiano editorial.

Com isso, afirma-se que as questões gramaticais, o vocabulário, as técnicas jornalísticas são importantíssimos para o bom desempenho escrito e profissional do redator, mas esse conhecimento não pode ser encontrado basicamente e de modo completo nos manuais.

O Manual de Redação do Estado de São Paulo foi lançado em 1997, totalmente redigido em idioma português, está em sua terceira edição, em papel brochura, possuindo 400 páginas, o seu ISBN é 8516016692, ISBN-13: 9788516016692. Em seu prefácio, redigido pelo seu autor Eduardo Martins (2007, p.9) salienta-se o objetivo, público alvo, origem dos exemplos, conforme transcrito a seguir:

Esta terceira edição do Manual de Redação e Estilo apresenta consideráveis alterações em relação à original, de 1990. Assim, [...] para corrigir omissões ou incluir assuntos que passaram a ocupar o noticiário nos últimos anos.

[...]

De qualquer forma, o objetivo deste trabalho continua o mesmo: expor, de modo ordenado e sistemático, as normas editoriais e de estilo adotadas pelo Estado.

[...]

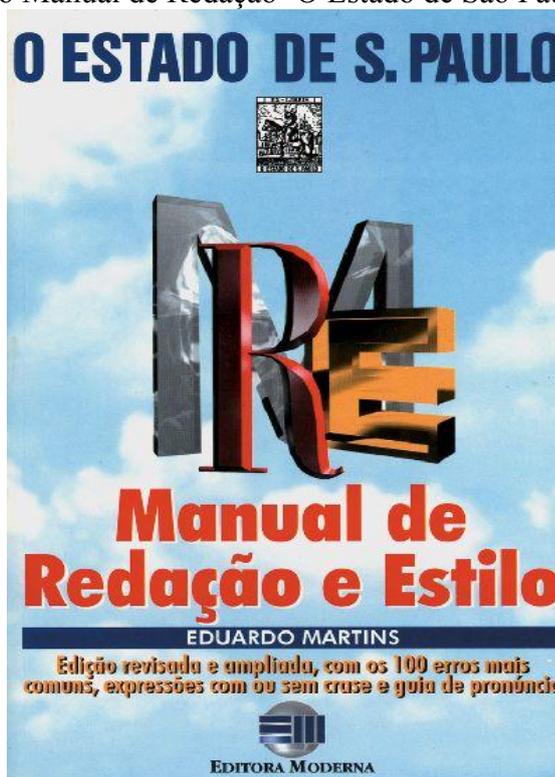
Embora destinado a jornalistas, o Manual pode também constituir eficiente auxiliar de todos aqueles que precisem escrever com regularidade, estejam se preparando para exames de redação ou queiram conhecer as principais particularidades da língua portuguesa.

[...]

Na grande maioria, os exemplos constantes do Manual foram extraídos de jornais e revistas, o que lhes dá um caráter de permanente atualidade. Eles são abundantes e têm por objetivo manter o profissional o mais próximo possível das construções com que se defronta no dia-a-dia.

Destaca-se que os exemplos citados no manual utilizados são do meio jornalístico, o que valoriza e reporta ao trabalho diário dos redatores. Evidencia-se também duas passagens: a que trata do intuito principal da obra, que é ser usado pelos colaboradores do grupo, isso “de modo ordenado e sistemático” (ideia usada nos outros dois manuais e que se torna um quesito essencial) e a outra marca expõe que o livro pode ser útil para aqueles que buscam as “principais” noções acerca do uso do idioma (reparando que não se utilizou “todas” ou “teorizadas” ou “sempre exemplificadas”, como deve ocorrer em uma boa gramática).

Figura 2: Capa do Manual de Redação ‘O Estado de São Paulo’ (1997).



Fonte: Manual de Redação ‘O Estado de São Paulo’ (1997).

Já o manual O Globo, publicado pela editora de mesmo nome, está na edição de número 23, também escrito totalmente em língua portuguesa, ele possui 246 páginas, acabamento em brochura, formato: 14 por 21 cm e está inscrito no ISBN com o número 8525010995. Segundo os editores do referido manual

Nesta edição revisada e ampliada do Manual ele está enriquecido, principalmente, pelas reações de seus leitores. Procuramos [...] ampliar o que se mostrou útil e interessante [...].

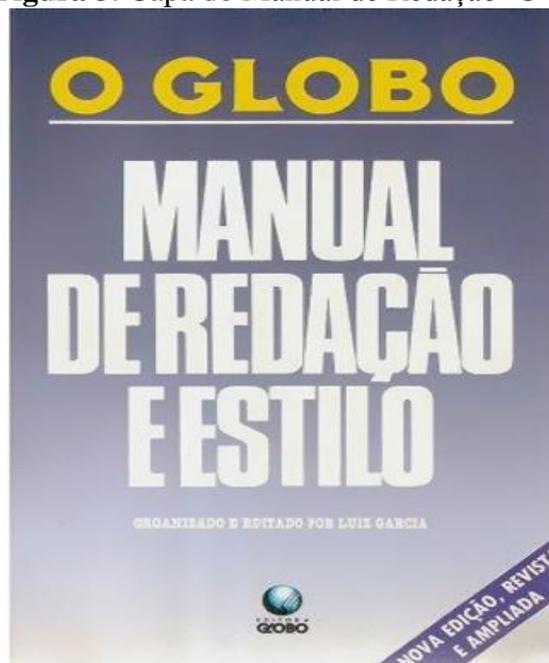
Acreditamos que ficou bem mais fácil consultar o Manual.[...]

Procuramos – acreditamos que com êxito – atingir um ponto de equilíbrio entre a informação curta e objetiva, de fácil acesso, para a consulta de cada dia, e a discussão mais alongada de algumas questões relevantes do estilo e da atividade jornalística. [...]

m) Os veículos das Organizações Globo usarão a norma culta da Língua Portuguesa, levando sempre em conta a sua evolução e as múltiplas possibilidades que ela acolhe. [...]. Cada veículo estabelecerá, em seu manual de redação, a padronização que considerar a mais apropriada. Mas editores evitarão que suas idiosincrasias em relação à língua se tornem norma;

n) Os veículos das Organizações Globo têm obrigação de se fazer entender. Uma notícia tem de ser publicada de forma clara, para que o público a compreenda sem dificuldades. Nesse sentido, na edição de reportagens, recursos explicativos que facilitem o entendimento são uma obrigação (ORGANIZAÇÕES GLOBO, publicado em: <http://g1.globo.com/principios-editoriais-das-organizacoes-globo.html#correcao>).

Figura 3: Capa do Manual de Redação ‘O Globo’ (2005).



Fonte: Manual de Redação ‘O Globo’ (2005).

Ressalta-se a serventia do manual no ensino, em aulas acerca das modalidades textuais informativas, nas instituições de ensino superior, pois, nessas ocasiões, torna-se interessante ler e ou explicar os parâmetros – base de consulta ou referência – e esses passam a ser os manuais que se tornam referências para os alunos.

Evidencia-se que, em alguns casos, a definição contida nesse livro de normas propõe apenas uma possibilidade de uso de determinada estrutura – habitualmente não aprofunda na discussão teórica, expõe apenas o que é adequado²¹ ou inadequado, explicação prática e teórica que cabe à gramática. Em suma, o manual não busca cercar a criatividade nem impor limites em se tratando de talento para os editores, repórteres, redatores, professores, alunos e jornalistas. Desse modo, torna-se importante não confundir “definir princípios que tornem uniforme os aspectos jornalísticos” com inibição ou censura a imaginação. Para ratificar tal ideia expressa, resgata-se os dizeres expressos no prefácio do Manual da PUCRS,

A julgar por sua especificidade, poder-se-ia concluir apressadamente que os manuais ensinam a escrever aos que se encontram no efetivo exercício desta atividade ou a todos quantos aspiram a exercê-la. Na verdade, sua contribuição, bem como o domínio dos conteúdos neles abordados devem ser relativizados, pois a competência lingüística, a competência comunicativa na produção textual implica outras variáveis que ultrapassam os domínios normativos, prescritivos, os domínios do que se aprende na maioria das vezes nos livros, no ensino formal - regras de grafia, acento indicativo de crase, pontuação, concordância, regência, colocação, etc.

²¹ O termo “adequado” não implica em uma verdade absoluta, ou no certo ou consolidado. Tal expressão indica que é algo oportuno (pontual, usual e cabível) para a ocasião e para o interlocutor.

Fique claro, pois, que o fato de um texto se apresentar com correção gramatical - e os manuais contribuem para tanto - não significa que esteja bem redigido. Dito de outro modo, deve-se sublinhar que a correção gramatical é um dos requisitos básicos do texto, espécie de credencial ou cartão de apresentação pessoal de seu emissor; mas isso, por si só, não basta. (SCARTON e SMITH, 2002, p.2).

3.1 Elementos grafos

Nesse trabalho, entende-se que todas as expressões e verbetes tornam-se registros comunicacionais de manifestação e informação – neste caso, formas escritas –, ou seja, são as particularidades redacionais necessárias para uma produção redacional eficaz. Diante disso, tais expressões (verbetes) tratam do ato de redigir de modo claro e conciso para facilitar o entendimento e a interpretação do leitor. Enfatizando que neste caso o foco de análise cabe aos estrangeirismos e as siglas.

3.2 Elementos Grafos - Estrangeiros

Há diversas definições para “estrangeiro”, assim, basear-se-á no uso da linguagem, frases ou termos provindos de outro idioma dentro de um ambiente, que possui a sua língua nativa. O estrangeirismo tem duas categorias: com aportuguesamento, ou seja, a grafia e a pronúncia da palavra são adaptadas para o português. Exemplos: gol (do inglês *goal*), ringue (do inglês *ring*), abajur (do francês *abatjour*), muçarela (do italiano *mozzarella*); a escrita e a fala não sofrem o aportuguesamento: conserva-se a forma original da palavra. Exemplos: mouse (do inglês *mouse*), show (do inglês *show*), etc (do latim *etc*), pizza (do italiano *pizza*). Faraco (2001, p.38) afirma que:

Entende-se por estrangeirismos o uso de palavras e expressões de línguas estrangeiras utilizadas cotidianamente em um país onde a língua oficial é outra, como no caso do Brasil, o uso do inglês, francês, espanhol, etc ‘misturado’ com a Língua Portuguesa.

A seguir, eis uma lista com algumas palavras de utilização frequente que o idioma português tomou de empréstimo às outras línguas, de acordo com Houaiss (2001) e Ferreira (2004):

Quadro 1: Palavras de outras línguas utilizadas no idioma português

Do Alemão:	brasa, trégua, luva, espora, albergue, fralda, coifa, feudo, embaixada, rico, íngreme, agasalhar, vermute.
Do Árabe:	açougue, algodão, alfafa, alface, alfaiate, alfândega, alfazema, algarismo, almôndega, açúcar, álcool, acém, algema, armazém, arroz, azeite, azeitona, azulejo, bazar, xerife, xarope.
Do Grego:	anjo, apóstolo, bíblia, bodega, blasfêmia, blasfemar, batizar, gesso, igreja, monarquia, teatro, clímax, púrpura, heureca.
Do Hebraico:	aleluia, Páscoa, sábado.
Do Francês:	abajur, batom, bidê, bijuteria, boate, boné, bufê, buquê, camelô, carnê, champanha, chofer, complô, dossiê, edredom, guichê, maçom, madame, maionese, maquete, maquilagem ou maquiagem, marrom, matinê, omelete, paletó, patê, pasteurizar, purê, raquete, toaleta, tricô.
Do Inglês:	basquete, beisebol, bife, biquíni ou biquine, blefe, clube, coquetel, craque, detetive, drinque, esporte, filme, folclore, futebol, jóquei, handebol, hóquei, iogurte, iate, lanche, magazine, náilon, nocaute, piquenique, pingue-pongue, repórter, recorde, suéter, sanduíche, tênis, vagão, voleibol, xampu.
Do Italiano:	cassino, confete, espaguete, gueto, imbrólio, lasanha, nhoque, maestro, mortadela, muçarela, piano, pitoresco, pizza, ricota, risoto, ravióli, soneto, pastel, lasanha, salsicha.
Do Espanhol:	castanhola, cavaleiro, caudilho, ninharia, ojeriza.
Do Latim:	index, bis, memorandum, quo vadis, status quo, habeas corpus, etc, idem.
Do Russo:	esputínie, rublo, vodca.
Do Chinês:	chá, chávena, nanquim, pequinês.
Do Japonês:	biombo, judô, gueixa, haraquiri, haicai, nissei, quimono, samurai. Do Turco: algoz, horda, lacaio, quiosque.
Do Tupi:	araponga, arara, carijó, caboclo, canoa, capenga, carioca, jiboia, jururu, mandioca, pajé, pereba, pitanga, pindaíba, saci, tatu, xará.
De Africanas:	acarajé, agogô, angu, axé, banguela, batuque, berimbau, búzio, cachaça, cachimbo, canjica, carimbo, capenga, caxumba, farofa, fubá, jiló, macumba, mandinga, maracatu, marimbondo, moleque, quiabo, quibebe, quilombo, quindim, quitute, samba, senzala, tutu, vatapá, xangô, zumbi.

Org. O autor (2012).

Evidencia-se que tal interferência pode apresentar diversos pontos de vistas, pois há os termos estrangeiros que vem para preencherem espaços em que a língua original não possui correspondente ou que este é pouco usado ou conhecido. Dessa forma, o empréstimo estrangeirismo é benéfico e se torna um instrumento importante para a evolução comunicacional, cultural e até mercadológica. Enfim, o português mesclado com outros idiomas trata-se da soma da dinâmica cultural, que resulta do convívio entre os povos.

Também existem aqueles termos que possuem uma tradução para o idioma local, e mesmo assim são utilizados, ou seja, nem sempre a utilização de termos estrangeiros na língua mãe acontece em função da inexistência de palavras adequadas. E esse uso acontece por várias questões, dentre elas: mercadológica, política, modismo, influência cultural,

econômica. Com isso, o uso indiscriminado e a simples mistura de línguas sem um objetivo claro, pode ser prejudicial ao ato comunicacional e até propiciar a perda de identidade cultural e incorrer na possibilidade de exclusão.

Assim, observa-se que os três manuais versam sobre estrangeirismo: No Manual da Folha, na página 332, há parte denominada “Principais estrangeirismos Grafia adotada pela Folha e origem”, há uma conveniente explanação:

Faz parte da evolução natural da língua incorporar palavras estrangeiras. Entretanto, o uso excessivo de estrangeirismos, muitas vezes desnecessários, torna o texto pedante, quando não incompreensível (FOLHA DE SÃO PAULO, 2006, p.332).

Entre as páginas 332 e 335 – parte denominada “Anexo” –, há um excelente serviço prestado aos leitores do manual, pois tem-se uma lista – em ordem alfabética – de vários termos de origem estrangeira recorrentes no Brasil, expondo aqueles que já foram ou que podem ser considerados aportuguesados e os que devem ser evitados, ainda mostrando a origem deles – latina, grega, inglesa, francesa, alemã, japonesa.

Destaca-se a seguinte explicação:

Termos de origem estrangeiras que já estão aportuguesados aparecem sem aspas nesta lista. Não se fazem restrições ao seu uso. O mesmo vale para palavras que, embora mantenham a sua grafia original, já podem ser tidas como incorporadas à linguagem cotidiana. Os termos registrados entre aspas devem ser evitados (FOLHA DE SÃO PAULO, 2006, p.332).

Alguns exemplos são: “affair” (francês), a “piori” (latim), “bijuteria” (francês), “caubói” (inglês), “copy” (inglês), “feedback” (inglês), “internet” (inglês), “marketing” (inglês), “training” (inglês), “vodca” (russo).

Na página 67 do mesmo manual há uma explicação sobre o uso com uma recomendação: “certos estrangeirismos podem dificultar a compreensão do assunto, constituir clichês ou soar de maneira pedante”. Ainda, aconselha-se a preferir expressões da língua nativa diante do estrangeirismo e cita três casos, dentre eles: “**estréia**, e não ‘**preview**’; **personalizar** e não ‘**customizar**’” (grifos dele). Mas, constatada-se que esta determinação não é aplicada dentro dos diversos segmentos desse veículo de comunicação, pois, na internet – em www.folhaonline.com.br – as recomendações e regras não são realizadas, como se comprova com os dois termos citados anteriormente, ou seja, as próprias palavras estrangeiras, que são utilizadas como exemplos no manual, aparecem nos textos do portal da Folha.

Com nove novos estilistas, Fashion Week começa dia 27 de janeiro. Um **preview** da mostra "Tripoli - 40 Anos de Fotografia", que deve estrear em abril, é uma das atrações paralelas. (o grifo é meu). (FOLHA ONLINE. Publicado em: 16 Jan. 2003).

Aos 91, Jamelão canta ao vivo no desfile da Poko Pano. Antes do início do desfile, as "celebridades" foram convidadas a **customizar** biquínis. Com cestas repletas de fitas e botões, funcionários da marca pediram que os artistas criassem sua própria peça [...] (FOLHA ONLINE. Publicado em: 26 jun. 2005). (o grifo é meu).

Já no segmento impresso, também ocorre o mesmo erro de aplicação, exemplificando o termo “stores” (“loja” em inglês), no jornal do dia 27 de outubro de 2007 (sábado), no suplemento “Vitrine”, na reportagem “Belo Horizonte – Os endereços preferidos de Ronaldo Fraga” [...] “Na contramão das megastores do ramo [...]”.

Continuando, o manual ainda relata que se não existir a tradução correta ou quando a fala estrangeira for consagrada, utiliza-a sem as aspas. E mais, em casos em que há obrigação de uso de um termo estrangeiro desconhecido, esse tem que ser rodeado entre aspas e possuir em seguida uma explicação. E, para melhorar a explanação e, conseqüentemente, facilitar o entendimento do leitor, há o exemplo de “**spread**, taxa de risco nos empréstimos internacionais” (grifos dele).

A seguir, aparecem dois textos que mostram a maneira adequada e a inadequada de se tratar o próprio vocábulo “spread”.

Vale já refinanciou 84% do empréstimo bilionário para compra da Inço. Os bônus com vencimento em janeiro de 2017, no valor de US\$ 1,25 bilhão, possuem cupom de 6,25% ao ano, pago semestralmente, e foram emitidas com rendimento para o investidor de 6,346% ao ano, resultando em **spread** de 168 pontos base sobre o retorno dos títulos do Tesouro dos EUA (FOLHA ONLINE. Publicado em: 22 dez. 2006). (o grifo é meu).

Repare que o exemplo acima não tem aspas, muito menos a explicação posterior. Já na exemplificação seguinte há o uso recomendado, isto é, com a explicação logo após o vocábulo.

Governo quer conta salário obrigatória. [...] o governo acredita que reduzirá o custo dos bancos e, portanto, abrirá espaço para a redução do "**spread**" (a diferença entre o custo de captação do banco e o valor cobrado dos clientes) (FOLHA DE SÃO PAULO, Publicado em: 26 ago. 2006). (os grifos são meus).

Também, evidencia-se o manuseio de estrangeirismos desconhecidos, sempre os explicando, como acontece com a expressão *lato sensu* em “[...] a entidade dá cursos de pós-graduação **lato sensu** (popularmente chamados de especialização)” – da matéria “Conselho aperta cerco ao grupo da medicina estética”, publicada em 25 de março de 2011, no FolhaUOL – e de “izakaya” (japonês), na reportagem “Incentivo, **chef** Kanashiro volta à

cena” de 25 de janeiro de 2012 (quarta-feira) apareceu explicada depois do seu uso: “O lugar foi anunciado como um **izakaya** – um bar de **saquê** (e outras bebidas), onde costuma haver petiscos e pequenos pratos para amenizar os níveis etílicos” (o grifo é meu). Nos dois casos as expressões foram explicadas, mas não estão entre aspas. O curioso é que no segundo exemplo, o pequeno parágrafo onde o termo apareceu tem, no fragmento original do jornal, seis linhas e cinco foram usadas para a explicação.

Outro fato destacável é que na última citação mencionada há dois termos aportuguesados e que estão usados segundo os preceitos da Folha: *chef* (coordenador e ou preparador de alimentos em restaurantes – do francês) e *saquê* (bebida – do japonês). Como também ocorre com a palavra *e-mail* em “O que escrever nesse e-mail é dúvida de candidatos [...]”, publicado no jornal de 28 de outubro de 2007 (domingo), na matéria intitulada “Informação no e-mail deve ser escolhida para ter efeito positivo”. Evidencia-se que nesses três últimos casos, por se tratar de termos aportuguesados, não há necessidade de grafia especial; o que foi – repetindo – respeitado pelos redatores nos trechos destinados a essa temática no manual.

Assim, conclui-se que muitos profissionais da Folha aceitam e utilizam o padrão editorial do estrangeirismo, entretanto há muitas explicações que não seguem ou são espelhadas nos manuais, provando que há redatores que não conhecem ou seguem a linha editorial técnica em que trabalha.

No Manual do grupo Globo (entre indicação de uso e relação de termos há oito páginas sobre estrangeirismo) não há ressalvas ou recomendações, inicia-se mencionado que os termos – substantivos – estrangeiros devem ser grafados em negrito no corpo do texto e dentro de aspas em títulos (mas, não existe nenhum exemplo, diferente da Folha e do Estadão).

Porém, encontram-se facilmente substantivos estrangeiros em www.globo.com no corpo do texto e sem o negrito; como se observa com o uso das palavras inglesas *trainne* (que seria “estagiário”) e *round* (que pode ser traduzida por “batida”, “encontro”, dentre outras).

RIO - A Associação Brasileira Beneficente de Reabilitação (ABBR) está com inscrições abertas para programa de estágio e de **trainne** nas áreas de fisioterapia, serviço social, psicologia, fonoaudiologia, terapia ocupacional e pedagogia, para início no segundo semestre deste ano (O GLOBO, Publicado em: 11 mai. 2010). (o grifo é meu).

Furacão x Vasco: primeiro round em Curitiba. O primeiro **round** será na Arena da Baixada, em Curitiba. As equipes farão o jogo de volta no dia 12 de setembro, em São Januário (GLOBOESPORTE. Publicado em: 14 ago. 2007). (o grifo é meu).

Outra diferença com os outros dois manuais está no manuseio de termos especializados, esses não devem ser destacados em cadernos ou textos especializados, mas recebem um destaque – não informando qual seria – quando são apresentados em matérias gerais. Ainda foi mencionado o aportuguesamento ou não de nomes de cidades, regiões e países, citando como uso “arbitrário” e adequado de “Nova Jersey”, “Nova Orleans”, “Nova York” – expressões escritas com um termo em português e outro em inglês –, nomes muito encontrados em noticiários internacionais, como no jornal de 29 de dezembro de 2012 (quinta-feira), na matéria “Eleitores latinos reprovam política de deportação do governo Obama”: “Nova York. A maioria dos latinos residentes nos EUA desaprova a política de deportações de imigrantes [...]”.

E por fim, no O Globo (2005, p.206) lê-se

[...] palavras e expressões frequentemente vitimadas por erros de tradução, grafia ou uso. Termos em outros idiomas só devem ser empregados quando não houver palavra em português que exprima adequadamente o que se quer dizer. A tradução, entre parênteses e entre aspas, é indispensável.

Cujos exemplos são: “‘box’ – [...] para pugilismo, usa-se a palavra portuguesa *boxe*”, “‘container’ – recipiente de carga. Existe em português ‘*contêiner*’, plural ‘*contêineres*’”, “‘Flat’ – ‘Apartamento’, em inglês dos ingleses; os americanos (SIC!) usam ‘*apartment*’. Não há razões para se usar qualquer das duas expressões”.

Verifica-se que há o uso dos termos recomendados: “Lutador de **boxe** canadense é achado morto em **flat** em Porto de Galinhas, em Pernambuco”, (o grifo é meu) em matéria com o mesmo título, publicada em onze de julho de 2010, no globo.com. No caso de “container” ou “contêiner” se encontra dos dois modos: “Grades e **contêiner** atravessam o caminho no Sambódromo”, (o grifo é meu) em matéria com o mesmo título, publicada em 13 de fevereiro de 2012, no globo.com e “**Container** tomba num dos acessos à Linha Amarela”, (o grifo é meu) em matéria com o mesmo título, publicada em oito de abril de 2010, no oglobo.com.

Conclui-se que, como ocorre com os profissionais ligados ao grupo Folha, os redatores do O Globo aceitam e seguem, em muitos casos, a cartilha do manual interno, contudo há bastante a ser melhorado e seguido para se ter uma linha editorial coesa.

No Estado (as explicações e dicas de uso sobre estrangeirismo estão nas páginas 209 e 210), no início – como o manual da Folha e diferente do O Globo – há recomendações; e ainda há delimitações acerca das expressões estrangeiras “a palavra estrangeira, em sua forma

original, só deverá ser usada quando for absolutamente indispensável” e se pede para explicá-las entre parênteses. Mais a frente há o reforço: “Não empregue no idioma original palavra que já esteja aportuguesada” e cita “uísque e não whisky; [...] caratê e não Karatê; [...] tarô e não tarot”. Mas, ao pesquisar em www.estadao.com.br, percebe-se claramente, que alguns repórteres usam esses termos, inclusive os que serviram de exemplificação, como *whisky*, *karatê* e *tarot*. Observe:

O que importa é ver a corrida. Paixão pelo automobilismo faz fãs assistirem ao GP do Brasil na laje de uma casa ou no luxo do hospitaly centre. (...) Mas a principal atração não é o sofisticado bufê do brunch, com queijos importados e salmão defumado, oito tipos de sobremesas mais vinhos, *whisky* ou champanhe à vontade, nem a localização do mezanino que dá visão para a pista e os paddocks (ESTADÃO ONLINE. Publicado em: 22 out. 2007). (o grifo é meu).

Como curar o joelho treinando. Equipe multidisciplinar realiza diagnóstico para atletas, amadores ou profissionais, e alia tratamento dos trigger points com fortalecimento muscular, para uma recuperação eficaz. Em vez de operar o joelho doente, Siqueira, o boleiro de fim de semana e ex-atleta de competição de *karatê* (esporte que pratica desde menino e do qual já foi campeão paulista) (ESTADÃO ONLINE. Publicado em: 20 mar. 2007). (o grifo é meu).

Cientista britânico ataca astrologia em série de TV. Richard Dawkins desmonta crenças em temas como mediunidade e homeopatia. Ele agora aponta sua artilharia contra o que considera superstições e pseudo-ciência: de astrologia a mediunidade, de homeopatia a cartas *tarot* (BBC. Publicado em: 14 ago. 2007). (o grifo é meu).

E até palavras tidas como inadequadas, pois há um equivalente, aparecem em textos da agência Estado, como é o caso de “rush” – trânsito intenso. Veja:

[...]

Em plena hora do **rush**, a Avenida Paulista também ficou alagada na altura da Rua Bela Cintra, região dos Jardins, zona sul. No Itaim-Bibi, também na zona sul, a Avenida Juscelino Kubitschek alagou por volta das 18h20 e continuava assim até as 20h. Na zona norte, a região de Perus ficou em estado de alerta (ESTADÃO ONLINE. Publicado em: 18 fev. 2012). (o grifo é meu).

Como acontece no manual da Folha, se a expressão não possuir a tradução ou quando a expressão nativa for pouco usada, ela deve ser usada, mas (diferente da Folha e do Globo) sem destaque ou aspas, como acontece com a expressão “*déjàvu*” no impresso do dia 18 de fevereiro de 2012 (sábado), no texto “Realismo brutal de war witch”: “Com elementos de dois filmes vencedores do Urso de Ouro, o concorrente canadense/africano arrisca-se a ser considerado *déjàvu* pelo júri [...]”.

A conclusão é a mesma das duas análises anteriores, ou seja, há redatores que seguem as explicações do manual, no entanto, existem casos em que os escritores não têm nenhum embasamento ou coerência com a linha editorial.

3.3 Elementos Grafos - Siglas

A conceituação ou a explicação de “sigla” é um pouco complexa e, às vezes, polêmica. Mas, o básico a se saber é que alguns estudiosos chamam o seu processo de formação de “siglônimização” e tal “acrônimo” é uma expressão formada pela letra ou pelas letras ou pelas sílabas iniciais de palavras sucessivas de uma locução, ou pela maioria destas partes. Ela pode ser um tipo de abreviação utilizada para reduzir algumas palavras, a fim de que haja mais agilidade tanto ao falar, quanto ao escrever. Destaca-se que não há um modelo homogêneo para a criação das siglas, pois ora se usa a primeira letra de todas as grandes palavras, como em: UFU – Universidade Federal de Uberlândia e ONU – Organização das Nações Unidas; ora pode se empregar as duas primeiras letras de cada palavra, como em: FUNAI – Fundação Nacional do Índio e COPOM – Comitê de Política Monetária; ora se expõe as letras de algumas palavras e omite de outras, como em: INFRAERO – Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária e Unitri – Centro Universitário do Triângulo.

Costumava-se colocar pontos finais entre as letras que compõe a sigla e também no final dela, como em: "O.N.U.", contudo, atualmente, eles são desnecessários.

O Dicionário de Termos Linguísticos da Associação Portuguesa de Linguística e do Instituto de Linguística Teórica e Computacional, de Xavier e Mateus (1992, p.16-17 e 345), conceitua a sigla da seguinte forma “Termo complexo abreviado ou nome formado a partir das letras iniciais dos seus elementos. Uma sigla forma uma sequência cuja pronúncia é alfabética, silábica ou ambas”.

No CD-ROM intitulado Terminologia Linguística para os Ensinos Básico e Secundário, sob responsabilidade do Ministério da Educação e Cultura (MEC), 2005, aprofunda-se e se detalha ainda mais na definição o conceito de sigla.

1. Processo morfológico consistindo na redução de uma palavra ou de um grupo de palavras às suas iniciais para designar organismos, partidos políticos, associações, clubes desportivos, etc. 2. Letra inicial ou grupo de letras iniciais que entram na composição da abreviação de certas palavras. Exemplos: SMAS – Serviços Municipalizados de Água e Saneamento; APET – Associação Portuguesa de Empresas de Tradução; PSD – Partido Social-Democrata; SCP – Sporting Clube de Portugal (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2005, p.25).

E com a evolução da língua, as siglas também se transformam não se tornando estáticas diante da transposição do tempo. Dessa maneira, elas sofrem flexões e produzem outras construções, como peemedebistas (membros do PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro) e petistas (membros do PT – Partido dos Trabalhadores). Vale

lembrar que algumas siglas provieram de outras línguas, mas no caso desta pesquisa tal informação é dispensável. Algumas siglas provieram de outras línguas, principalmente da língua inglesa: UFO – Unidentified Flying Object (objeto voador não-identificado), que concorre com a criação nacional OVNI; VIP – Very Important Person (pessoa muito importante); AIDS – Acquired Immunological Deliciency Syndrome (síndrome da imunodeficiência adquirida), muitos chamam de SIDA.

Eis uma lista de siglas recorrentes no Brasil que tratam de diversos assuntos, como: contribuições, normas, índices, documentos, entidades, conselhos, tribunais, ministérios, etc.

Quadro 2: Siglas de diversos assuntos recorrentes no Brasil (2012).

AIDF	Autorização para Impressão de Documentos Fiscais
ABBC	Associação Brasileira de Bancos Comerciais
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
AC	Associação Comercial
ADA	Agência de Desenvolvimento da Amazônia
ADENE	Agência de Desenvolvimento do Nordeste
AGU	Advocacia Geral da União
ALCA	Área de Livre Comércio das Américas
ANAC	Agencia Nacional de Aviação Civil
ANATEL	Agência Nacional de Telefonia
ANDIF	Associação Nacional de Defesa dos Consumidores do Sistema Financeiro
ANEEL	Agência Nacional de Energia Elétrica
ANVISA	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
BB	Banco do Brasil
BCB ou Bacen	Banco Central do Brasil
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAE	Código de Atividade Econômica
CADE	Conselho Administrativo de Defesa Econômica
CAGED	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CBF	Confederação Brasileira de Futebol
CBT	Centro Brasil Trabalho
CC	Código Civil (ou NCC – Novo Código Civil)
CCJ	Comissão de Constituição e Justiça
CEAT	Centro de Atendimento ao Trabalhador
CEF	Caixa Econômica Federal
CETTRAN	Conselhos Estaduais de Trânsito
CF	Constituição Federal
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CGI	Comitê Gestor da Internet no Brasil
CGJ	Corregedoria Geral da Justiça
CGSN	Comitê Gestor do Simples Nacional
CGU	Controladoria Geral da União
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho

<i>Continuação quadro 2</i>	
CNAE	Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CND	Certidão Negativa de Débito
CNES	Cadastro Nacional de Entidades Sindicais
CNI	Confederação Nacional da Indústria
CONTRAN	Conselho Nacional de Trânsito
COPOM	Comitê de Política Monetária
CPF	Cadastro de Pessoa Físicas
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CNPJ	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
COFINS	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
COI	Comitê Olímpico Internacional
CPF	Cadastro da Pessoa Física
COB	Comitê Olímpico Brasileiro
CPMF	Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira
CTN	Código Tributário Nacional
CTI	Centro de Terapia Intensiva
DEIC	Departamento Estadual de Investigações Criminais
DENATRAN	Departamento Nacional de Trânsito
DETRAN	Departamento Estadual de Trânsito
DNIT	Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes
DARF	Documento de Arrecadação de Receitas Federais
ECF	Equipamento Emissor de Cupom Fiscal
ENADE	Exame Nacional de Desempenho do Estudante
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
EPP	Empresa de Pequeno Porte
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FIA	Federação Internacional de Automobilismo
FIFA	Federação Internacional de Futebol
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre a Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicações
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IN	Instrução Normativa
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INFRAERO	Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária
INPC	Índice Nacional de Preços ao Consumidor
IOF	Imposto sobre Operações Financeiras
IPC	Índice de Preços ao Consumidor
IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
IPI	Imposto sobre produtos industrializados
IPTU	Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana
IR	Imposto de Renda
IRPF	Imposto de Renda da Pessoa Física
IRPJ	Imposto de Renda da Pessoa Jurídica
IRRF	Imposto de Renda Retido na Fonte

<i>Continuação quadro 2</i>	
ISS	Imposto sobre serviços
MP	Medida provisória
MPE	Micro e Pequena Empresa
MF	Ministério da Fazenda
MEC	Ministério da Educação e Cultura
NBC	Normas Brasileiras de Contabilidade
NIRE	Número de Inscrição no Registro de Empresas
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
OEA	Organização dos Estados Americanos
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PIB	Produto Interno Bruto
PIS	Programa de Integração Social
RFB	Receita Federal do Brasil
RG	Registro Geral
SBT	Sistema Brasileiro de Televisão
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SERASA	Centralização dos Serviços Bancários
SERPRO	Serviço de Processamento de Dados da Receita Federal
SESC	Serviço Social do Comércio
SESI	Serviço Social da Indústria
SRF	Secretaria da Receita Federal
STF	Supremo Tribunal Federal
SUDENE	Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste
SUS	Sistema Único de Saúde
TCU	Tribunal de Contas da União
TR	Taxa de Referência
TRE	Tribunal Regional Eleitoral
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
TSJ	Tribunal Superior de Justiça
TST	Tribunal Superior do Trabalho
UE	União Européia
UNE	União Nacional dos Estudantes
UTI	Unidade de Terapia Intensiva
UF	Unidade da Federação
UFIR	Unidade Fiscal de Referência

Org. O autor (2012).

Outras siglas bastante utilizadas são as das 27 unidades federativas, sendo 26 estados e o distrito federal:

Quadro 3: Sigla das unidades federativas do Brasil (2012).

Acre (AC)	Espírito Santo (ES)	Paraíba (PB)	Rio de Janeiro (RJ)
Alagoas (AL)	Goiás (GO)	Paraná (PR)	Rio Grande do Norte (RN)
Amapá (AP)	Maranhão (MA)	Rondônia (RO)	Rio Grande do Sul (RS)
Amazonas (AM)	Mato Grosso (MT)	São Paulo (SP)	Tocantins (TO)
Bahia (BA)	Mato Grosso do Sul (MS)	Santa Catarina (SC)	Roraima (RR)
Ceará (CE)	Minas Gerais (MG)	Sergipe (SE)	Piauí (PI)
Distrito Federal (DF)	Pará (PA)	Pernambuco (PE)	

Org. O autor (2012).

Ainda batizam muitas universidades, como pode-se perceber nos seis casos: UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais; UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro; UFG – Universidade Federal de Goiás; USP – Universidade de São Paulo; UFU – Universidade Federal de Uberlândia; UFRS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

E essa incorporação aparece e faz enriquecer bastante o vocabulário, assim, elas se tornam essenciais para o efeito comunicacional, ou seja, sem dominar o significado de uma determinada “junção de palavras”, a compreensão da mensagem se torna difícil (deficitária) ou até impossível de acontecer.

No Manual da Redação da Folha, na página 98, a explicação acerca das siglas começa com uma negativa: “Em geral, criam dificuldades para o leitor, porque exigem ser decifradas.” E logo, expõem-se que estas devem ser evitadas, menos em casos de expressões famosas, que não precisam nem da explicação, alguns exemplos são “ONU, OLP, USP”. O raciocínio prossegue, sendo assim, as siglas não possuem pontos e sempre que forem explicadas, a definição vem após a siglonimização, como: “[...] MIS (Museu da Imagem e do Som)”. Mais a frente, percebe-se que tal regra se mostra de modo oposto do que é expresso pelos manuais do Estado e do O Globo. Perceba com o exemplo de CPF:

Deve declarar quem teve em 2006 rendimentos tributáveis até R\$ 14.992,32. O contribuinte que não entregá-la por um ano tem o CPF (Cadastro de Pessoa Física) enquadrado na situação "pendente de regularização". Com dois ou mais anos de omissão, o CPF é suspenso (FOLHA ONLINE. Publicado em: 26 nov. 2007).

No jornal Folha de São Paulo, segue-se bem esse direcionamento, como se percebe na matéria intitulada “Emergentes terão menos capital em 2012”, do dia 25 de janeiro de 2012 (quarta-feira), em que há duas siglas:

No mesmo dia em que o FMI (Fundo Monetário Internacional) revisou para baixo sua projeção de crescimento global. O IIF (Instituto Internacional de Finanças) anunciou que o fluxo de capitais para os mercados emergentes será 18% menor este ano.

Elucidando de uma forma mais clara e concisa, ainda se encontra no manual a explicação que siglas com até três letras, devem possuir letras maiúsculas – como se sucedeu nos dois exemplos anteriores: CPF, FMI, IIF. E quando tiverem quatro ou mais letras, a primeira deve ser maiúscula e as demais minúsculas, os exemplos são Unitri e Universo.

Suplentes doaram para a campanha de 15 senadores. O caso mais emblemático é o do ministro Hélio Costa (Comunicações), eleito senador em 2002 e licenciado desde julho de 2005. Seu suplente, Wellington Salgado (PMDB), financiou 50% da campanha. Salgado e sua família são donos da Universo (Universidade Salgado de Oliveira) e da Unitri (Centro Universitário do Triângulo). Salgado é presidente da Comissão de Educação e jamais exercera cargo eletivo (FOLHA DE SÃO PAULO; Publicado em: 15 jan. 2007).

Mas, há exceções, no caso da leitura de letra por letra (FGTS, DNER), essas devem ser grafadas em maiúsculas – como ocorreu com PMDB no exemplo anterior –, o que realmente aconteceu nos casos estudados; e em expressões consagradas (CNPq, UnB). E no meio impresso, essas construções atípicas, no caso CNPq, também foram respeitadas, como em matéria “Emprego industrial cai em SP, diz pesquisa”, do dia 12 de novembro de 2007 (segunda-feira): “Um estudo que está sendo feito pelas pesquisadoras [...] da USP, e [...], da PUC-SP mostra que é já visível [...]. A mesma pesquisa – financiada pelo CNPq para o Instituto do Milênio [...]”. Vale lembra que USP e PUC-SP são siglas consolidadas em São Paulo – onde fica a sede e o centro dos acontecimentos a serem noticiados –, logo não precisam ser explicitadas como reza o manual.

No Manual do Estado, nas páginas 267 e 268, se discute a formação e o uso de siglas, assim, salienta-se que não se deve usar pontos depois das letras (reforçando: ao usar a palavra “pontos” subentende que não se emprega qualquer tipo de pontuação, nem mesmo o ponto final, que muitos, erroneamente, aplicam no processo de siglonimização). Na primeira exposição da sigla deve-se primeiramente explicá-la e depois escrevê-la, (“nunca antes”) e em seguida há alguns exemplos para facilitar o entendimento, como: “[...] Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) [...]”.

Veja, com vários exemplos, que tal modelo é praticado:

Universidades de MG terão de reservar vagas ao ensino público. As instituições atingidas pela decisão deverão elaborar, nos vestibulares, listas diferenciadas de aprovação. As instituições poderão ainda recorrer ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) e ao Supremo Tribunal Federal (STF). [...] quando o Ministério Público Federal (MPF) em Minas [...]. A decisão vale para as seguintes instituições:

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); Universidade Federal de Viçosa (UFV); Universidade Federal de Lavras (UFL); Universidade Federal de Uberlândia (UFU) [...] (AGÊNCIA ESTADO; Publicado em: 21 set. 2007).

Mais adiante aparecem as exceções, ou seja, os casos em que não se precisa definir a sigla: partido político – PMDB, PSDB – e empresas cuja sigla se tornou sinônimo do nome próprio – Varig, Banespa –, vale ressaltar que estes exemplos são do próprio manual e são expressamente seguidos pelos veículos de comunicação do Estadão. E segundo o manual, em algumas partes dos meios de comunicação, as siglas não necessitam ser explicadas, como: primeira página, editoriais, artigos, colunas e cartas de leitores; a justificativa se dá pela economia de espaço. O que foi percebido no jornal do dia 18 de fevereiro (sábado), cujo título tem na capa a sigla CBF: “Teixeira diz que volta à CBF depois do carnaval” e no espaço “Fórum dos leitores”, do fascículo de três de janeiro de 2012 (terça-feira), em que foram observados o uso de duas siglas sem a explicação (o grifo é meu):

Haja **IPTU** inflado na cidade de São Paulo! Queremos os nossos R\$3,5 milhões, que foram pagos por um serviço que não deu certo. A implosão que sobrou do moinho incendiado foi um enorme fiasco. Que a empresa contratada (**Desmontec**) termine [...].

Também se expõe que as siglas com até três letras devem ser grafadas em maiúsculas. Já as com quatro letras, apenas a primeira é maiúscula, como foi encontrado – no site – nos casos de *Ibovespa* e *Unicamp*; enquanto que as demais são minúsculas, salvo algumas exceções, como: CNBB, BNDES, IPTU – como visto no exemplo anterior. Ainda há casos em que a sigla pode misturar maiúscula com minúscula – segundo o texto explicativo, algumas têm essa forma para diferenciarem de outras, como: CNPq, UnB. E esse último caso também foi grafado segundo consta no manual, verifica-se os dois casos exemplificados em um único trecho:

A 25ª edição do Prêmio Jovem Cientista foi lançada nesta segunda-feira na **Universidade de Brasília (UnB)**. Este ano o tema são as cidades sustentáveis. Podem se inscrever estudantes dos ensinos médio e superior e graduados das mais diversas áreas do conhecimento. O prêmio ajuda a dar visibilidade à produção científica no Brasil. O diretor do serviço de prêmios do **Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)**, [...], disse que uma das grandes preocupações do conselho é assegurar a permanência dos pesquisadores no País, uma vez que a maioria acaba indo para o exterior em busca de mais recursos e oportunidades para desenvolver seus trabalhos (AGÊNCIA ESTADO; Publicado em: 06 jun. 2011). (o grifo é meu).

Por fim, há uma série de recomendações e justificativas, dentre elas a de se usar apenas siglas “existentes ou consagradas” e a de não empregar siglas próximas no título, o

que foi analisado e percebido que o manual foi seguido. Já as estrangeiras, estas devem ser traduzidas ou em alguns casos se mantém a original, mesmo que a tradução não se identifique com a sigla. O que também ocorreu em matéria intitulada “Anvisa rastreia próteses com defeito”, do dia três de janeiro de 2012 (terça-feira), veja: (o grifo é meu).

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) deve divulgar até o fim destas emana um mapeamento com a distribuição das cidades, clínicas e hospitais que adquiriram as próteses de silicone **PIP (Poly Implant Prothèse)** pelo País – sabe-se até o momento que 70% delas estão nos Estados do sul e Sudeste.

Vale como outra comprovação e curiosidade que no título apareceu a sigla “Anvisa” e ela não foi explicada como está expresso no manual e já no texto, ela foi definida antes do emprego da siglomização.

Eviencia-se que o autor se preocupou em dar bastante exemplos e que estes são sempre utilizados no cotidiano.

No O Globo, as explicações acerca da siglonimização ocupam apenas um parágrafo e estão misturadas com questões de abreviatura, assim, de um modo bem sintetizado, propaga-se que no primeiro uso da sigla esta deve ser explicada e em seguida colocada entre parênteses (o mesmo padrão do Estado). Observe por meio do exemplo de COB:

Pressão de artistas fez governo mudar lei para esporte. (...) o atleta paraolímpico Clodoaldo Francisco da Silva, e o presidente do Comitê Olímpico Brasileiro (COB) (G1. Publicado em: 13 dez. 2006).

No meio impresso o mesmo norteamto também é respeitado. (o grifo é meu).

Brasília. Projeto ambicioso do Ministério da saúde, a construção de um campus integrado para o **Instituto Nacional do Câncer (Inca)**, no Rio de Janeiro, orçado em R\$496 milhões, empacou por conta de um sobrepreço de R\$47,9 milhões na licitação para as obras. O **Tribunal de Contas da União (TCU)** determinou que a instituição republique em 15 dias o edital corrigindo irregularidades e reinicie a concorrência para escolher a empresa executora dos serviços.

Enfim, repara-se uma consonância em relação ao uso das siglas nesses dois veículos de comunicação de O Globo e tanto o meio virtual como o impresso respeitam as determinações.

No manual, logo se averigua a ressalva, em caso de siglas “famosas”, a definição é dispensada, inclusive as partidárias. O que ocorre da seguinte maneira: a política do PT. O candidato do PSDB. A cúpula do PMDB.

E mais a frente há uma oposição com o Manual do Estadão – talvez por falta de informação ou as diversas interpretações que os dizeres do manual propiciam –, o manual

global coloca que no caso de siglas com quatro ou mais letras e que formam palavras, estas têm que ser grafadas com inicial maiúscula, já em outros casos, todas as letras são minúsculas; depondo contra a construção de “CNPq”, que inclusive foi expressa tanto no manual do Estado quanto no da Folha.

No exemplo seguinte, a sigla foi explicada como é expresso no manual, mas a sigla tem a última letra pequena, depondo o que está redigido no próprio manual. Confira:

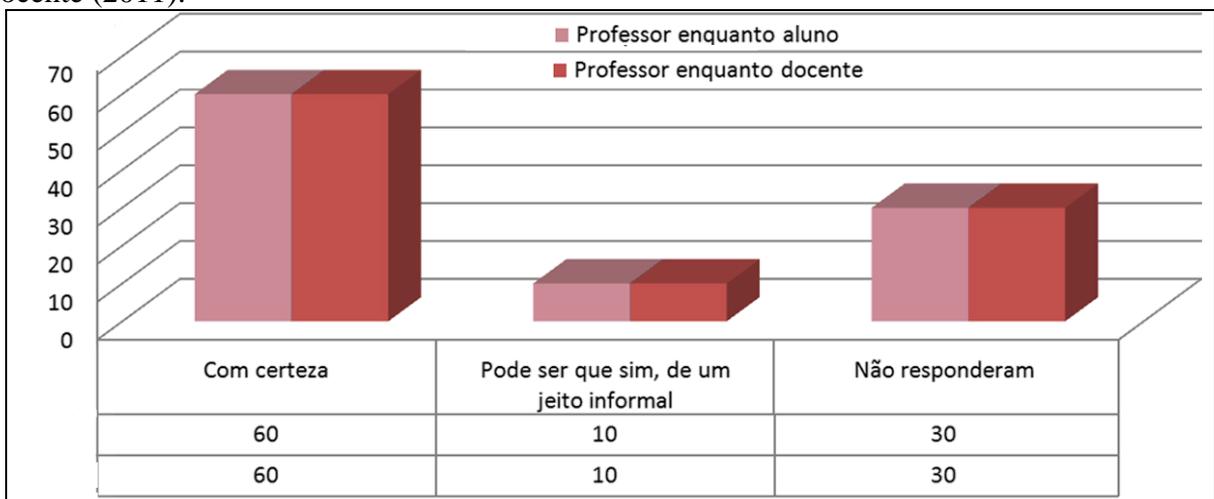
CNPQ separa R\$15 milhões para pesquisa em informática. SÃO PAULO (Reuters)
- O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) vai destinar 15 milhões de reais para o financiamento de projetos de pesquisa, nas áreas de tecnologia da informação e engenharia de software. (G1, Publicado em: 21 set. 2007).

É importante mencionar que em todas as siglas observadas dos três veículos comunicacionais em nenhum se viu o uso do ponto final. E que os redatores dos meios virtuais e impressos das três mídias seguem copiosamente as normatizações sobre a siglomização, o que não ocorre com os estrangeirismos. Cabe salientar que descobrir o porquê desse desalinhamento não é papel ou desejo nessa pesquisa.

4 RESULTADOS E CONCLUSÕES

Sabendo que o aluno é um espelho do professor e que o primeiro tende a seguir os conselhos, as dicas do mestre, no questionário foram feitas duas perguntas acerca da citação do manual de redação em sala durante a aula. A primeira questiona se os atuais professores lembram, se em seus estudos, os seus docentes mencionaram o manual de redação em sala de aula. Já a segunda pergunta se ele – enquanto professor do curso de Jornalismo – já citou o manual.

Gráfico 13: Citação de algum manual de redação pelo professor, enquanto aluno e enquanto docente (2011).

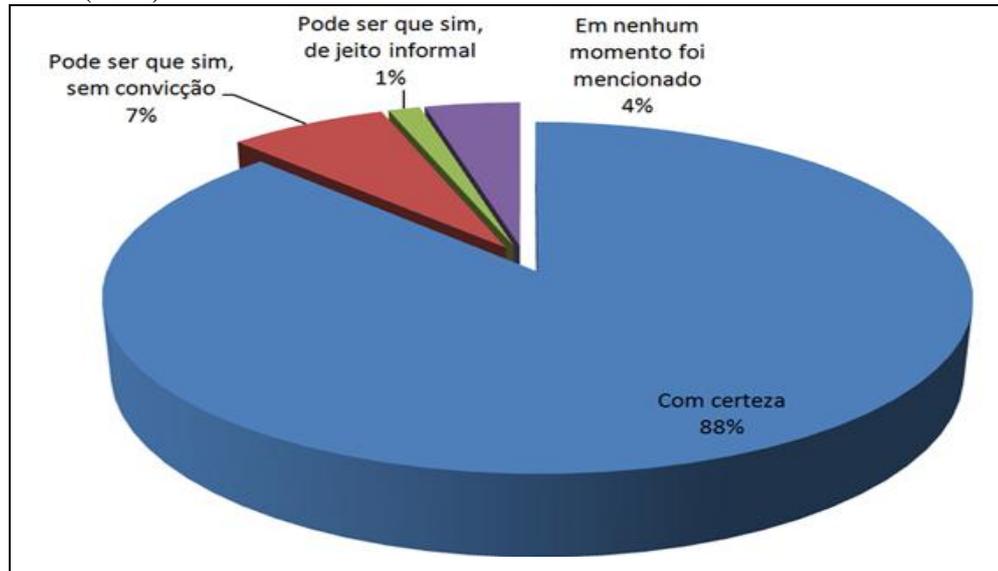


Org. O autor (2012).

As porcentagens das respostas foram: 60% disseram que lembram da citação, 10% dizem que ela pode ter ocorrido de modo informal, ou seja, fora do contexto da explicação da matéria e 30% não responderam a essa pergunta. Os mesmos números apareceram na tabulação da pergunta sobre se os docentes citaram o manual. Desse modo, percebe-se uma coerência, ou seja, mesmo que tivesse uma pequena variação na porcentagem das respostas – nesse caso não houve nenhuma – ou sabendo que um sujeito pode ter variado a resposta nas duas questões, verifica-se que os professores mantiveram – *a priori* – o discurso dos antigos professores.

Quando questionados se algum manual de redação é ou foi citado em aula, pelo professor, percebe-se que 88% dos alunos afirmam que “com certeza” o seu professor já citou o manual, 8% dizem que o docente falou de modo informal ou sem convicção, enquanto que 4% afirmam que em nenhum momento foi feita referência ao manual, conforme ilustrado no gráfico 14.

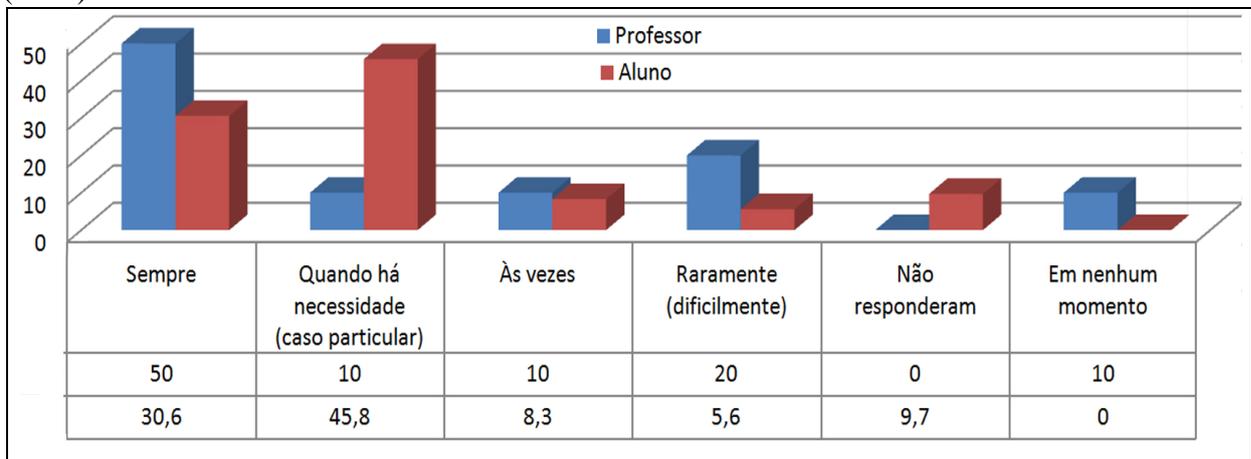
Gráfico 14: Citação de algum manual de redação, em aula, pelo professor segundo os alunos (2011).



Org. O autor (2012).

Confrontando a resposta dos alunos com a dos professores, colocou-se em um gráfico comparativo as respostas para as duas questões que se completam. Na primeira tabela está as frequências e porcentagens de respostas dos professores acerca da questão “o(a) senhor(a) já foi questionado por aluno(s) acerca do manual de redação? E isso ocorreu com qual frequência?”; já na segunda, tem-se as frequências e porcentagens de respostas dos alunos sobre a pergunta “se você ouviu ou acha que o professor citou o manual de redação, isso ocorreu com qual frequência?”. Diante dessa comparação, tem os seguintes números.

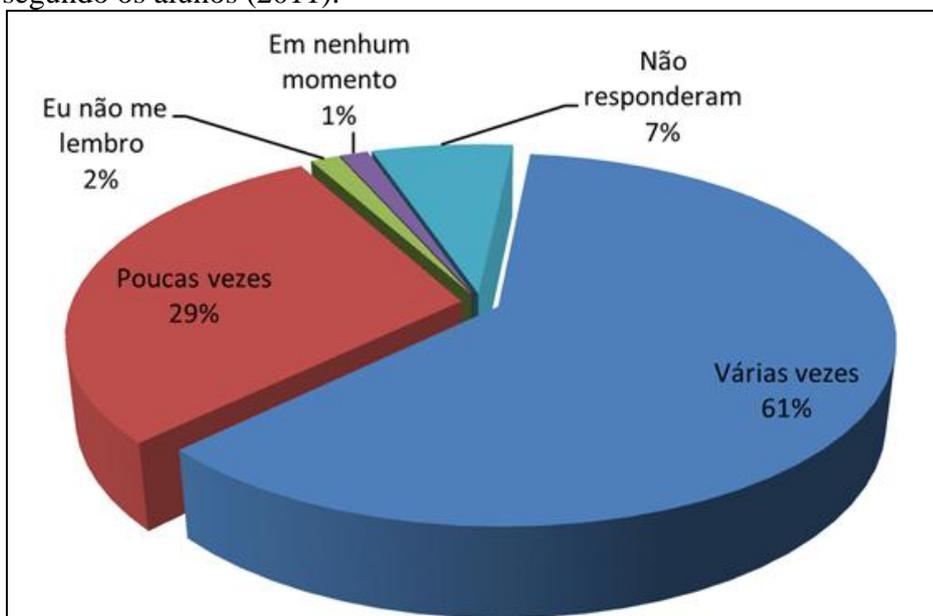
Gráfico 15: Frequência que os alunos ouviram ou acham que o professor citou o manual de redação e frequência que o professor foi questionado por alunos acerca do manual de redação (2011).



Org. O autor (2012).

Na questão “sempre”, ou seja, o professor já citou o manual, a diferença de porcentagem foi de 19,4%, isto é, 30,6% (alunos) para 50% (docentes). Houve uma diferença de 27,5% (50% a 87,5%), o que prova que os alunos escutaram mais a expressão “manual” que os professores foram solicitados a explicarem. A grande discrepância está na resposta “raramente”, isso implica que para 20% dos professores, os discentes eventualmente o questionam sobre o manual, enquanto que apenas 5,6% dos alunos disseram que “dificilmente” o professor cita o manual em sala. Considera-se esse comparativo normal, já que ambas as resposta caminham para o pensamento de que tanto o professor quanto o estudante conhecem e já ouviram falar na expressão manual de redação.

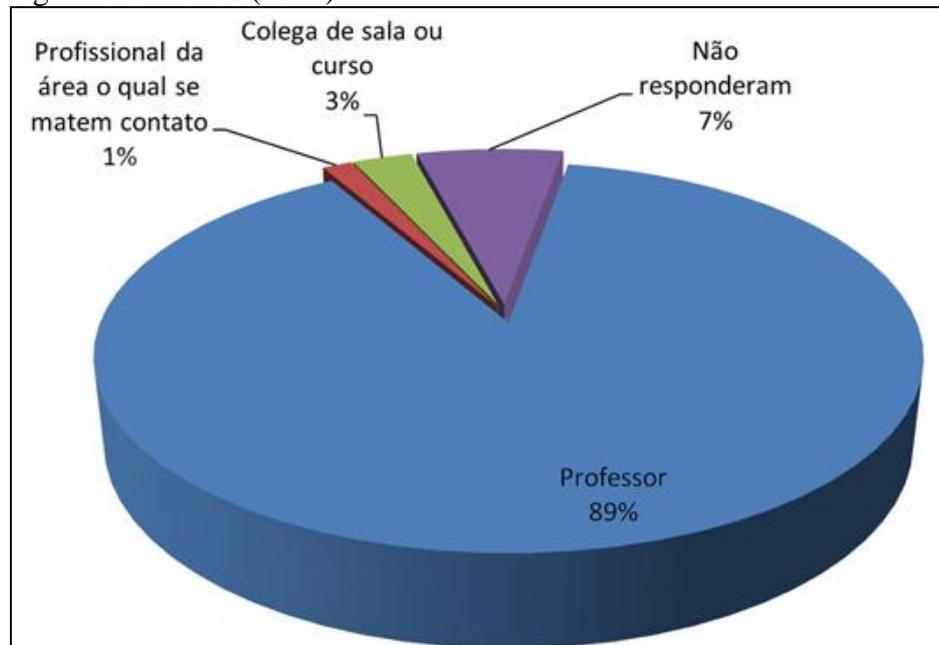
Gráfico 16: Estímulo à consulta a algum manual de redação, durante o curso, segundo os alunos (2011).



Org. O autor (2012).

Ao analisar o gráfico 16, entende-se que 90% dos estudantes foram estimulados a consultar algum manual. O dado diferenciador é que para 61% isso se deu várias vezes e para 29% essa prática aconteceu em poucos momentos. Expõe-se também que apenas 1% dos sujeitos afirmou que não foi motivado a usar o manual em nenhum momento da sua atividade acadêmica e 2% não se lembram deste foco nos manuais. Ressalta-se a maciça porcentagem de alunos que disseram que já foi motivado a usar qualquer manual, ou seja, trata-se de um número expressivo e que mostra que os manuais são, ao menos, falados no dia a dia dos graduandos.

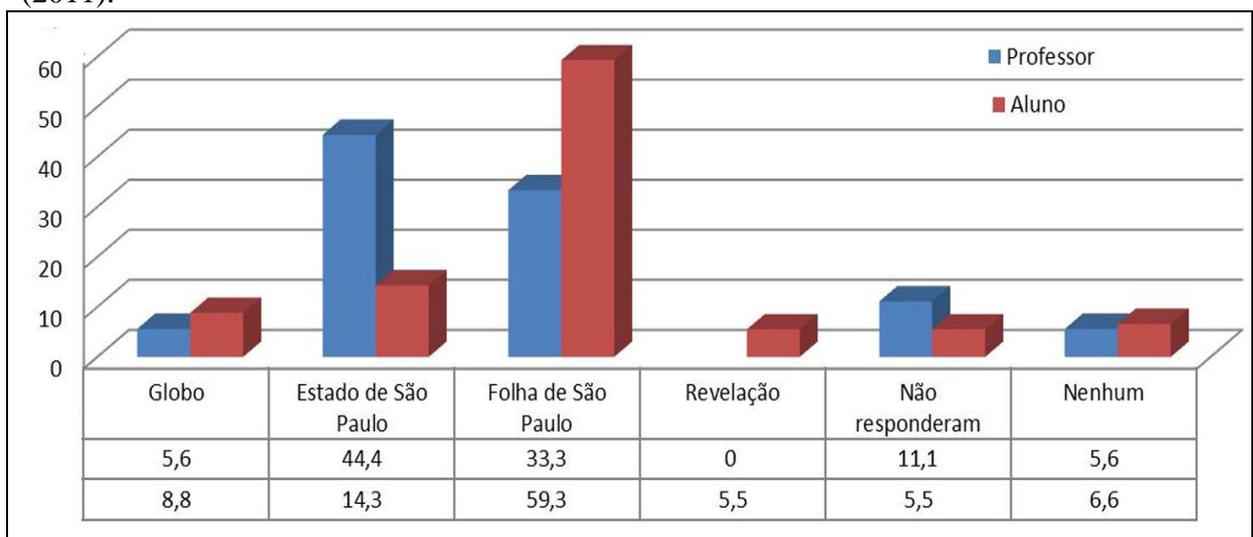
Gráfico 17: O principal motivador para os alunos utilizarem o manual de redação, segundo os alunos (2011).



Org. O autor (2012).

Refletindo acerca dos dados do gráfico 17, vê-se que o grande influenciador acerca do uso do manual é o professor, com 89% das respostas, lembrando que 7% não responderam essa pergunta e 3% disseram que a influência veio de um colega de curso e 1% mencionou um profissional da área e do círculo de amizade como grande influenciador na busca pelo manual.

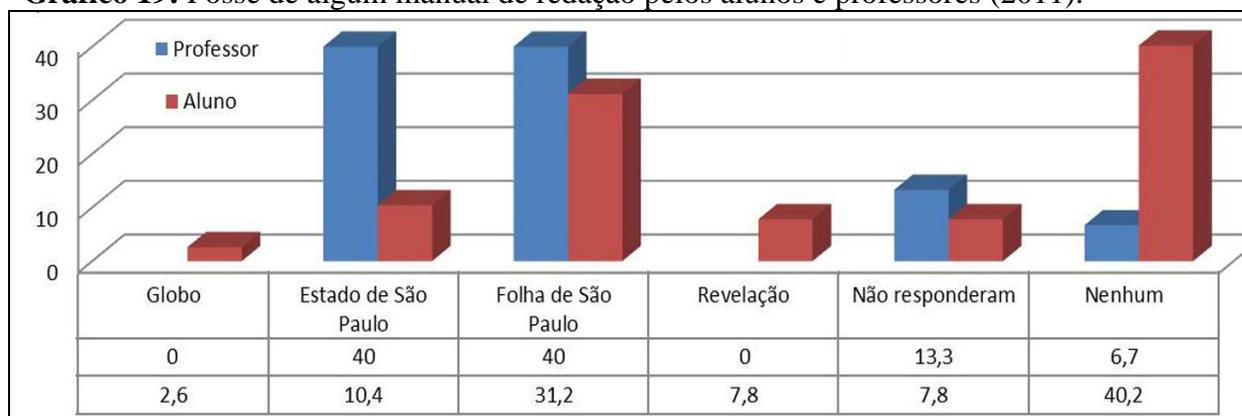
Gráfico 18: Manuais de redação mais conhecidos e utilizados pelos alunos e professores (2011).



Org. O autor (2012).

Neste momento, percebe-se uma grande contradição estatisticamente comprovada. Ela trata de uma grande divergência entre as respostas dos professores e dos alunos, pois para o primeiro grupo o manual mais usado é o do Estado de São Paulo (com 44,4% da preferência), em segundo o da Folha de São Paulo (33,3%) e em terceiro lugar ficou o do O Globo (5,6%), mostrando ainda que 11,1% não responderam e que 5,6% não usou nenhum. Para os estudantes, o mais usado é Folha de São Paulo 59,3% invertendo a posição com o Estado de São Paulo que, nesse caso, ficou em segundo lugar com 14,3%, o terceiro coube ao O Globo com 8,8%.

Gráfico 19: Posse de algum manual de redação pelos alunos e professores (2011).



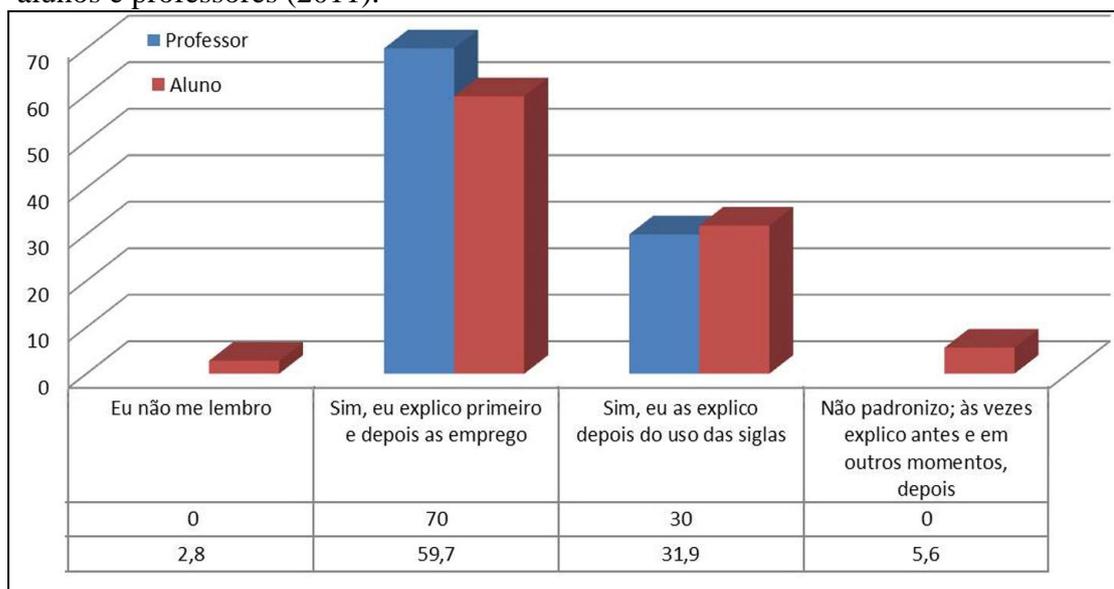
Org. O autor (2012).

Diante da pergunta sobre a posse de algum manual, percebe-se que as porcentagens das respostas dos professores e dos alunos mostram uma pequena diferença entre as preferências dos mesmos, pois o manual que os professores mais possuem são o do Estado de São Paulo (com 40% da preferência), empatado com o da Folha (também com 40%), nenhum sujeito disse que possui o manual do O Globo, 13,3% não responderam a pergunta e 6,7% não possuem nenhum. Percebe-se uma mudança de postura, pois antes 33,3% haviam dito que usam o manual da Folha, agora 40% exprimem que possuem o da Folha. Na pergunta anterior para os professores, 5,6% disseram já ter usado o do O Globo, com a questão atual se observa que o fato de usar não significa possuí-lo. Já o Manual do Estado manteve a média superior a 40% de uso e posse.

Para os alunos, o manual que eles mais possuem é o da Folha de São Paulo (31,2%) se comprado com o uso. A porcentagem caiu, pois na questão anterior 59,3% dos discentes já haviam usado esse manual. Em segundo, no quesito posse está o do Estado com 10,4%, em

terceiro ficou o Revelação²² com 7,8% e por último o do O Globo com 2,6%; nesta questão 7,8% não quiseram responder e a maior porcentagem ficou para os que não possuem nenhum manual com 40,2%, lembrando que por ser uma questão pessoal e ou financeira e ou ideológica não foi questionado o porquê dos sujeitos não possuírem um manual. Reforça-se que o fato de utilizar não significa necessariamente possuir um manual.

Gráfico 20: Explicação das siglas ao empregá-las pela primeira vez em um texto pelos alunos e professores (2011).



Org. O autor (2012).

Ao analisar esta questão, percebeu-se que tanto na resposta dos professores quanto dos alunos, a maior porcentagem foi para “Sim, eu a explico primeiro e depois a emprego”, 70% dos professores responderam desse modo, 59,7% dos alunos disseram ser o hábito predominante quando usam a sigla. Em segundo lugar ficou “Sim, eu as explico depois do uso das siglas”, 30% dos docentes falaram que fazem costumeiramente isso e 31,9% dos estudantes adotam essa forma. Ainda em relação aos discentes, 5,6% mencionaram que não padronizam e 2,8% não lembram do modo como conduzem as siglas pela primeira vez.

Diante do estudo teórico já feito, percebe-se que a maneira mais usada pelos professores e pelos alunos de uso da sigla em um primeiro momento é defini-la antes e em seguida expor a siglomização, logo, vê-se que esse é o modelo adotado pelas editorias do Estado e do Globo. Assim, verifica-se uma procedência coesa com as perguntas sobre os

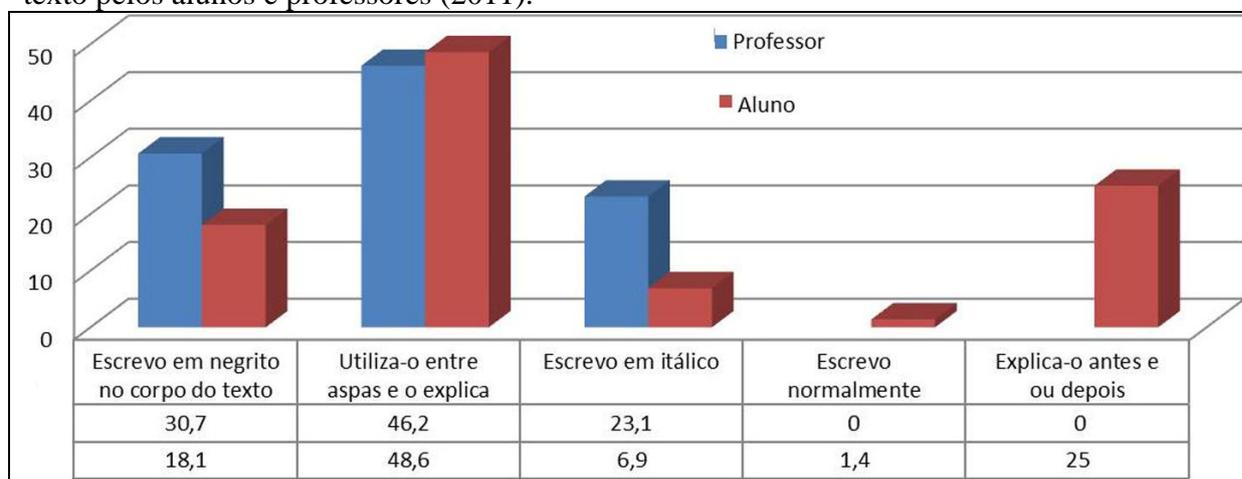
²² Revelação é o jornal-laboratório do curso de Comunicação Social de uma das duas instituições pesquisadas. Ele é produzido e editado por alunos de *Jornalismo* e *Publicidade e Propaganda*, orientados pelos professores. A sua linha editorial está comprometida com a diversidade cultural, com a educação e com o estímulo à cidadania. Atualmente o fascículo tem periodicidade mensal.

Manuais que já foram usados e o que possuem, pois para os professores o do Estado manteve uma média superior a 40% de preferência e ficou em primeiro lugar.

Para os alunos há uma divergência no gosto e na posse em relação à vida prática, pois o manual que eles mais possuem e já usaram ou usam é o da Folha de São Paulo (31,2% e 59,3%), justo esse que expõe que a sigla deve ser explicada primeiro. O mais natural é que se o aluno tem preferência por um determinado manual, ele deve seguir as suas recomendações, principalmente se levar em conta que o usou ou usa e o possui. Diante disso, entende-se também, por se tratar de um processo subjetivo e preferencial, que o discente necessariamente não precisa seguir parcialmente as explicações do manual, ou seja, o aluno não é obrigado a seguir nenhuma parte dele; melhor ainda, crê-se que ele pode usar, possuir, entender, mas não utilizar.

Pensando mais, sabendo da intrínseca relação professor e aluno, a outra divergência nas informações foi que o manual mais usado pelos professores não foi o primeiro na aceitação dos estudantes. Assim, encontra-se outra discrepância nas respostas e evidencia-se que o mestre, pelo menos nessa ponte, tende a ser imparcial ou não consegue influenciar o aluno ou o deixa livre para escolher as explanações que lhe convém.

Gráfico 21: Explicação das palavras estrangeiras ao empregá-las pela primeira vez em um texto pelos alunos e professores (2011).



Org. O autor (2012).

Constata-se que tanto para os professores quanto para os alunos, o modo mais frequente de utilizar termos estrangeiros é grafá-lo entre aspas, pois 46,2% dos docentes afirmaram fazer essa prática e um número próximo, 48,6%, dos graduandos disseram que escrevem dessa maneira. Na segunda posição, para 30,7% dos docentes, o modo convencional é escrever a expressão em negrito e 23,1% grafam em itálico. Em segundo lugar para os discentes ficou o “Explica-o antes e ou depois”, com 25,0%, “Escrevo-o em negrito” ficou

com 18,1% como a terceira tática mais usada, usar em itálico teve 6,9% da preferência (quarto lugar) e 1,4% redige normalmente, como qualquer outro termo.

A opção mais usada pelos professores e alunos é a mesma expressa pelo manual da Folha, que pede para usar entre aspas e explicar o termo depois. Para os docentes, o segundo modo mais utilizado é o mesmo do O Globo, que utiliza a expressão em negrito no corpo do texto, essa foi a terceira maneira mais usada pelos estudantes. Já o Estado não faz menção de destaque para a maioria dos estrangeirismos, apenas 1,4% dos alunos também faz desta forma.

Comparando algumas questões cujas respostas são importantes para a condução desse trabalho, destacam-se cinco perguntas feitas tanto para alunos quanto para professores e ao entrelaçar as respostas obteve-se os dados representados no quadro 4.

Quadro 4: Diferenças entre as respostas emitidas pelos alunos e professores (2011).

Questões analisadas	Graus de liberdade	X ² críticos	X ² encontrados
Em aula, o professor citou manual de redação?	01	3,84	1,30
Ao redigir um texto você usa manual de redação?	03	9,84	16,99*
Que manual você já usou?	03	9,84	25,14*
Você acha que o manual é importante?	02	5,99	3,14
Você acha que graduandos devem usar o manual?	03	9,84	6,38

Notas do quadro: * Quer dizer que dados encontrados estão extremamente acima do valor 9,84, que é o número considerado normal. **Org.** O autor (2012).

De acordo com os resultados demonstrados no quadro 4, foram encontradas diferenças, estatisticamente significantes, entre as respostas emitidas por alunos e por professores, com relação à questão “ao redigir um texto você usa o manual de redação?”, sendo que as frequências mais elevadas foram obtidas com os professores, nas alternativas: “uso bastante, por hábito” e “uso às vezes, por necessidade”.

Quanto aos itens “uso raramente, por hábito” e “uso raramente, por necessidade”, as frequências mais elevadas foram obtidas com os alunos.

Foram encontradas diferenças estatisticamente significantes, entre as respostas emitidas por alunos e por professores, com relação à questão “que manual você já usou”, sendo que as frequências mais elevadas foram obtidas com os professores, nas alternativas: “Estado de São Paulo” e “não responderam”.

Quanto aos itens “O Globo” e “Folha de São Paulo” as frequências mais elevadas foram obtidas com os alunos.

Diante da questão central que permeia esse trabalho, destaca-se a questão 27 do questionário aplicado ao professor, momento em que foi perguntado se “O(A) senhor(a) acha que o manual de redação é importante para a aprendizagem do graduando em Jornalismo?”

Sabendo que há uma diferença sinonímica entre “Extremamente” e “Muito”, mas que são dois termos com conotação positiva, de aceitação, ressalta-se então que 80% dos docentes acreditam que o manual é útil na vida acadêmica do graduando em Jornalismo, enquanto que 20% declaram que ele não auxilia muito.

Logo, na questão seguinte, a 28, foi perguntado “Por quê?” em relação à afirmação dada e pedida um “Justifique a resposta anterior”. Diante disso, chegou a transcrição da fala de oito sujeitos, que se expressaram em dois grupos, o primeiro com conotação a favor do uso: “Claro, pois dar exemplos do dia a dia, como ocorre nos manuais, é fundamental no meio educacional” (sujeito 1); “Trata-se de uma informação complementar e de fixação, bem como uma forma do aluno conhecer o lado prático da profissão, que ela segue normas organizacionais” (sujeito 2); “É importante que o aluno conheça os jargões técnicos e posturas editoriais de vários veículos, a fim de norteá-lo na prática profissional” (sujeito 3); “Também como fonte de orientações” (sujeito 5); “Para conhecimento das regras jornalísticas predominantes no país” (sujeito 6); “Porque mostra como os grandes veículos organizam suas coberturas jornalísticas e ‘padronizam’ seus textos dentro de uma linha editorial e de planejamento [...]” (sujeito 8).

O segundo com o discurso contrário ao uso e se pautando em duas justificativas seguintes: “Sendo o jornalismo uma prática dinâmica e sujeita a interferências regionais. As regras variam de acordo com o veículo. Mais do que trabalhar com os manuais, é preciso trabalhar com as regras gerais do jornalismo” (sujeito 4); “Acredito que a acadêmica pode se engessar durante com o uso do manual” (sujeito 7).

Em nenhum momento, visa-se em anular o manual ou torná-lo uma bíblia jornalística, compreende-se em todas as falas que não se visa anular as partes, mas mostrar que o todo – ensinar a redação jornalística – se configura na soma de todas as pequenas partes – dos vários conceitos e técnicas jornalísticas e gramaticais –, logo quando se separa o todo, também se pode descaracterizar todo o processo de ensino-aprendizagem das produções técnicas. Em outras palavras, não adianta negar ou aceitar totalmente o manual. Diante disso, se exalta a fala de Severino (1998, p.32):

É que, dadas as nossas condições e a complexidade da prática, precisamos de múltiplos enfoques mediatizados pelas abordagens das várias ciências particulares; mas não se trata apenas de uma justaposição de múltiplos saberes: é preciso chegar à unidade na qual o todo se reconstitui como uma síntese que, nessa unidade, é maior do que a soma das partes. Por isso, precisa ser também prática transdisciplinar.

Independente da resposta dos professores, nesse momento, remonta-se a um pensamento que sentencia que o educador deve mostrar os saberes necessários ao usar as suas habilidades que dão base ao trabalho docente dentro e fora da escola. Assim, expõe Tardif (2002, p.115):

[...] um professor de profissão não é somente alguém que aplica conhecimentos produzidos por outros, não é somente um agente determinado por mecanismos sociais: é um ator no sentido forte do termo, isto é, um sujeito que assume sua prática a partir dos significados que ele mesmo lhe dá, um sujeito que possui conhecimentos e um saber-fazer provenientes de sua própria atividade e a partir dos quais ele a estrutura e a orienta.

A questão 29 dada ao professor foi “O(a) senhor(a) acha que todos os graduandos em Jornalismo deveriam usar o manual de redação?” Logo, pediu-se que ele explicasse, ou seja, justificasse a sua resposta.

Destacam-se quatro argumentos favoráveis: “Cria-se um vínculo de ensino” (sujeito 1); “Pois há orientações de toda ordem, técnicas, éticas, políticas, de valores, postura, que são importantes” (sujeito 3); “Com o objetivo de melhorar a qualidade de suas formas de expressão” (sujeito 5); “Porque ele também traz informações úteis sobre significados de siglas, patentes, militares, jargões jornalísticos, moedas, mapas de países e seus gentílicos e isso é útil no dia a dia” (sujeito 8).

Indica-se um argumento com ressalvas, ou seja, acredita que o aluno deva usar o manual, mas faz uma advertência em relação ao cerceamento da “criatividade” que o seu uso pode acarretar “Sim, como ferramenta para melhor composição do texto jornalístico para limitar a criatividade” (sujeito 6).

Há duas ideias contrárias ao seu uso. Uma defende que o manual pode “engessar”, ou seja, inibir o processo criativo que toda obra possui – preocupação que se assemelha com o argumentado do sujeito anterior. A segunda indica que há textos mais direcionados para a produção jornalística que os manuais: “[...] Pode se engessar [...]”(sujeito 7); “Os graduandos devem saber por meio de literaturas mais pontuais o que pode e não pode dentro da prática jornalística, não o que diz o manual [...]”(sujeito 4).

Evidencia-se, (in)dependente do caráter das respostas, uma autenticidade no conteúdo das justificativas, se os graduandos em Jornalismo devem usar o manual. Tal sensatez, nas afirmações e envolvimento com o ensino, leva a rigorosidade ética, que deveria permear o processo educativo, conduta que deve estar aliada ao bom profissional de ensino. Desse modo, não haverá mal-estar pessoal e profissional, como expõe Freire (2003, p.89):

Quando vivemos a autenticidade exigida pela prática de ensinar-aprender participamos de uma experiência total, diretiva, política, ideológica, gnosiológica, pedagógica, estética e ética, em que a boniteza deve achar-se de mãos dadas com a decência e com a seriedade.

Dessa maneira, prima-se por uma articulação harmoniosa e ampla entre a teoria e a prática de cada um. O conjunto de experiência e o conhecimento adquirido pelo docente ao longo de sua carreira servem para norteá-lo acerca do que é adequado (bom) ou inadequado (ruim) para ser usado em sala de aula, ou seja, se um professor aceita e outro nega o manual, todos estão adequados ao seu modo, isso se chama “autonomia”, poder de decisão, trata-se de saber escolher o ponderável para o momento, de ter autonomia, como explica Perrenoud (2001, p.45):

[...] uma pessoa autônoma, dotada de competências específicas e especializadas, que repousam sobre uma base de conhecimentos racionais, reconhecidos, oriundos da ciência, legitimados pela universidade, ou de conhecimentos explicitados, oriundos da prática. Quando sua origem é uma prática contextualizada, esses conhecimentos passam a ser autônomos e professados, isto é, explicados oralmente de maneira racional, e o professor é capaz de relata-los.

A questão 32 repassada ao professor foi acerca da recomendação do uso do manual no mercado de trabalho. Destacam-se que dois sujeitos não responderam essa questão, sendo assim, seis pontuaram argumentos favoráveis: “Claro, ajuda e facilita a comunicação escrita” (sujeito 1); “Para conferir as dicas (rápidas), para não ferir as normas e padrões de cada empresa” (sujeito 2); “Sim. É um referencial que todos os profissionais deveriam ter em suas mesas” (sujeito 3); “Sim. Sempre que necessário” (sujeito 5); “Sim. Aliás cada veículo deveria ter o seu para orientação [...]” (sujeito 6); “Para consulta, quando há alguma dúvida sobre os conteúdos citados [...]” (sujeito 8). E dos outros dois sujeitos, um aponta que há casos que os manuais não são bons, justificando o seguinte: “Depende da empresa em que se vai trabalhar. Há jornais que não possuem manuais principalmente no interior” (sujeito 4). E há um caso de ruptura total em que se diz: “Acredito que deve se primar por novos meios que busquem modificar os padrões impostos pelos manuais”.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final dessa pesquisa, percebe-se que o professor – de um modo geral – tem angústias e dilemas como todos os profissionais, mas esse tem que ser entendido dentro da sociedade contemporânea e, com isso, valorizado, ou seja, não é apenas mais uma engrenagem, mas uma peça fundamental e insubstituível dentro do processo da grande máquina educacional.

Com essa mudança de pensamento, ou seja, depois de ver que o processo de ensino-aprendizagem não é um resultado individual, mas dependente de toda sociedade, enfatizando a palavra “família”, deve-se valorizar não – só – em questão material, mas em termos de conhecimento o professor. Giroux (1999, p.161):

[...] usa até uma expressão sublime “intelectuais” para indicar a forma como o educador precisa ser valorizado, em outras palavras, ao encarar os professores como intelectuais, podemos elucidar a importante ideia de que toda a atividade humana envolve alguma forma de pensamento.

Outra proposta, sabendo que o ensino é uma representação em menor escala da sociedade e pensando principalmente em uma aprendizagem coesa, a sociedade deve participar – mais – de uma maneira decisiva e interessada no dia a dia escolar dos alunos, ou seja, ela pode e deve ficar atenta se as editorias dos manuais estão aplicando o que eles realmente estipulam. Assim, aliado a um ensino proativo, os estudantes têm maiores chances de êxito pessoal, escolar, profissional, já que terão um aparato social e serão averiguados e instigados em seu cotidiano.

Enfim, um sucesso educacional e conseqüentemente profissional não se restringe apenas a “uma ferramenta de aprendizagem – manual”, instrumento que pode ser encarado como propagador de aprendizagem prática ou teórica e ou formador de profissionais. O processo de ensino e aprendizagem encara a péssima função que a sociedade o destinou, fugindo do seu papel básico e repudiado por Edgar Morin (2002), Neidson Rodrigues (2001), José Domingo Contreras (2002), Bernard Charlot (2008), Carlos Marcelo (2009), Jorge Larrosa (2009).

Dessa forma, algumas situações são elementares para que se dê um bom convívio entre os docentes e os graduandos, pois esses, independente do manual, precisam manter uma rotina crítica e ampla de estudos, os professores precisam fazê-los perceberem que as teorias jornalísticas – manuais – têm (in)diretamente uma aplicação na vida prática e que quando tais

estudantes forem solicitados como profissionais, possam ou devam participar ativamente – inclusive, seguindo o(s) manual(is) mais adequado(s) para a ocasião.

Um educador investe no seu aperfeiçoamento para poder ajudar outras pessoas. O seu preparo não é para si, mas para outros. E isso cria a identidade profissional necessária à prática e à cumplicidade com os alunos. Ou seja, se o professor achar que os estudantes necessitam de guias ou de normas, ele – em consenso e discutindo com os estudantes – deve buscar tais ferramentas. Assim, facilitando a aquisição ou melhorar a construção da relação aluno-professor. Vale lembrar que, mesmo sendo uma relação de emoções, de afinidades, de entendimentos, de escolhas, de intuições, ela deve ser pautada no engajamento e na escolha que facilite a aprendizagem.

Independente da utilização (de qual usar, da frequência e do estilo de manuseio) do manual, o passo seguinte, ao da retomada de dignidade e de conhecimento da profissão docente, tem que ser o da mudança da formação dos professores, pois essa área de conhecimento e atuação, de investigação e de propostas e práticas, precisa primar pelas inovações e transformações sociais que, no certame da didática e da organização escolar, investiga os formatos que culminam nas experiências de aprendizagem, assim tais mudanças necessitam ser implantadas – em todo sentido da expressão – ou, se já fazem isso, precisam ser colocadas diretamente no aperfeiçoamento dos pensamentos, competências e disposições para a prática docente, sempre alicerçadas no mundo tecnológico atual.

Observa-se que, sem o desenvolvimento e a profissão docente não se pode assegurar a qualidade da aprendizagem dos alunos, como comprova Marcelo (2009, p.15):

O desenvolvimento profissional pretende provocar mudanças nos conhecimentos e crenças dos professores. Por sua vez, a mudança nos conhecimentos e crenças provoca uma alteração das práticas docentes em sala de aula e, conseqüentemente, uma provável melhoria nos resultados da aprendizagem dos alunos. No entanto, como demonstraram Guskey e Sparks (2002), os processos não funcionam desta forma. Do ponto de vista destes autores, os professores mudam as suas crenças, não como consequência da sua participação em actividades de desenvolvimento profissional, mas sim comprovando, na prática, da utilidade e exequibilidade dessas novas práticas que se querem desenvolver. A mudança de crenças é um processo lento, que se deve apoiar na percepção de que os aspectos importantes do ensino não serão distorcidos com a introdução de novas metodologias ou procedimentos didáticos.

Sendo assim, busca-se o fim da aprendizagem burocrática e tecnicista, que não elevam a personalidade e a liberdade (o poder) de atuação do professor, como Giroux (1999, p.158). afirma “[...] fornecendo as bases para uma visão alternativa para o treinamento e trabalho dos professores.” Contreras Domingo (2002, p.111), aponta até um perfil “reflexivo” como alvo:

[...] ao contrário do modelo de racionalidade técnica, no qual se entendia a ação profissional como externa a uma realidade alheia, o profissional reflexivo entende que ele faz parte da situação, por meio do qual deve entendê-la como configurada pelas transações realizadas com sua contribuição.

Além de primar pela cultura, por um ensino dinâmico, interpretativista, pessoal – valorizando o “eu” que aprendi –, o docente precisa ser reflexivo e se autoavaliar, pois ele está inserido em um processo social, multidisciplinar. Sendo assim, é personagem chave dessa “situação”. Ainda, percebe-se que tal ideia contrária àquele profissional que basicamente analisa e estipula críticas, mas não se enquadra no problema. Por isso, a premissa desencadeadora de Contreras Domingo (2002, p.128) é:

[...] ser sensível as características do caso e atuar em relação ao mais apropriado para o mesmo é algo que requer processos reflexivos, os quais não podem manipular elementos que não estiverem assimilados por seus protagonistas, seja a partir de sua própria experiência ou da proposição de uma tradição.

Entende-se que o profissional da educação busca formar cidadãos éticos, pois a sua formação irá refletir na atuação social dos alunos. Desse modo, a experiência se torna valorosa para quando trilhar um caminho de incertezas, como se percebe nesta teoria de Contreras Domingo (2002, p.129):

O desenvolvimento de valores educacionais não pode se realizar a partir das instituições ou sabedorias que surgem fora da própria prática se não houver professores dispostos a participar das ideias que alimentam essas posições.

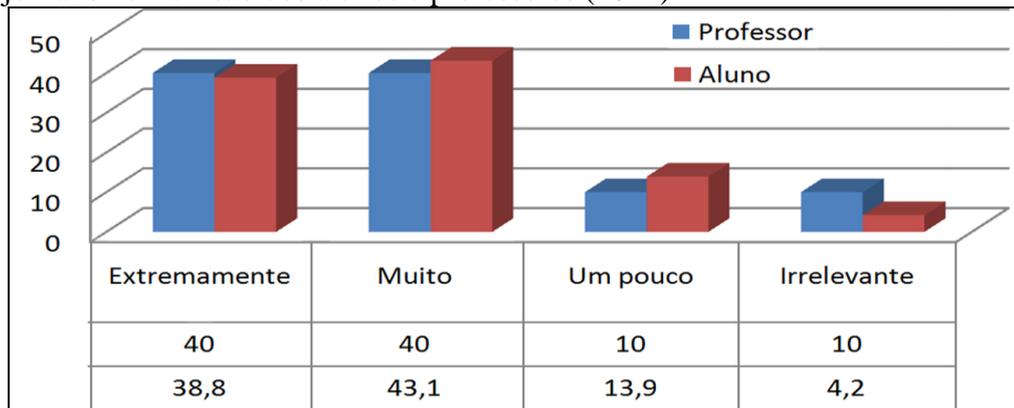
O professor e o aluno são uma associação concreta, forte e que deve primar por um envolvimento aberto e claro. Entende-se que um tem que aprender com o outro, isto é, o aluno tem que se relacionar bem com o professor e o professor também deve relacionar-se muito positivamente com o estudante. Na verdade, o docente também aprende enquanto ensina e os discentes enquanto aprendem, também ensinam o muito que sabem.

Primeiro, um sucesso escolar, conseqüentemente profissional, comportamental, emocional e social não se restringe apenas à “instituição” (ao professor), essa, como propagadora de aprendizagem prática ou teórica e ou formadora de caráter, aguerridamente, distingui-se do papel que lhe destinou a sociedade, função esta que passa primeira e basicamente pelo alicerce familiar.

Em suma, a educação perpassa pelas concepções de vida, de indivíduo, concepções estas que vão sofrendo adaptações conforme muda a sociedade ao longo dos anos. Com isso, crê-se que quanto mais os professores participarem e melhores preparados eles estiverem (sempre se reciclando e buscando novos conhecimentos e abordagens) para os desafios da

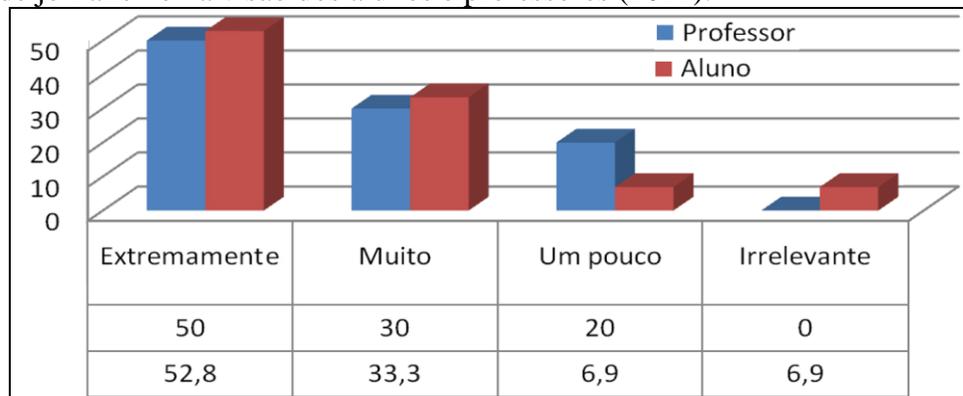
educação atual, melhor será o meio acadêmico em que eles e os alunos se encontram. Vale destacar que esses docentes estarão bem preparados para diversos ângulos de abordagem e diferentes perspectivas de reflexão – independente do manual ou manuais de redação usados ou consultados.

Gráfico 22: Necessidade de utilização dos manuais de redação pelos estudantes de jornalismo na visão dos alunos e professores (2011).



Org: O autor (2012).

Gráfico 23: Importância do manual de redação para a aprendizagem do graduando de jornalismo na visão dos alunos e professores (2011).



Org: O autor (2012).

Diante dos números expostos no gráfico 22, entende-se que usar o manual no curso de jornalismo para inúmeros fins (como pesquisa, consulta) é uma prática “extremamente” bem vista para 38,8% (alunos) e 40% (professores).

Como no gráfico 22, que trabalhou a pergunta sobre se os alunos do curso de jornalismo deveriam usar o manual de redação, pondera-se que a porcentagem das respostas “extremamente” e “muito” relativas a sua eficácia na aprendizagem foi elevada e teve pequena variação entre as falas dos estudantes e dos docentes. A grande maioria dos estudantes e dos docentes acredita que o manual é válido como suporte de aprendizagem para

o graduando em jornalismo. Repara-se que as porcentagens 52,8% (alunos) e 50% (professores), reportam como “extremamente” válida a iniciativa do uso do manual pelo estudante (verifica-se que há exatamente 2,8% de discrepância entre as duas respostas). Vale comparar com o gráfico 22, na ocasião a porcentagem de usar o manual em qualquer contexto apresentava 38,8% (alunos) e 40% (professor) e como meio de aprendizagem os dois tipos de sujeitos acreditam que ele possa ter mais serventia, já que os números anteriores informam isso. Acreditando que tal utilização é “muito” importante, tem-se 33,3% (alunos) e 30% (professores). Também se entende que a diferença apresentada entre as resposta é pequena. Destaca-se também que nenhum professor descartou a utilização do manual no processo de aprendizagem e que 6,9% dos discentes consideram a sua utilização como “irrelevante”.

Assim, diante dos números apresentados, acredita-se que o manual é uma boa base de consulta, de exemplificação, de padronização para os graduandos em jornalismo, logo tem o seu valor como ferramenta de ensino, contudo não pode ser encarado como um instrumento de ensino que implica em conhecimento pronto e definitivo, nem deve ser classificado ou usado como uma única fonte de análise.

Deve-se fornecer aprendizagem (informação) pelo contato direto (por todos os sentidos para ofertar “direitos iguais” para todos os alunos, sem privilegiar um ou outro contato), assim, o estudante sempre terá acesso fácil às várias informações disseminadas e poderá ter uma participação mais ativa no processo de ensinamento, pois a grande aprendizagem ocorre "dentro" do "eu", do próprio "ser". Assim, verifica-se a necessidade daquilo que o professor ensina, mexa com interior (sentidos), transforme, modifique o dia a dia intelectual e comportamental do discente. Desse modo, o que prevalece verdadeiramente é a aprendizagem (com motivação, que pode se acontecer de diversas formas, como foi mostrado na resposta anterior), que tem aplicação prática e ou que o instigou a reflexão naquele momento ou depois com a maturidade (experiência). De certo modo, deve-se pensar também na perspectiva de Bourdieu (1983, p.64) que situa o indivíduo no universo particular, embora o universo social esteja ao mesmo tempo inscrito no nele:

[...] é preciso abandonar todas as teorias que tomam explícita ou implicitamente a prática como uma reação mecânica, diretamente determinada pelas condições antecedentes e inteiramente redutível ao funcionamento mecânico de esquemas preestabelecidos, “modelos”, “normas”, ou “papéis”, que deveríamos, aliás, supor que são em número infinito, como o são as configurações fortuitas dos estímulos capazes de desencadeá-los.

Ao trabalhar com um ou com vários manuais, o professor deve deixar claro para o aluno que há diversas tendências (estilos) e formas de trabalhar um elemento dentro dos diversos manuais e que o mais importante é conduzir objetivamente e criticamente as informações necessárias (enfoques que são valiosíssimos na escolha e ou leitura de um manual, como foi constatado em pesquisa). Tudo isso pautando em algumas normas padrões e habituais de editorias e nas conveniências gramaticais da língua portuguesa.

Destaca-se que, dentro das próprias editorias, as normas propagadas pelos manuais devem ser difundidas para que essas possam ser (mais) norteadoras, evitando a discrepância entre profissionais da mesma empresa (como foi provado que acontece, pelo menos no caso da aplicação de estrangeirismos e siglas). Reafirma-se que as técnicas dadas nos manuais representam o estilo editorial da empresa, sendo assim, é bom que isso fique claro para o profissional, para que ele saiba referendar aquilo que a empresa onde trabalha acredita e ou propaga.

Os manuais não devem se tornar meios delimitadores e de tolir a abrangência do uso do idioma português, nem significar “vigilância” para quem escreve ou símbolo de desvio de conduta para quem lê. Se ação repressora for executada, privilegia-se a obsoleta e desgastada reprodução mecânica de determinações gerais e hierárquicas. Esse processo repressor precisa ser substituído por um envolvimento e uma compreensão com diversas formas de pensar, materializar e estimular tanto os alunos quanto os profissionais que se pautam na escrita.

Diante do exposto, recorre-se novamente à Rodrigues (2001, p.112) que explicita a coerência que deve permear o processo educativo:

A ação educativa é um processo regular desenvolvido em todas as sociedades humanas, que tem por objetivos preparar os indivíduos em crescimento (crianças e adolescentes) para assumirem papéis sociais relacionados à vida coletiva, à reprodução das condições de existência (trabalho), ao comportamento justo na vida pública e ao uso adequado e responsável de conhecimentos e habilidades disponíveis no tempo e nos espaços onde a vida dos indivíduos se realiza.

Percebe-se que o profissional docente é encarado como uma construção coletiva, que deve acontecer em toda sociedade. Desse modo, mostra-se também que o desenvolvimento profissional se permeia de diferentes tipos de oportunidades e experiências, para promover o crescimento e o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem, sendo assim, criando uma marca e um requisito básico empregado com autonomia, personalidade e coletividade.

Com o grande número de graduandos que gostam de segmentos voltados e ou que se baseiam no meio impresso (como se prova por meio dos dados coletados acerca das questões

de preferência e utilização), com o uso cada vez mais habitual do meio virtual (sites informativos), com a rapidez na obtenção e difusão de informações, com o comprometimento de qualidade e com as discrepantes padronizações (como também foi provado) entre veículos jornalísticos, evidencia-se a necessidade da diversificação e de norteadores para o ensino de jornalismo.

O manual deve ser tratado em sala de aula e mostrado que ele ajuda, porém, não pode ser encarado como única ferramenta para auxílio dos alunos. Além de uma coesa interação entre aluno e professor, precisa-se dar autonomia para o estudante, para ele participar, expor os seus pensamentos e dilemas em um processo que ele é a referência. Diante dessas condições favoráveis de atuação, deve-se exigir um sólido conhecimento dos estudantes em tipologia textual, senso gramatical, criatividade, flexibilidade e capacidade para atuar com gabarito e domínio nos diversos segmentos do jornalismo (mídias impressas e virtuais) da contemporaneidade.

Em suma, cada aluno tem que ser único, carregar as suas individualidades e de posse de suas próprias e inerentes características, ele deve torna-se autor e sujeito do seu novo conhecimento, enfim, diante de uma reflexão que desencadeia um diálogo (com os professores) e em uma reelaboração se tem um novo processo de ensino e aprendizagem. Tudo isso, ocorrerá a partir do momento em que o indivíduo internalizar a importância e a significância de sua participação reflexiva para a formação de um novo aprendizado para a sociedade. Enfim, todo processo educacional varia de aluno para aluno e que ele está em constante evolução. Assim, cada pessoa tem o seu tempo e modo para aprender e que esse processo de aprendizagem deve estar inserido na melhor circunstância e relação possível.

Também vale ressaltar que uma das concepções para a melhora do meio educacional é entender e valorizar basicamente a formação do profissional reflexivo, enfatizando o termo “reflexão” aliado a atuação profissional e a contribuição da experiência para a “situação”.

La Rosa (2007, p.35), sobre as condições para que a aprendizagem ocorra, destaca as condições sociais e esclarece que:

A melhor forma de manipular condições sociais para aprendizagem é através de cooperação. Cooperação significa o trabalho conjunto, interativo, onde os benefícios pessoais e grupais são comuns. A cooperação tem se mostrado uma forma de trabalho mais eficaz quando utilizada com grupos homogêneos, auto escolhidos, entre elementos que se conhecem e com alunos mais velhos, visto que apresentam maior nível de consciência social.

O pensamento anterior resume bem a conclusão desse trabalho, uma vez que a ideia é que haja uma interação, um envolvimento, uma autonomia na relação entre alunos e docentes, assim criando um processo social coeso, eficaz e produtivo para ambas as partes.

REFERÊNCIAS

ABREU, A. S. **Curso de Redação**. 3 ed. São Paulo: Editora Ática, 1991.

ABBR abre vagas para estágio e trainee em diversas áreas. **O globo**. São Paulo. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/educacao/abbr-abre-vagas-para-estagio-trainee-em-diversas-areas-3010404#ixzz1mkzeXuIX>>. Acesso em: 12 fev.2012.

ALBUQUERQUE, A. de. **A obrigatoriedade do diploma e a identidade jornalística no Brasil**: um olhar pelas margens. Disponível em: <<http://www6.ufrgs.br/limc/Afonso-Contracampo.pdf>>. Acesso em: 31 ago. 2011.

BELTRÃO, L. **Iniciação à filosofia do jornalismo**. São Paulo: Edusp. 1990. 200 p.

BOCCANERA, S. Cientista britânico ataca astrologia em série de TV. **BBC**. São Paulo, 31 ago. 2011. Seção notícias. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/vidae/not_vid34347,0.htm>. Acesso em: 31 ago. 2011.

BOURDIEU, P. Esboço de uma teoria da prática. In: ORTIZ, R. (Org.). **Pierre Bourdieu**. São Paulo: Ática, 1983. p. 46-81.

BRASIL. Presidência da República. **Manual de redação da Presidência da República**. MENDES, G. F. e FORSTER JÚNIOR, N. Jr. (Org.). 2 ed. rev. e atual. Brasília: Presidência da República, 2002.

_____. **Terminologia Linguística para os Ensinos Básico e Secundário (TLEBS)**. MEC - Direção-Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular (Org). Brasília, 1990.

BRONCKART, J. P. **As atividades de linguagem, textos e discursos**. São Paulo: Educ, 2003.

CÂMARA JÚNIOR, J. M. **Manual de expressão oral e escrita**. 7 ed. Petrópolis: Vozes, 1983.

CARVALHO, O de. **A arte de escrever**, Lição 1: Esqueça o Manual de Redação, 1998. Disponível em: < <http://www.olavodecarvalho.org/textos/manured.htm> >. Acesso em: 31 ago. 2011.

CERVO, A L.; BERVIAN, P.A **Metodologia científica**. 4ed. São Paulo: Makron Books, 1996, 90 p.

CHARLOT, B. O professor na sociedade contemporânea: um trabalhador da contradição. **Revista da FAEBA – Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 17, n. 30, p. 17-31, jul./dez. 2008.

CNPQ separa R\$15 milhões para pesquisa em informática. **G1**, Disponível em: <<http://g1.globo.com/Noticias/Tecnologia/0,,AA1638045-6174,00-CNPQ+SEPARA+R+MILHOES+PARA+PESQUISA+EM+INFORMATICA.html>>. Acesso em: 31 ago. 2011.

CONTRERAS DOMINGO, J. **A autonomia de professores**. Tradução Sandra Trabucco Valenzuela. São Paulo: Cortez, 2002.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. São Paulo: Cortez, 2003.

CHUVA alaga trecho da Avenida Paulista. **Estadão online**. São Paulo. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,chuva-alaga-trecho-da-avenida-paulista-,837394,0.htm>. Acesso em: 17 fev. 2012.

COM nove novos estilistas, Fashion Week começa dia 27 de janeiro. **Folha Online**. São Paulo. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/ilustrada/ult90u30043.shtml>. Acesso em: 31 ago. 2011.

COMO curar o joelho treinando. **Estadão online**. São Paulo. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/arquivo/suplementos/2007/not20070320p9559.htm>. Acesso em: 15 ago. 2011.

CONTAINER tomba num dos acessos à Linha Amarela. **O globo**. São Paulo. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/container-tomba-num-dos-acessos-linha-amarela-3026969#ixzz1ml9YcXRc> Acesso em: 19 fev. 2012.

CONSELHO aperta cerco ao grupo da medicina estética. **Folha Online**. São Paulo. Disponível em: <http://www.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/893835-conselho-aperta-cerco-ao-grupo-da-medicina-estetica.shtml>. Acesso em: 18 fev. 2012.

CUNHA, C.; CINTRA, L. **Nova Gramática do português contemporâneo**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2007.

CUNHA, M. I. da. **Lugares de formação: tensões entre a academia e o trabalho docente**. In: Endipe – Encontro Nacional de didática e Prática docente, 15., 2010, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: 2010.

DAUSTER, T. A Fabricação de livros infanto-juvenis e os usos escolares: o olhar de editores. **Revista Educação PUC-Rio**, Rio de Janeiro, n. 49, p. 1-18, nov. 1999.

D'AMORIM, S. Governo quer conta salário obrigatória. **Folha de São Paulo**, Brasília. 26 de ago. 2006. Seção Mercado Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u110538.shtml>. Acesso em: 31 ago. 2007.

DIAL, R. M. **Nietzsche Educador**. São Paulo: Editora Scipione, 1990.

DILLON, W. R.; GOLDSTEIN, M. **Multivariate analysis**. Methods and applications. New York: John Wiley e Sons, 1984.

DUARTE, J.; BELTRÃO, L. As múltiplas faces de um pioneiro. In: MARQUES DE MELO, J. **Imprensa Brasileira: personagens que fizeram história**, v. 2. São Paulo: Universidade Metodista de São Paulo, 2005.

FARACO, C. A. **Estrangeirismos: guerras em torno da língua**. São Paulo: Parábola, 2001.

FERREIRA, A. B. de H. **Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa.** vs.5.0. Curitiba: Positivo, 2004. 1 CD-ROM.

FOLHA UOL. **Manual de redação.** Disponível em: [Folha.uol.com.br/folha/circulo/manual_redacao.htm](http://folha.uol.com.br/folha/circulo/manual_redacao.htm). Acesso em: 17 fev. 2012.

FOLHA ONLINE. <<http://www1.folha.uol.com.br/dinheiro/ult91u113325.shtml>>. Acesso em: 31 ago. 2011.

FRANCO, M. L. P. B. **Análise do Conteúdo.** 3ª Ed. Brasília: Liber Livro Editora Ltda, 2008.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia:** saberes necessários à prática educativa. 28ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

FURACÃO x Vasco: primeiro round em Curitiba. **Globoesporte.** Disponível em: <<http://video.globoesporte.com/0,GIM714699-7756,00.html>>. Acesso em: 25 ago. 2011.

GARCIA; L. **Manual de redação e estilo. O Globo.** 29ª ed. São Paulo: Globo, 2005.

GIROUX, H. A. **Os professores como intelectuais:** rumo a uma pedagogia da aprendizagem. Tradução Daniel Bueno. Porto Alegre: Artmed, 1999.

GÓES, M. C. R. de, SMOLKA, A. L. B. A criança e a linguagem escrita: considerações sobre a produção de textos. In: ALENCAR, E. S. (Org.). **Novas contribuições da Psicologia aos processos de ensino e aprendizagem.** São Paulo: Cortez, 1992. p. 51-70.

GRADES e contêiner atravessam o caminho no Sambódromo. **O globo.** Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/eu-reporter/grades-contener-atravesam-caminho-no-sambodromo-3964925#ixzz1ml8fnZU3>> Acesso em: 19 fev. 2012.

HENGEMÜHLE, A. **Formação de Professores:** da função de ensinar ao resgate da educação. Petrópolis: Vozes, 2007.

HOUAISS A, V. M de S, Franco FM de. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa.** Rio de Janeiro: Objetiva; 2001.

INSTITUTO GUTENBERG. **Manual é contrato com o leitor.** Nº.: 1, Março de 1995. Disponível em: <<http://www.igutenberg.org/manual1.html>. Boletim>. Acesso em: 30 jan. 2011.

JOHNSON, R.A.; WICHERN, D.W. **Applied multivariate statistical analysis.** New Jersey: Prentice Hall, 1998. 816p

KÖCHE, J. C. **Fundamentos de Metodologia Científica:** teoria da ciência e prática da pesquisa. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

KRAKOVICS, F. Suplentes doaram para a campanha de 15 senadores. **Folha de São Paulo,** Brasília. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u88616.shtml>>. Acesso em: 31 ago.2010.

LA ROSA, J. **Psicologia e educação: o significado do aprender**. 9ª Ed. Porto Alegre: Edipucrs, 2007.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 1987. 198 p.

LARROSA, J. **Nietzsche e a Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

LEVINE, D.M.; BERENSON, M. L.; STEPHAN, D. Estatística; **Teoria e aplicações**. Rio de Janeiro, LTC, 2000.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo, Editora Pedagógica e Universitária, 1986. 99p.

LUTADOR de boxe canadense é achado morto em flat em Porto de Galinhas, em Pernambuco **O globo**. São Paulo. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/pais/lutador-de-boxe-canadense-achado-morto-em-flat-em-porto-de-galinhas-em-pernambuco-3201395#ixzz1ml7hcx7U>> Acesso em: 19 fev. 2012.

MARCELO, C. Desenvolvimento Profissional Docente: passado e futuro. **Revista de Ciência da educação**. Lisboa, n 8. p. 07-22. 2009.

MARTINS, E. L. F. **Manual de Redação e Estilo de O Estado de São Paulo**. 3ª Ed. revista e ampliada. São Paulo: O Estado de São Paulo, 2007.

MARQUES, C. Aos 91, Jamelão canta ao vivo no desfile da Poko Pano. **Folha Online**. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/ilustrada/ult90u51627.shtml>>. Acesso em: 31 ago. 2010.

META, PESQUISAS DE OPINIÃO. **Relatório de Pesquisa Quantitativa: Hábitos de Informação e Formação de Opinião da População Brasileira**. Mar. 2010. Disponível em: <http://biblioteconomiaepatrimonio.blogspot.com.br/2010/07/habitos-de-informacao-e-formacao-de.html>. Acesso em: 14 fev. 2012.

MILES, M. B., HUBERMAN, A. M. **Qualitative data analysis: A source book of new methods**: Sage, 1984.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. **Terminologia Linguística para os Ensinos Básico e Secundário**. CD-ROM, 2005.

MORIN, E. **Os Sete Saberes Necessários para a Educação do Futuro**. 6ª ed. São Paulo: Editora Cortez. 2002.

MORAN, J. M.; MASSETO, M. T.; BEHRENS, M. A. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. Campinas: Papyrus, 2000.

MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 22. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

MINAYO M. C. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. Rio de Janeiro: Abrasco; 2007.

OLABUENAGA, J.I. R.; ISPIZUA, M.A. **La descodificacion de la vida cotidiana**: metodos de investigacion cualitativa. Bilbao, Universidad de Deusto, 1989.

PALACIOS, A. Hotel do Boca Juniors para torcedores custará R\$ 18 milhões. **do estado.com.br**. Disponível em: <http://www.estado.com.br/esportes/not_esp83444,0.htm>. Acesso em: 31 ago. 2010.

PERRENOUD, P. **Formando professores profissionais**: Quais estratégias? Quais competências? 2ª ed. rev. Porto Alegre: Artmed, 2001.

PONTECORVO, C., ZUCCHERMAGLIO, C. From oral to written language: preschool children dictating stories. **Journal of Reading Behavior**, v. 21, n. 2, p. 109-126, 1989.

PRAZO para fazer declaração de isento do IR termina na sexta. **Folha Online**. São Paulo. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u348853.shtml>>. Acesso em: 14 fev. 2012.

PRÊMIO Jovem Cientista este ano será sobre cidades sustentáveis. **Estadão online**. São Paulo. Disponível em: <<http://www.estado.com.br/noticias/vidae,premio-jovem-cientista-este-ano-sera-sobre-cidades-sustentaveis,728778,0.htm>> Acesso em: 19 fev. 2012.

PRESSÃO de artistas fez governo mudar lei para esporte. **G1**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/Noticias/Politica/0,,AA1386812-5601,00.html>>. Acesso em: 30 jan. 2012.

PRINCÍPIOS editoriais das Organizações Globo. **G1**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/principios-editoriais-das-organizacoes-globo.html#correcao>>. Acesso em: 12 mai. 2012.

PUBLIFOLHA. **Manual da redação**: Folha de São Paulo. Revista e ampliada. São Paulo, 2006.

QUINTANA. Mário. **Antologia Poética**. Porto Alegre, L&PM, 1997

REGO, L. L. B. A escrita de estórias por crianças: as implicações pedagógicas do uso de um registro linguístico. **Revista de Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada**, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 165-180, ago. 1986.

RESENDE, M. R. Saber Científico – conhecimento específico – saber escolar e a formação de professores. In: **Periódico do Mestrado em Educação da UCDB**. Campo Grande - MS v. 1, n. 24, p. 35-53. 2007.

RODRIGUES, N. Educação: da formação humana à construção do sujeito ético. **Educ. Soc.** [online]. São Paulo, v.22, n.76, p. 232-257. 2001,

SAVIANI, D. **Escola e democracia**: teorias da educação: curvatuta da vara, onze teses sobre educação e política, São Paulo: Cortez: 1986.

SCARTON, G. SMITH, M. M. Manual de redação. Porto Alegre: PUCRS, FALE/GWEB/PROGRAD, [2002]. Disponível em: < <http://www.pucrs.br/manualred> >. Acesso em: 12 abr. 2012.

SEVERINO, A. J. O conhecimento pedagógico e a interdisciplinaridade: o saber como intencionalização da prática. In: FAZENDA, I. C. A. (org.). **Didática e interdisciplinaridade**. Campinas: Papirus, 1998.

SIEGEL, S. **Estatística não-paramétrica, para as ciências do comportamento**. Trad. Alfredo Alves de Farias. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1975. 350p.

SILVA, E. L. da; e MENEZES, E. M. **Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação**. 3a ed. vev. atual. Florianópolis:UFSC. 2001. 121 p.

SOUZA, R. M. V. de. Metodologia para o ensino do Jornalismo: O pioneirismo de Luiz Beltrão no Ciespal aplicado na atualidade. In: **REBEJ - Revista Brasileira de Ensino de Jornalismo**. Ponta Grossa, PR, v. 1, n. 9, p. 41-62, jan. a jun. 2012.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. 2ª Ed, Petrópolis: Vozes, 2002.

THOMAS, J. R.; NELSON, J. K.; SILVERMAN, S. J. **Métodos de pesquisa em atividade física**. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

TRINDADE, R. **Escola e influência educativa**: O estatuto dos discursos didáticos inovadores no 1º CEB em Portugal. Tese de Doutorado, FPCEUP, Porto, Portugal. 2003.

THOMPSON, J. B. **Ideologia e cultura moderna**. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

VAN DER MAREN, J. M. **Méthodes de recherche pour l'éducation**. 2ª Édition. 2ª tirage. De Boeck. 2004.

VIEIRA, V. A. As tipologias, variações e características da pesquisa de marketing. **Revista da FAE**, Curitiba - PR, v. 5, n. 1, p. 61-70, jan/abr. 2002.

VALE já refinanciou 84% do empréstimo bilionário para compra da Inço. **Folha Online**. . São Paulo. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u113325.shtml>>. Acesso em: 18 fev. 2012.

XAVIER, M. F. e MATEUS, M. H. **Dicionário de Termos Linguísticos**, Vol. II. Lisboa: Edições Cosmos. 1992.

ZUKERAN, V. O que importa é ver a corrida. **Estadao online**. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20071022/not_imp68546,0.php>. Acesso em: 11 ago. 2010.

APÊNDICE A
AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA ENVIADA AOS DOIS COORDENADORES DE
CURSOS DE JORNALISMO, DAS DUAS INSTITUIÇÕES



**UNIVERSIDADE DE UBERABA
PROGRAMA DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

Título: Manual de redação jornalístico: Sua influência na prática de ensino por meio de estrangeirismos e siglas

Mestrando: Vitor Sergio de Almeida

Professor doutor: Gustavo Araújo Batista

Prezado diretor: _____

Pelo presente venho apresentar o pesquisador mestrando Vitor Sergio de Almeida, que pretende realizar um estudo inserido na linha de formação de professores e processos educativos, mais precisamente com o enfoque nos estudos textuais e discursivos da língua portuguesa e do ensino em jornalismo, bem como na análise comparativa e do uso de alguns manuais de funcionamento e empregabilidade de vocábulos jornalísticos – estrangeirismo e siglas –, por parte dos professores.

Esclarecemos que:

Em nenhum momento se fará menção aos nomes dos participantes da pesquisa, nem aos das duas instituições, que possibilitaram a realização da mesma. Enfim, as medidas protetivas como sigilo e anonimato dos depoentes estarão garantidos. Enaltecendo, que os entrevistados possuem toda a liberdade de não responderem as questões pelas quais não se sentirem à vontade e até podem desistir de participarem da pesquisa.

Se eventualmente, ele considerar algum questionamento impertinente, será explicitado que o mesmo terá livre consentimento em não responder à questão, podendo desistir das justificativas quando julgar necessário.

Desta maneira, percebe-se que não há risco ou possibilidade de danos à dimensão moral, intelectual, social, cultural do grupo que responderá o questionário ou que ele se torne vulnerável diante da pesquisa. As informações coletadas serão restritamente de uso do pesquisador e do orientador em seus trabalhos acadêmicos.

As informações e materiais coletados serão de responsabilidade exclusiva do pesquisador. Em seguida serão eticamente analisados e os resultados serão socializados com os sujeitos da pesquisa e divulgados nos meios eletrônicos, de forma a contribuir para a compreensão e reflexão de aspectos relativos a relação redacional do docente com o discente.

Dos inúmeros objetivos desse projeto, destaca-se a necessidade de refletir acerca dos conceitos aplicados nos princípios dos fundamentos da educação, da formação docente e da prática pedagógica, deste modo, construir uma interface com o ensino difundido nos cursos de Jornalismo. Ainda, definir a expressão manual de redação e estilo, mostrando a importância dessa coletânea de normas e dicas para o meio didático universitário – relação de ensino e aprendizagem entre professor e aluno. E, após essa análise, pontuar algumas tendências, recorrências, observáveis e pertinentes à prática docente comunicacional.

Desde já agradecemos e colocamo-nos a disposição para quaisquer outras informações que se fizerem necessária.

Uberaba, 15 de agosto de 2011.

Professor doutor Gustavo Araújo Batista
Orientador

APÊNDICE B
MODELO DE ACEITE PARA APLICAÇÃO DO QUESTIONÁRIO ENVIADO E
ASSINADO PELOS DOIS COORDENADORES DE CURSOS, DAS DUAS
INSTITUIÇÕES

AUTORIZAÇÃO

Autorizo o mestrando Vítor Sergio de Almeida; orientado pelo Doutor Gustavo Araújo Batista; da Universidade de Uberaba (Uniube); Programa de Mestrado em Educação; com projeto na linha de pesquisa de Cultura e Processos Educativos (antiga Formação de Professores e Processos Educativos); com o tema Processos e práticas educativas focados no docente em jornalismo, basicamente em manuais redacionais; com o título Manual de redação jornalístico: Sua influência na prática de ensino por meio de estrangeirismos e siglas; a realizar uma pesquisa nesta instituição, durante os meses de setembro, outubro de 2011, envolvendo os alunos e professores do curso de Jornalismo. Os mesmos responderão um simples questionário de perfil e de aplicação jornalística, com enfoque para área de redação.

(...)

Professor e coordenador do curso de Jornalismo da (...).

Uberaba (MG), cinco de agosto de 2011.

APÊNDICE C
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO ENTREGUE AOS
ALUNOS SUBMETIDOS AO QUESTIONÁRIO



Uberaba (MG), 20 de novembro de 2011.

TERMO DE CONSENTIMENTO ALUNO

Nome da pesquisa: *Manual de redação jornalístico: Sua influência na prática de ensino por meio de estrangeirismos e siglas*

Responsável pelo Projeto: *Vitor Sergio de Almeida (Mestrando em Educação)*

Telefone para contato: *(34) 9168 - 9922*

Endereço: *Rua Urca, 52 – apto.: 104 – Bairro: Copacabana – Uberlândia – MG*

Instituição: *Universidade de Uberaba (Uniube)*

Eu sou aluno do programa de Mestrado em Educação, da Universidade de Uberaba (Uniube), estou desempenhando uma pesquisa acadêmica intitulada “Manual de redação jornalístico: Sua influência na prática de ensino por meio de estrangeirismos e siglas”. Essa tem vários intuítos, dentre eles, busca-se analisar acerca da relação estabelecida entre o docente e discente; ainda refletir a expressão manual de redação e estilo – conjunto de normas e dicas usado no meio comunicacional – centrando em dois conceitos textuais – estrangeirismos e siglas – relacionando com o processo de ensino e aprendizagem e com os veículos de informação, que possuem esse livro como ferramenta.

Diante dos resultados dessa pesquisa, a tendência é que as conclusões sirvam de arcabouço e até de direcionamento das atividades e práticas de ensino e até entre as editorias que editam e primam pelo uso dos manuais, ou seja, as considerações finais desse trabalho – sendo um retrato fiel dos aspectos textuais que ocorrem no cotidiano – podem ajudar no ensino dos cursos de comunicação do Brasil.

Os sujeitos da pesquisa serão todos (ou aqueles que quiserem responder) alunos do curso de Jornalismo da (...), direcionando para os estudantes que estão a partir do segundo período, pois se acredita que esses possuem condições de responder às indagações a respeito da sua formação, uma vez que se encontra em processo de aprendizagem de tais técnicas redacionais. Além de entender que eles – como alunos críticos – podem ajudar na condução e na melhora do ensino nos cursos de comunicação.

Assim, para atender os objetivos propostos, a pesquisa se pautará em um curto questionário. Escolheu-se tal prática devido ao enorme número de estudantes-sujeitos investigados, pela objetividade e também pela necessidade de se ter dimensão – uma porcentagem – exata do gosto e da aplicação dos manuais e das duas técnicas já referidas.

A abordagem na aplicação dos questionários – que por diversos motivos não deve se delongar, ocorrerá apenas em um único momento – se baseia no conhecimento geral, consistindo na prática e no acúmulo de informações em sala de aula ou no dia a dia.

Há questões de múltipla escolha – maioria – e as discursivas – minoria. Essas propiciam aos alunos tranquilidade, agilidade e direcionamento para as responderem. E mais, como as perguntas propostas são diretas, quantificáveis e a amostra em questão reúne um bom número de sujeitos, tem-se a tendência de se gerar uma estatística confiável.

O questionário terá dois objetivos: o primeiro identificar o seu perfil em relação ao curso – qual período do curso de Jornalismo está, quanto tempo levará para se graduar, se também já atua na área comunicacional, qual a área informativa que mais tem interesse, qual o meio de comunicação mais utilizado para se informar, com qual frequência tem contato com as notícias, dentre mais algumas simples perguntas –; uma vez que os dados caracterizadores deste perfil apresentam relação com os estudos. O segundo intuito é caracterizar a aprendizagem e a representação do manual, permitindo que você revele experiências, percepções, recorrências e facilidade sobre os tópicos de discussão citados.

Os procedimentos de coleta de dados, aplicação do questionário e das perguntas opinativas serão realizados durante o intervalo ou módulo ou horário destinado a atendimento, em suas devidas instituições, ou seja, sempre será respeitado o horário e o calendário de trabalho do entrevistado e de funcionamento da instituição.

Haverá comprometimento do pesquisador com relação à garantia do anonimato e do sigilo, assegurando a privacidade dos pesquisados quanto às informações confidenciais abordadas na pesquisa. Se

eventualmente, você considerar algum questionamento inconveniente, saiba que terá livre consentimento em não responder à questão, podendo desistir das justificativas quando julgar necessário. Pode-se ter a recusa inócua, ou seja, se você não aceitar participar, expõe-se que não haverá nenhuma penalidade ou discriminação.

Os riscos ou desconfortos que podem ser apresentados durante as entrevistas se referem a algum questionamento de foro íntimo que o sujeito considerar inadequado. Sendo assim, não há nenhuma questão de cunho sentimental, religioso, sexual, ético, psiquiátrico para o sujeito responder. Se eventualmente, você considerar algum questionamento impertinente, será explicitado que o mesmo terá livre consentimento em não responder à questão, podendo desistir das justificativas quando julgar necessário.

Desta maneira, percebe-se que não há risco ou possibilidade de danos à dimensão moral, intelectual, social, cultural ao aluno que responderá o questionário ou que o torne vulnerável diante da pesquisa.

Em nenhum momento se fará menção aos nomes dos participantes da pesquisa, nem aos das instituições, que possibilitaram a realização da mesma. Enfim, as medidas protetivas como sigilo e anonimato dos depoentes estarão garantidos. Enaltecendo, que os entrevistados possuem toda a liberdade de não responderem as questões pelas quais não se sentirem à vontade e até podem desistir de participarem da pesquisa.

Eu, _____, Registro Geral (RG) número _____, abaixo assinado, concordo em participar deste estudo, não recebendo nenhuma remuneração financeira para tal, tendo recebido informações sobre os objetivos, justificativas e procedimentos que serão adotados durante a sua realização, assim como os benefícios que poderão ser obtidos.

Autorizo a publicação das informações por mim fornecidas com a segurança de que não serei identificado e será mantido o caráter confidencial da informação relacionada com a minha privacidade. Assim, assino este termo espontaneamente, tendo a ciência de que em qualquer momento posso abandonar a pesquisa sem quaisquer prejuízos ou ônus para mim.

Tendo ciência do exposto acima, assino esse termo de consentimento.

Assinatura do pesquisador responsável

Assinatura do pesquisado responsável

APÊNDICE D
QUESTIONÁRIO APLICADO AOS ALUNOS



UNIVERSIDADE DE UBERABA
PROGRAMA DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO

PESQUISA ACADÊMICA

Caro aluno,

Esse questionário pretende colher dados (informações) para uma pesquisa que estamos realizando com alunos e professores do curso de Jornalismo (...). O nosso propósito ao analisar tais informações é de investigar a aplicação e a relação de técnicas redacionais – siglas e estrangeirismos – no cotidiano do docente e dos graduandos, com isso, busca-se refletir acerca do processo de ensino e aprendizagem.

Sendo assim, a sua participação será muito importante. Para isso, responda as questões com liberdade e não é necessário se identificar. Em algumas questões podem ser assinalados mais de um item.

Obrigado.

Número do sujeito: _____ .

01. Qual período do curso de Jornalismo você está? _____.

02. Você estuda ou tem outro curso superior?

- a- Não
- b- Em curso - qual(ais)? _____.
- c- Concluído - qual(ais)? _____.

03. Você deve se graduar em quanto tempo?

- a- Menos de oito períodos, ou seja, menos de quatro anos
- b- Exatamente em oito períodos, ou seja, em exatos quatro anos
- c- Entre nove e dez períodos, ou seja, entre quatro e cinco anos
- d- Mais de dez períodos, ou seja, mais de cinco anos

04. Qual área mais lhe interessa? Marque apenas uma opção!

- a- Imprensa
- b- Rádio
- c- Televisiva
- d- Virtual
- e- Assessoria
- f- Publicitária
- g- Outra. Qual? _____.

05. Você trabalha no meio jornalístico ou publicitário?

- a- Eu não trabalho
- b- Trabalho informalmente
- c- Trabalho formalmente
- d- Faço estágio

e- Já trabalhei

06. Qual(is) o(s) meio(s) que você utiliza para se manter informado(a) sobre os acontecimentos atuais? Marque no máximo dois!

- a- Internet
- b- Impresso – jornal
- c- Impresso – revista
- d- Rádio
- e- Televisão
- f- Outra. Qual? _____.

07. Qual(is) o(s) meio(s) que você mais gosta? Marque no máximo dois!

- a- Internet
- b- Impresso – jornal
- c- Impresso – revista
- d- Rádio
- e- Televisão
- f- Outra. Qual? _____.

08. Você estuda com qual frequência?

- a- Sempre, independente da necessidade
- b- Quando há necessidade (vésperas de provas e ou trabalhos)
- c- Raramente (dificilmente)
- d- Em nenhum momento

09. Por semana, você lê notícias com qual frequência?

- a- Sempre, independente da necessidade
- b- Quando necessito de informações
- c- Raramente (dificilmente)
- e- Em nenhum momento

10. Em aula, o seu professor já citou algum manual de redação?

- a- Com certeza
- b- Pode ser que “sim”, mas não tenho convicção
- c- Pode ser que “sim”, de um jeito informal
- d- Em nenhum momento foi mencionado

SE NA QUESTÃO ANTERIOR, VOCÊ RESPONDEU A OPÇÃO “D”, PASSE A RESPONDER A PARTIR DA QUESTÃO 12.

11. Se você ouviu ou acha que o professor citou o manual de redação, isso ocorreu com qual frequência?

- a- Sempre
- b- Quando há necessidade (ou em caso particular)
- c- Às vezes
- d- Raramente (dificilmente)
- e- Em nenhum momento

12. Você sabe o que é manual de redação?

- a- Sei, busquei informações
- b- Sei, mas não busquei informações
- c- Já ouvi falar, mas ainda não sei o que é
- d- Ainda não sei o que é

SE NA QUESTÃO ANTERIOR, VOCÊ RESPONDEU AS OPÇÕES “C” OU “D”, PASSE A RESPONDER A PARTIR DA QUESTÃO 23.

13. Ao redigir um texto jornalístico, você consulta algum manual de redação?

- a- Uso bastante por hábito
- b- Uso bastante por necessidade
- c- Uso às vezes por hábito
- d- Uso às vezes por necessidade
- e- Uso raramente (dificilmente) por hábito
- f- Uso raramente (dificilmente) por necessidade
- g- Eu não uso

14. Durante o curso, você é ou já foi estimulado a consultar algum manual de redação?

- a- Várias vezes
- b- Poucas vezes
- c- Eu não lembro
- d- Em nenhum momento

SE NA QUESTÃO ANTERIOR, VOCÊ RESPONDEU “D”, PASSE A RESPONDER A PARTIR DA QUESTÃO 16.

15. Se você foi estimulado a usar, diga quem mais o motivou?

- a- Professor
- b- Colega de sala ou curso
- c- Profissional da área o qual você matem contato
- d- Profissional da área o qual você não matem contato
- e- Outros. Quais? _____.

16. Com qual frequência você usa o manual de redação?

- a- Sempre, independente da necessidade
- b- Quando necessito de informações
- c- Às vezes
- d- Raramente (dificilmente)
- e- Em nenhum momento

17. Qual manual você conhece? Caso precise, marque mais de uma opção!

- a- Globo
- b- Folha de São Paulo
- c- Estado de São Paulo
- d- Nenhum
- e- Outro. Qual? _____.

18. Qual manual você já usou? Caso precise, marque mais de uma opção!

- a- Globo
- b- Folha de São Paulo
- c- Estado de São Paulo
- d- Nenhum
- e- Outro. Qual? _____.

19. Você possui algum manual? Caso precise, marque mais de uma opção!

- a- Globo
- b- Folha de São Paulo
- c- Estado de São Paulo
- d- Nenhum
- e- Outro. Qual? _____.

20. Você sabia que os grandes veículos de comunicação do país padronizam o uso de sigla e estrangeirismo?

- a- Há muito tempo
- b- Fiquei sabendo depois que comecei a cursar Jornalismo
- c- Eu não sabia e creio que isso não seja importante
- d- Eu não sabia e creio que isso seja valioso

21. Você já buscou saber como os manuais de redação explicam ou induzem o uso de sigla?

- a- Já, uma vez
- b- Já, mais de uma vez

- c- Já tivesse esse interesse, mas não busquei saber
d- Ainda não tivesse esse interesse

22. Você já buscou saber como os manuais de redação explicam ou induzem o uso de estrangeirismo?

- a- Já, uma vez
b- Já, mais de uma vez
c- Já tivesse esse interesse, mas não busquei saber
d- Ainda não tivesse esse interesse

23. Em sua visão, o que é manual de redação?

24. Você usa muitas siglas (ONU, ONG, UFU, UAI) em seu texto informativo?

- a- Eu não lembro
b- Com bastante frequência
c- Com pouca frequência
d- Indiferente

25. Ao empregar siglas pela primeira vez em um texto informativo, você costuma explicá-la?

- a- Eu não lembro
b- Com bastante frequência
c- Com pouca frequência
d- Indiferente

26. Como você utiliza a sigla pela primeira vez?

- a- Eu não lembro
b- Sim. Eu a explico primeiro e depois a emprego. Exemplo: Organização das Nações Unidas (ONU)
c- Sim. Eu a explico depois do uso da sigla. Exemplo: ONU (Organização das Nações Unidas)
d- Não padronizo, ou seja, às vezes explico antes e em outros momentos depois

27. Você usa muitas palavras de origem estrangeira (round, trainee, sale, rush) em seu texto informativo?

- a- Eu não lembro
b- Com bastante frequência
c- Com pouca frequência
d- Indiferente

28. Ao empregar estas palavras estrangeiras pela primeira vez em um texto informativo,

você costuma identificá-las como sendo de outro idioma?

- a- Eu não lembro
b- Com bastante frequência
c- Com pouca frequência
d- Indiferente

29. Como você identifica o estrangeirismo ao usá-lo pela primeira vez?

- a- Utiliza-o entre aspas.
b- Escrevo-o em negrito no corpo do texto
c- Escrevo-o em negrito no corpo do texto e dentro de aspas
d- Explica-o antes e ou depois
e- Escrevo normalmente (sem destaque)

30. Você acha que o manual de redação é importante para a aprendizagem do graduando em Jornalismo?

- a- Extremamente
b- Muito
c- Um pouco
d- Irrelevante

31. Por que? Justifique a resposta anterior?

32. Você acha que todos os graduandos em Jornalismo deveriam usar o manual de redação?

- a- Extremamente
b- Muito
c- Um pouco
d- Irrelevante

33. Por que? Justifique a resposta anterior?

34. No dia a dia, no mercado de trabalho, deve-se usar o manual?

APÊNDICE E
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO ENTREGUE AOS
PROFESSORES SUBMETIDOS AO QUESTIONÁRIO APLICADO



Uberaba (MG), 20 de novembro de 2011.

TERMO DE CONSENTIMENTO PROFESSOR

Nome da pesquisa: *Manual de redação jornalístico: Sua influência na prática de ensino por meio de estrangeirismos e siglas*

Responsável pelo Projeto: *Vitor Sergio de Almeida (Mestrando em Educação)*

Telefone para contato: *(34) 9168 - 9922*

Endereço: *Rua Urca, 52 – apto.: 104 – Bairro: Copacabana – Uberlândia – MG*

Instituição: *Universidade de Uberaba (Uniuibe)*

O senhor está convidado a participar de uma pesquisa acadêmica intitulada “Manual de redação jornalístico: Sua influência na prática de ensino por meio de estrangeirismos e siglas”, desenvolvida pelo pesquisador Vitor Sergio de Almeida, do programa de Mestrado em Educação, da Universidade de Uberaba (Uniuibe).

Destaca-se a necessidade de refletir acerca dos conceitos aplicados nos princípios dos fundamentos da educação, da formação docente e da prática pedagógica, para isso, construir uma interface com o ensino difundido nos cursos de Jornalismo. Assim, buscamos fazer uma análise, pontuar algumas tendências e mostrar recorrências pertinentes à prática docente no meio comunicacional.

Pensando dessa maneira, os sujeitos da pesquisa serão todos (ou aqueles que quiserem responder) professores do curso de Jornalismo da (...), direcionando para os docentes das disciplinas impressas (relacionadas com a escrita), pois esses profissionais centram a sua atividade comunicação escrita, que é o pilar desta pesquisa.

Em relação aos professores, destaca-se que esses são os condutores das informações, ou seja, retransmitem o conhecimento jornalístico e redacional que possuem. Logo, por serem vistos como exemplos de conduta profissional ou conhecimento textual, normalmente possuem os seus ensinamentos e exemplos seguidos pelos alunos, assim, neste caso, evidencia o valor da fala do docente.

Deste modo, a pesquisa se pautará nas abordagens qualitativa e quantitativa, ou seja, o professor terá que responder um curto questionário como procedimento para coleta de dados. Escolheu-se o questionário devido ao enorme número de sujeitos investigados, pela objetividade e também pela necessidade de se ter dimensão – uma porcentagem – exata do gosto e da aplicação dos manuais e das duas técnicas.

A abordagem – que por diversos motivos não deve se delongar, ocorrerá apenas em um único momento – na aplicação dos questionários se baseia no conhecimento generalizável, consistindo em teorias, relações ou princípios ou no acúmulo de informações sobre as quais passarão por observação e inferência.

Há questões de múltipla escolha – maioria – e as discursivas – minoria. Essas propiciam aos professores tranquilidade, agilidade e direcionamento para as responderem. E mais, como as perguntas propostas são diretas, quantificáveis e a amostra em questão reúne um bom número de sujeitos, tem-se a tendência de se gerar uma estatística confiável.

A prática quantitativa se deve pela necessidade de identificar e mensurar acerca do uso dos manuais, já as questões qualitativas tendem a dar uma ideia ampla e realmente descritiva do que se dá no processo de ensino-aprendizagem do jornalismo em relação aos manuais e aos verbetes, pois o contato dinâmico do professor com o aluno é “natural” e requisito para uma excelente relação educacional.

O questionário terá dois objetivos: o primeiro identificar o seu perfil em relação ao curso – há quanto tempo leciona no curso de jornalismo, se possui pós-graduação(ões), se também atua no meio comunicacional, quanto tempo destina para elaboração das aulas, qual a área informativa que mais tem interesse, qual o veículo de comunicação mais utilizado para se informar, com qual frequência tem contato com as notícias, dentre mais algumas simples perguntas –; uma vez que os dados caracterizadores do perfil profissional apresentam relação com os estudos. O segundo intuito é caracterizar a aprendizagem e a representação do manual, permitindo que o(a) senhor(a) revele experiências, percepções, recorrências e

facilidade sobre três tópicos de discussão – manual de redação, estrangeirismos e siglas –, que são os norteadores desse trabalho.

Os procedimentos de coleta de dados, aplicação do questionário e das perguntas opinativas serão realizados durante o intervalo ou módulo ou horário destinado a atendimento, em suas devidas instituições, ou seja, sempre será respeitado o horário e o calendário de trabalho do entrevistado e de funcionamento da instituição.

Haverá comprometimento do pesquisador com relação à garantia do anonimato e do sigilo, assegurando a privacidade dos pesquisados quanto às informações confidenciais abordadas na pesquisa. Se eventualmente, o(a) senhor(a) considerar algum questionamento inconveniente, saiba que terá livre consentimento em não responder à questão, podendo desistir das justificativas quando julgar necessário. Pode-se ter a recusa inócua, ou seja, se o(a) senhor não aceitar participar, expõe-se que não haverá nenhuma penalidade ou discriminação.

Os riscos ou desconfortos que podem ser apresentados durante as entrevistas se referem a algum questionamento de foro íntimo que o sujeito considerar inadequado. Sendo assim, não há nenhuma questão de cunho sentimental, religioso, sexual, ético, psiquiátrico para o sujeito responder. Se eventualmente, considerar algum questionamento impertinente, o(a) senhor(a) terá livre consentimento em não responder à questão, podendo desistir das justificativas quando julgar necessário.

Desta maneira, percebe-se que não há risco ou possibilidade de danos à dimensão moral, intelectual, social, cultural dos docentes que responderão o questionário ou que eles se tornem vulneráveis diante da pesquisa.

Em nenhum momento se fará menção aos nomes dos participantes da pesquisa, nem aos das instituições, que possibilitaram a realização da mesma. Enfim, as medidas protetivas como sigilo e anonimato dos depoentes estarão garantidos. Enaltecendo, que os entrevistados possuem toda a liberdade de não responderem as questões pelas quais não se sentirem à vontade e até podem desistir de participarem da pesquisa.

Eu, _____, Registro Geral (RG) número _____, abaixo assinado, concordo em participar deste estudo, não recebendo nenhuma remuneração financeira para tal, tendo recebido informações sobre os objetivos, justificativas e procedimentos que serão adotados durante a sua realização, assim como os benefícios que poderão ser obtidos.

Autorizo a publicação das informações por mim fornecidas com a segurança de que não serei identificado e será mantido o caráter confidencial da informação relacionada com a minha privacidade. Assim, assino este termo espontaneamente, tendo a ciência de que em qualquer momento posso abandonar a pesquisa sem quaisquer prejuízos ou ônus para mim.

Tendo ciência do exposto acima, assino esse termo de consentimento.

Assinatura do pesquisador responsável

Assinatura do pesquisado responsável

APÊNDICE F
QUESTIONÁRIO APLICADO AOS PROFESSORES



UNIVERSIDADE DE UBERABA
PROGRAMA DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO

PESQUISA ACADÊMICA

Caro professor,

Esse questionário pretende colher dados (informações) para uma pesquisa que estamos realizando com alunos e professores do curso de Jornalismo (...). O nosso propósito ao analisar tais informações é de investigar a aplicação e a relação de técnicas redacionais – siglas e estrangeirismos – no cotidiano do docente e dos graduandos, com isso, busca-se refletir acerca do processo de ensino e aprendizagem.

Sendo assim, a sua participação será muito importante. Para isso, responda as questões com liberdade e não é necessário se identificar. Em algumas questões podem ser assinalados mais de um item.

Obrigado.

Número do sujeito: _____ .

01. O(A) senhor(a) se graduou em qual(is) curso(s) superior(es)?

_____.

b- Em curso. Em qual(is) área(s)?

_____.

c- Concluída. Em qual(is) área(s)?

_____.

02. Em que ano ocorreu(ram) a(s) sua(s) graduação(ões)?

_____.

07. O(A) senhor(a) já concluiu ou cursa doutorado?

a- Não

b- Em curso. Em qual(is) área(s)?

_____.

c- Concluída. Em qual(is) área(s)?

_____.

03. Em qual tipo de instituição, o(a) senhor(a) se graduou?

a- Pública federal

b- Pública estadual

c- Pública municipal

d- Particular

04. Quanto tempo o(a) senhor(a) levou para terminar a graduação?

a- Menos de quatro anos (menos de oito períodos)

b- Em quatro anos (exatamente em oito períodos)

c- Entre quatro e cinco anos (entre nove e dez períodos)

d- Mais de cinco anos (mais de dez períodos)

08. Independente do ensino ou da série ou da instituição há quanto tempo leciona?

a- Menos de 12 meses

b- Entre um ano e três anos

c- Entre quatro anos e seis anos

d- Entre sete anos e dez anos

e- Entre onze anos e 20 anos

e- Mais de 21 anos

05. O(A) senhor(a) já concluiu ou cursa especialização?

a- Não

b- Em curso. Em qual(is) área(s)?

_____.

c- Concluída. Em qual(is) área(s)?

_____.

09. Exclusivamente, no ensino superior no curso de Jornalismo há quanto tempo leciona?

a- Menos de 12 meses

b- Entre um ano e três anos

c- Entre quatro anos e seis anos

d- Entre sete anos e dez anos

e- Entre onze anos e 20 anos

e- Mais de 21 anos

06. O(A) senhor(a) já concluiu ou cursa mestrado?

a- Não

10. Qual área mais lhe interessa? Marque apenas uma opção!

a- Imprensa

b- Rádio

- c- Televisiva
- d- Virtual
- e- Assessoria
- f- Publicitária
- g- Outra. Qual? _____.

11. Na docência, qual área mais lhe interessa? Marque apenas uma opção!

- a- Imprensa
- b- Rádio
- c- Televisiva
- d- Virtual
- e- Assessoria
- f- Publicitária
- g- Outra. Qual? _____.

12. Além da profissão de professor, o senhor(a) também trabalha no meio jornalístico ou publicitário?

- a- Eu não trabalho
- b- Trabalho informalmente
- c- Trabalho formalmente
- d- Faço estágio
- e- Já trabalhei

13. Qual(is) o(s) meio(s) que você utiliza para se manter informado(a) sobre os acontecimentos atuais? Marque no máximo dois!

- a- Internet
- b- Impresso – jornal
- c- Impresso – revista
- d- Rádio
- e- Televisão
- f- Outra. Qual? _____.

14. Durante o curso, quanto tempo o(a) senhor(a) destina para elaboração das aulas?

- a- Sempre, independente da necessidade
- b- Quando há necessidade (assunto novo ou difícil)
- c- Raramente, já tenho conhecimento da ementa e do conteúdo a ser trabalhado
- d- Em nenhum momento

15. O(A) senhor(a) sabe o que é manual de redação?

- a- Sei, busquei informações
- b- Sei, mas não busquei informações
- c- Já ouvi falar, mas ainda não sei o que é
- d- Ainda não sei o que é

SE NA QUESTÃO ANTERIOR, VOCÊ RESPONDEU A OPÇÃO “D”, PASSE A RESPONDER A PARTIR DA QUESTÃO 19.

16. Durante os seus estudos, o seu professor já citou algum manual de redação?

- a- Com certeza
- b- Pode ser que “sim”, mas não tenho convicção
- c- Pode ser que “sim”, de um jeito informal
- d- Em nenhum momento foi mencionado

17. Em aula, o senhor(a) já citou algum manual de redação?

- a- Com certeza
- b- Pode ser que “sim”, mas não tenho convicção
- c- Pode ser que “sim”, de um jeito informal
- d- Em nenhum momento foi mencionado

SE NA QUESTÃO ANTERIOR, VOCÊ RESPONDEU A OPÇÃO “D”, PASSE A RESPONDER A PARTIR DA QUESTÃO 19.

18. Se já citou, em qual momento?

19. O(A) senhor(a) já foi questionado por aluno(s) acerca do manual de redação? E isso ocorreu com qual frequência?

- a- Sempre
- b- Quando há necessidade (ou em caso particular)
- c- Às vezes
- d- Raramente (dificilmente)
- e- Em nenhum momento

20. Ao redigir um texto jornalístico, o(a) senhor(a) consulta algum manual de redação?

- a- Uso bastante por hábito
- b- Uso bastante por necessidade
- c- Uso às vezes por hábito
- d- Uso às vezes por necessidade
- e- Uso raramente (dificilmente) por hábito
- f- Uso raramente (dificilmente) por necessidade
- g- Eu não uso

SE NA QUESTÃO ANTERIOR, VOCÊ RESPONDEU A OPÇÃO “D”, PASSE A RESPONDER A PARTIR DA QUESTÃO 24.

21. Qual manual o(a) senhor(a) já conhece ou usa? Caso precise, marque mais de uma opção!

- a- Globo
- b- Folha de São Paulo
- c- Estado de São Paulo
- d- Nenhum
- e- Outro. Qual? _____.

22. O(A) senhor(a) possui algum manual? Caso precise, marque mais de uma opção!

- a- Globo
- b- Folha de São Paulo
- c- Estado de São Paulo
- d- Nenhum
- e- Outro. Qual? _____.

23. O(A) senhor(a) sabia que os grandes veículos de comunicação do país padronizam o uso de sigla e estrangeirismo?

- a- Há muito tempo
- b- Fiquei sabendo depois que comecei a cursar Jornalismo
- c- Eu não sabia e creio que isso não seja importante
- d- Eu não sabia e creio que isso seja valioso

24. Em sua visão, o que é manual de redação?

25. Ao empregar siglas (ONU, ONG, UFU, UTI) pela primeira vez em um texto informativo, o(a) senhor(a) costuma explicá-la?

- a- Eu não lembro
- b- Sim. Eu a explico primeiro e depois a emprego. Exemplo: Organização das Nações Unidas (ONU)
- c- Sim. Eu a explico depois do uso da sigla. Exemplo: ONU (Organização das Nações Unidas)
- d- Não padronizo, ou seja, às vezes explico antes e em outros momentos depois

26. Ao empregar estas palavras estrangeiras (round, trainee, sale, rush) pela primeira vez em um texto informativo, o(a) senhor(a) costuma identificá-las como sendo de outro idioma?

- a- Utiliza-o entre aspas.
- b- Escrevo-o em negrito no corpo do texto
- c- Escrevo-o em negrito no corpo do texto e dentro de aspas
- d- Explica-o antes e ou depois

27. O(A) senhor(a) acha que o manual de redação é importante para a aprendizagem do graduando em Jornalismo?

- a- Extremamente
- b- Muito
- c- Um pouco
- d- Irrelevante

28. Por que? Justifique a resposta anterior?

29. O(A) senhor(a) acha que todos os graduandos em Jornalismo deveriam usar o manual de redação?

- a- Extremamente
- b- Muito
- c- Um pouco
- d- Irrelevante

30. Por que? Justifique a resposta anterior?

31. De modo geral, como o(a) senhor(a) analisa o ensino do jornalismo impresso? Por quê?

32. No dia a dia, no mercado de trabalho, deve-se usar o manual?
